

AC

ACE

CNF

|

0

6

5

2

5

/

7

7

|

/

|

AC/SNI

AC/SNI
GTC

ACE 106525

FICHA DE DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS

AGÊNCIA CENTRAL

023757 10.10.77

PROTOCOLO

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

14 OUT 1977

ORIGEM: A S V TIPO: INFÃO Nº: 417/115 DATA: 07.10.77

CLASSIF: CONF REF:

ANEXOS: Cópia de doc

ASSUNTO: PUBLICAÇÃO O CONSTITUINTE NA BAHIA.

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL

PC 1

COPIAS	☐ CHEFE DO SNI	☐ CHEFE GAB/AC	☐ SC - 1	☐ SC - 4
	☐ CHEFE GAB/SNI	☐ ASSESSORIA	☐ SC - 2	☐ SC - 5
	☐ CHEFE DA AC	☐ SE - 02	☐ SC - 3	☐ SC - 6
OUTROS DESTINATÁRIOS				

3. ORIENTAÇÃO

TOMAR CONHECIMENTO

REGISTRAR

FALAR COM A CHEFIA

APROFUNDAR

PROCESSAR

INTEGRAR

ARQUIVAR

MONTAR INFÃO PARA

DIFUNDIR PARA

4. OPDENS PARTICULARES:

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DA FICHA

5. PROVIDÊNCIAS

SE/19 - ciente - DO ARSE - 17/10/77

INFÃO 0417/115/ASV/77

EN/NO:

3132

CONFIDENCIAL



Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 do RSAS - Dec. N.º 79.099/77)

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL

023757 10.10.77

PROTOCOLO

INFORMAÇÃO Nº 0417/115/ASV/77



106525

DATA : 07 de outubro de 1977

ASSUNTO : Publicação "O CONSTITUINTE", na BAHIA

ORIGEM : ACE Nº 2974/ASV/77

DIFUSÃO : AC

ANEXO : Um exemplar da 1ª edição do jornal "O CONSTITUINTE"

1. Foi lançado no auditório da Associação dos Funcionários Públicos da BAHIA, em SALVADOR, às 09:00 horas de ontem, dia 06 de outubro, o jornal "O CONSTITUINTE", editado pela Ala Jovem do MDB/BA e incorporado pelo Diretório Municipal de MURITIBA/BA, como Boletim desse órgão.

Compareceram ao evento 68 pessoas, das quais aproximadamente 90% eram estudantes secundaristas; a mesa diretora dos trabalhos estava constituída pelos seguintes líderes emedebistas "autênticos", além do Presidente do Diretório Regional do MDB, Dep Est ROQUE ARAS:

- Dep Est ELQUISSON DIAS SOARES;
- Suplente de Dep Fed DOMINGOS LEONELLI NETO;
- Vereador MARCELO RIBEIRO CORDEIRO.

O periódico, com tiragem mensal, se propõe a divulgar o movimento nacional em favor da Assembléia Nacional Constituinte.

2. Durante os debates foi anunciado que haverá em SALVADOR, no dia 11 de novembro, uma reunião nacional do MDB pró-

CONFIDENCIAL

- continua -

3/32
CONFIDENCIAL



Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 do RSAS - Dec. N.º 79.099/77)

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL

023757 10.10.77

PROTOCOLO

INFORMAÇÃO Nº 0417/115/ASV/77



106525

DATA : 07 de outubro de 1977
ASSUNTO : Publicação "O CONSTITUINTE", na BAHIA
ORIGEM : ACE Nº 2974/ASV/77
DIFUSÃO : AC
ANEXO : Um exemplar da 1ª edição do jornal "O CONSTITUINTE"

1. Foi lançado no auditório da Associação dos Funcionários Públicos da BAHIA, em SALVADOR, às 09:00 horas de ontem, dia 06 de outubro, o jornal "O CONSTITUINTE", editado pela Ala Jovem do MDB/BA e incorporado pelo Diretório Municipal de MURITIBA/BA, como Boletim desse órgão.

Compareceram ao evento 68 pessoas, das quais aproximadamente 90% eram estudantes secundaristas; a mesa diretora dos trabalhos estava constituída pelos seguintes líderes emedebistas "autênticos", além do Presidente do Diretório Regional do MDB, Dep Est ROQUE ARAS:

- Dep Est ELQUISSON DIAS SOARES;
- Suplente de Dep Fed DOMINGOS LEONELLI NETO;
- Vereador MARCELO RIBEIRO CORDEIRO.

O periódico, com tiragem mensal, se propõe a divulgar o movimento nacional em favor da Assembléia Nacional Constituinte.

2. Durante os debates foi anunciado que haverá em SALVADOR, no dia 11 de novembro, uma reunião nacional do MDB pró-

CONFIDENCIAL

- continua -

CONFIDENCIAL

(Continuação da INFÃO Nº 0417/115/ASV/77)

Fl 02

Constituinte, a qual deverá ser "mais radical e não como pleiteiam alguns líderes nacionais, como o Dep Fed THALES RAMALHO e o Sen FRANCO MONTORO".

3. Em sua primeira edição, referente ao mês de setembro, destacamos a abordagem dos seguintes pontos:

- eleição livre e democrática de uma Assembléia / Nacional Constituinte;
- a volta ao Estado de Direito, com a convocação de militares, juristas, cientistas, estudantes, empresários, religiosos e trabalhadores para participarem da luta;
- a realização de "Círculos de Debate" nos locais de estudo, trabalho e moradia, de forma a possibilitar uma mobilização permanente em torno do movimento;
- apoio ao movimento sindicalista surgido em SÃO PAULO;
- aborda o problema da grilagem na BAHIA, destacando a existência de violências, fraudes, o envolvimento de autoridades e grupos econômicos; criticando a atuação do governo do Estado, de órgãos estaduais e federais; e enfocando, de maneira especial, o recente assassinato de EUGÊNIO LYRA, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em SANTA MARIA DA VITÓRIA/BA.

4. A imprensa local não proporcionou a cobertura desejada pelo MDB, minimizando as repercussões no seio da população.

* * * *

CONFIDENCIAL

O CONSTITUINTE

ANO I - Nº. 1 - SETEMBRO DE 1977. - BOLETIM DO DIRETÓRIO MUNICIPAL DE MURITIBA - EDITADO PELA ALA JOVEM DO MDB.

CONSTITUINTE:

**O QUE É.
PORQUE LUTAMOS POR ELA.
COMO FAZER ESTA LUTA.**

LEIA NAS PAGINAS 6 E 7.



CONSTITUINTE:

**O QUE É.
PORQUE LUTAMOS POR ELA.
COMO FAZER ESTA LUTA.**

LEIA NAS PAGINAS 6 E 7.



**CRESCER A
OPOSIÇÃO
NO BRASIL**

PÁGINA 3

**SALVADOR VAI TER PARQUE
PARA OS ANIMAIS.
E PARA O POVO?**

PÁGINA 11

**COMO SE FAZ
A GRILAGEM
NA BAHIA**

PÁGINA 8

EDITORIAL

A LEGALIDADE DA LUTA PELA NOVA CONSTITUIÇÃO

Estamos lançados à mais legalista das lutas políticas: elaborar uma nova Lei Máxima para o Brasil. Para isso é indispensável a eleição

livre e democrática de uma
Assembleia Nacional Constituinte.

Juristas, militares, cientistas, profissionais liberais, estudantes, donas de casa, empresários parlamentares e religiosos

pronunciaram-se reiteradamente pela volta do Estado de Direito e pela convocação de uma Constituinte.

O Movimento Democrático Brasileiro transformou este clamor nacional em resolução. Hoje é dever de todo oposicionista lutar pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. A sua aprovação unânime pela Convenção Nacional, em 14 de setembro, transformou essa reivindicação em ponto programático do MDB.

"O Constituinte" é um instrumento desse programa.

Ele pretende tornar-se o veículo material da ampliação e da organização do debate que deverá preceder a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil.

"O Constituinte" parte da compreensão de que essa luta interessa a todos os cidadãos brasileiros. Interessa também, particularmente, aos baianos, herdeiros de uma longa tradição libertária, comprometidos com a tolerância, com a paz e com a Democracia.

O DOCUMENTO DA ALA JOVEM APROVADO NA CONVENÇÃO

A Nação espera do MDB mais que uma simples aprovação de tese. Os intelectuais, estudantes, os trabalhadores, os empresários, os religiosos e especialmente os jovens brasileiros anseiam por uma proposta concreta que lhes possibilitem participar ativamente da luta pela efetivação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita pode e deve significar um passo na evolução social, política, econômica e cultural da Nação Brasileira.

A Nova Constituição que a Pátria está a exigir deve resultar da participação consciente e organizada do maior número possível de brasileiros.

Assim,

— considerando que o aspecto social a ser cristalizado na nova Constituição proporcionará tanta estabilidade política quanto mais refletir os interesses de todas as

— considerando que só se obtem a Democracia com métodos democráticos.

Propomos que a Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro determine aos Diretores Regionais, Municipais, demais órgãos partidários e membros do Partido, no sentido da organização do debate pela constituinte através do estímulo a formação de CÍRCULO DE DEBATE nos locais de estudo, trabalho e moradia.

Os CÍRCULOS DE DEBATE constituir-se-ão num poderoso elo de ligação do MDB com o povo brasileiro, ao tempo que possibilitam uma mobilização permanente dos correligionários em torno da convocação da Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita.

ZÉ PEREIRA CAMPOS: NUMA PEQUENA CIDADE UM GRANDE EXEMPLO.

Numa pequena cidade do interior do Estado, distante 800 quilômetros de Salvador, onde quase não existem veículos automotores, sem luz elétrica, sem água

chamamos de civilização, Zé Pereira foi capaz de compreender as causas do subdesenvolvimento e comprometer-se com a causa do povo.

Fundou e dirigiu o MDB com lucidez e espírito de luta. Resistiu às pressões dos tentáculos da máquina governista, que não beneficia, mas suborna, envolve e sufoca a oposição. Seguindo seu exemplo o jovem vereador Deusdete da Silva, conhecido como "Dete", gasta seis horas no lombo do burro do seu distrito para a sede do Município. E ainda assim é o vereador mais atuante da Câmara Municipal de Brejo Velho.

É assim que se trava a luta pela democracia em todos os cantos deste imenso país.

ALA JOVEM APOIA O CENTRO TORREND

Compreendendo o Centro Universitário Padre Torrend como patrimônio da cidade de Salvador, a Ala Jovem do MDB vem mantendo uma ativa solidariedade aos estudantes que se vêem ameaçados pela Sociedade Nacional de Instrução — Jesuítas.

Através da ativa participação do companheiro Dirceu Regis, que acompanha pessoalmente a resistência, e também através da nota de solidariedade de 31 de agosto, a Ala Jovem do MDB junta forças aos moradores do Centro Universitário Padre Torrend.

SETOR JOVEM DO MDB PROGRAMA ENCONTROS

O setor Jovem nacional do MDB vai realizar dois encontros regionais no mês de outubro, um dos jovens emedebistas do Norte-Nordeste e outro do Centro-Sul do País. Essa foi uma das decisões tomada pela reunião de representantes dos setores jovens do MDB da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, e Pernambuco, realizada num dos intervalos da Convenção Nacional do Partido em Brasília.

Durante a reunião foi aprovada uma nota de solidariedade ao companheiro Paulo Sucovski, presidente do setor jovem do Rio Grande do Sul, que recentemente foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, pela ativa participação que tem tido nas atividades oposicionistas em seu Estado.

ULISSES APOIA SETOR JOVEM NACIONAL

A reunião, realizada nas dependências do Congresso Nacional, decidiu encaminhar, junto a direção nacional do Partido, a estruturação e oficialização do setor jovem a nível nacional. Com este objetivo, um grupo de companheiros dos setores jovens representados na reunião estiveram com o presidente nacional do Partido, deputado Ulisses Guimarães.

Na conversa que manteve com os representantes dos setores jovens, Ulisses Guimarães reafirmou o interesse da direção partidária em organizar a juventude emedebista a nível nacional, justificando o atraso nessa estruturação, pela precipitação dos acontecimentos políticos nacionais, que segundo ele, vem transformando o MDB num "pronto-socorro". Estimulou, no entanto, a realização de reuniões a nível nacional e prometeu participar dos encontros já programados, caso as datas coincidam com sua agenda de trabalho.

EM JEQUIÉ PREFEITO DA ARENA PERSEGUE FEIRANTES

Em Jequié os supermercados disputam com os feirantes o abastecimento de gêneros alimentícios. A feira é uma longa tradição e o ganha pão de dezenas de agricultores e feirantes que dali tiram seu sustento.

Mal tomou posse e o Prefeito arenista Walter Sampaio começou a perseguir os feirantes para beneficiar os grandes empresários dos supermercados. Perseguições, dificuldades criadas de toda ordem, pelo Diretor de Administração do Prefeito que é sócio de um desses supermercados.

Mas não parou aí o prefeito da Arena. Mandou policiais derrubarem barracos e expulsar os seus proprietários da Cidade Nova. O interesse do Prefeito é, realmente beneficiar os poderosos prejudicando os pobres: os barraqueiros "prejudicam" os grandes restaurantes do local.

Jequié merecia um destino melhor. E a Ala Jovem do MDB local promete organizar-se para fiscalizar a ação da Prefeitura e impedir que nas próximas eleições repita-se o desastre que a vitória da Arena representa para a cidade.

MURITIBA ADOTA O CONSTITUINTE.

"É motivo de grande honra para todos os oposicionistas de Muritiba assumir a edição de O CONSTITUINTE de conscientização na luta pela Convocação de Assembleia Nacional Constituinte."

PELA NOVA CONSTITUIÇÃO

Estamos lançados à mais legalista das lutas políticas: elaborar uma nova Lei Magna para o Brasil. Para isso é indispensável a eleição

livre e democrática de uma

Assembleia Nacional Constituinte.

Juristas, militares, cientistas, profissionais

liberais, estudantes, donas de casa,

empresários parlamentares e religiosos

pronunciaram-se reiteiramente pela volta do Estado de Direito e pela convocação de uma

Constituinte.

O Movimento Democrático Brasileiro transformou

este clamor nacional em resolução. Hoje

é dever de todo oposicionista lutar pela

convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

A sua aprovação unânime pela Convenção Nacional,

em 14 de setembro, transformou essa

reivindicação em ponto programático do MDB.

"O Constituinte" é um instrumento desse programa.

Ele pretende tornar-se o veículo

material da ampliação e da organização do

debate que deverá preceder a elaboração de uma nova Constituição para o Brasil.

"O Constituinte" parte da compreensão

de que essa luta interessa a todos os

cidadãos brasileiros. Interessa também,

particularmente, aos baianos, herdeiros de

uma longa tradição libertária,

comprometidos com a tolerância,

com a paz e com a Democracia.

O DOCUMENTO DA ALA JOVEM APROVADO NA CONVENÇÃO

A Nação espera do MDB mais que uma simples aprovação de tese. Os intelectuais, estudantes, os trabalhadores, os empresários, os religiosos e especialmente os jovens brasileiros anseiam por uma proposta concreta que lhes possibilitem participar ativamente da luta pela efetivação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita pode e deve significar um passo na evolução social, política, econômica e cultural da Nação Brasileira.

A Nova Constituição que a Pátria está a exigir deve resultar da participação consciente e organizada do maior número possível de brasileiros.

Assim,

— considerando que o aspecto social a ser cristalizado na nova Constituição proporcionará tanta estabilidade política quanto mais refletir os interesses de todas as camadas sociais brasileiras.

— considerando que uma nova Constituição será tanto mais legítima quanto previamente debatida.

— considerando que a organização do debate pela Constituinte reafirmará o MDB na liderança do movimento oposicionista brasileiro.

— considerando que só se obtém a Democracia com métodos democráticos.

Propomos que a Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro determine aos Diretórios Regionais, Municipais, demais órgãos partidários e membros do Partido, no sentido da organização do debate pela constituinte através do estímulo a formação de CÍRCULO DE DEBATE nos locais de estudo, trabalho e moradia.

Os CÍRCULOS DE DEBATE constituir-se-ão num poderoso elo de ligação do MDB com o povo brasileiro, ao tempo que possibilitam uma mobilização permanente dos correligionários em torno da convocação da Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita.

ZÉ PEREIRA CAMPOS: NUMA PEQUENA CIDADE UM GRANDE EXEMPLO.

Numa pequena cidade do interior do Estado, distante 800 quilômetros de Salvador, onde quase não existem veículos automotores, sem luz elétrica, sem água encanada e praticamente sem qualquer assistência governamental, viveu e morreu o nosso companheiro José Pereira Campos.

Ele era o líder popular mais respeitado de Tabocas do Brejo Velho. Mas apesar do isolamento, da grande distância do que

sufoca a oposição. Seguindo seu exemplo o jovem vereador Deusdete da Silva, conhecido como "Dete", gasta seis horas no lombo do Lurro do seu distrito para a sede do Município. E ainda assim é o vereador mais atuante da Câmara Municipal de Brejo Velho.

É assim que se trava a luta pela democracia em todos os cantos deste imenso país.

ALA JOVEM APOIA O CENTRO TORREND

Compreendendo o Centro Universitário Padre Torrend como patrimônio da cidade de Salvador, a Ala Jovem do MDB vem mantendo uma ativa solidariedade aos estudantes que se vêem ameaçados pela Sociedade Nacional de Instrução — Jesuítas.

Através da ativa participação do companheiro Dirceu Regis, que acompanha pessoalmente a resistência, e também através da nota de solidariedade de 31 de agosto, a Ala Jovem do MDB junta forças aos moradores do Centro Universitário Padre Torrend.

SETOR JOVEM DO MDB PROGRAMA ENCONTROS

O setor Jovem nacional do MDB vai realizar dois encontros regionais no mês de outubro, um dos jovens emedebistas do Norte-Nordeste e outro do Centro-Sul do País. Essa foi uma das decisões tomada pela reunião de representantes dos setores jovens do MDB da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, e Pernambuco, realizada num dos intervalos da Convenção Nacional do Partido em Brasília.

Durante a reunião foi aprovada uma nota de solidariedade ao companheiro Paulo Sucovski, presidente do setor jovem do Rio Grande do Sul, que recentemente foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, pela ativa participação que tem tido nas atividades oposicionistas em seu Estado.

MURITIBA ADOTA O CONSTITUINTE.

"É motivo de grande honra para todos os oposicionistas de Muritiba assumir a edição de O CONSTITUINTE como boletim do nosso Diretório Municipal. Muritiba sente-se ligada — política e afetivamente — à Ala Jovem do MDB que ao longo de três anos tem demonstrado como praticar a verdadeira oposição, sem personalismo, sem odiosidade, sem excessivas radicalização. Aqui em Muritiba O CONSTITUINTE representará um importantíssimo instrumento

objetivo, um grupo de companheiros dos setores jovens representados na reunião estiveram com o presidente nacional do Partido, deputado Ulisses Guimarães.

Na conversa que manteve com os representantes dos setores jovens, Ulisses Guimarães reafirmou o interesse da direção partidária em organizar a juventude emedebista a nível nacional, justificando o atraso nessa estruturação, pela precipitação dos acontecimentos políticos nacionais, que segundo ele, vem transformando o MDB num "pronto-socorro". Estimulou, no entanto, a realização de reuniões a nível nacional e prometeu participar dos encontros já programados, caso as datas coincidam com sua agenda de trabalho.

EM JEQUIÉ PREFEITO DA ARENA PERSEGUE FEIRANTES

Em Jequié os supermercados disputam com os feirantes o abastecimento de gêneros alimentícios. A feira é uma longa tradição e o ganha pão de dezenas de agricultores e feirantes que dali tiram seu sustento.

Mal tomou posse e o Prefeito arenista Walter Sampaio começou a perseguir os feirantes para beneficiar os grandes empresários dos supermercados. Perseguições, dificuldades criadas de toda ordem, pelo Diretor de Administração do Prefeito que é sócio de um desses supermercados.

Mas não parou aí o prefeito da Arena. Mandou policiais derrubarem barracos e expulsar os seus proprietários da Cidade Nova. O interesse do Prefeito é, realmente beneficiar os poderosos prejudicando os pobres: os barraqueiros "prejudicam" os grandes restaurantes do local.

Jequié merecia um destino melhor. E a Ala Jovem do MDB local promete organizar-se para fiscalizar a ação da Prefeitura e impedir que nas próximas eleições repita-se o desastre que a vitória da Arena representa para a cidade.

de conscientização na luta pela Convocação de Assembleia Nacional Constituinte, bandeira que nosso Diretório já vem sustentando desde as eleições de 1974".

Essas foram as palavras com que O CONSTITUINTE foi "adotado" pelo Diretório Municipal de Muritiba, através do bravo companheiro Alexandrino Oliveira, o conhecido Xandu, presidente do Diretório e Vereador eleito por nossa legenda.

1977

ASSIM CRESCERAM A OPOSIÇÃO

Rompendo as barreiras que lhe foram impostas pela dura repressão de 13 anos de regime de excessão, a oposição brasileira, neste ano de 1977, acelerou de forma decisiva suas ações em favor da reconquista da Democracia. De cada canto da Nação brasileira, vozes representativas de todos os segmentos da sociedade exigem a restauração do regime democrático. A luta saiu dos salões fechados e ganhou as ruas com as manifestações dos estudantes. Os clamores pela Democracia partem de todos os setores da sociedade: intelectuais, artistas, estudantes, operários, militares, empresários e religiosos. Assim cresceu a oposição brasileira:



JANEIRO:

— 1.046 intelectuais tentam entregar um manifesto ao Ministro da Justiça, reclamando o fim da censura no País. Essa manifestação dos intelectuais ocorreu logo após a proibição de vários romances de escritores brasileiros.

FEVEREIRO

— O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Júnior, surpreende a Nação classificando o regime brasileiro de espúrio e pede a volta da normalidade democrática. Logo após este fato, Severo Gomes é destituído do Ministério da Indústria e Comércio.

— A CNBB reunida em Itaipu, S. Paulo, aprova o documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", onde são definidos os princípios da Igreja Católica sobre a necessidade da liberdade para o desenvolvimento do Homem.

MARÇO

Os estudantes da Universidade de São Paulo iniciam um movimento contra a falta de verbas para a Universidade, culminando com uma manifestação pública, apesar da repressão violenta.

— O MDB, através os seus deputados e senadores, no exercício de um direito constitucional, decidiu votar contra a reforma do judiciário, encaminhada pelo governo. Antes, já tinham se manifestado contra o projeto, ou lhe fizeram restrições, o Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça dos Estados, Ordem dos Advogados do Brasil, juízes, promotores, professores e juristas. No entanto, contra tudo e contra todos, sozinho, o governo decidiu fazer a sua reforma, não aceitando nenhuma alteração proposta pelo MDB.

ABRIL

aspirações e das angustiantes necessidades do povo brasileiro". E conclui: "Nosso dever é lutar pela Democracia, é lutar ao lado do povo brasileiro".

— Os estudantes gaúchos realizam manifestação pública pedindo ANISTIA depois que 14 pessoas foram detidas pelo Dops.

— O líder do MDB, na Câmara, Deputado Alencar Furtado, repudiou em discurso a "reforma" feita pelo presidente, que "não é a Nação, não tem poderes divinos, nem goza de soberania". Ao comentar o que ficou conhecido como "pacote de abril", no ponto que instituiu o senador que não é eleito pelo povo, mas nomeado, disse Alencar: "Na cadeira de Rui (Barbosa) não pode sentar-se um picareta da República. E concluiu: "Acreditamos, para breve, numa constituinte democrática para a restauração da dignidade jurídica do País".

— A Ordem dos Advogados do Brasil aprovou nota repudiando o "pacote de abril" assim: "O Brasil vive, na verdade, um período obscurantista na sua história constitucional, caracterizado por uma crescente distonia entre os atos do governo e a vontade da Nação, isolada na planície dos deserdados do poder". Finaliza caracterizando essa "reforma" como típica das ditaduras.

MAIO

— Ocorre as primeiras greves estudantis em São Paulo contra a prisão de 11 pessoas, no dia 10 de Maio. Os estudantes lançam o manifesto: Hoje, consente quem cala.

— 19 de Maio, Dia Nacional de Luta dos Estudantes pelas Liberdades democráticas. Vários atos públicos são realizados no País. Na Bahia vários jornalistas são presos e espancados quando cobriam o Ato Público.

brasileiros (mais de quarenta milhões assistiram pelo rádio). Criticam a política econômica, social e cultural do governo os deputados Alceu Collares e Ulisses Guimarães e o senador Franco Montoro. O deputado Alencar Furtado começa o seu pronunciamento homenageando os companheiros que foram cassados, os "heróis da resistência democrática", de Sérgio Magalhães e Marcos Tito, de Mário Covas e Nadyr Rosseti, de Martins Rodrigues e Lisâneas Maciel. Denuncia a escalada da tortura após 64: "o programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos, quem sabe, mortos, talvez, órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviem com maridos vivos, talvez, ou mortos, quem sabe, viúvas do talvez e do quem sabe".

— O general presidente, cassa o mandato do Deputado Alencar Furtado, líder do MDB. Tomando conhecimento da brutalidade, Alencar disse que o programa do dia 27 "deve ter endoidado muita gente. Se tivesse que dizer de novo, diria outra vez". E conclamou: "A luta tem que continuar. Comigo foram cassados mais de 50 milhões de brasileiros que nos aplaudiram".

JULHO

— Os cientistas brasileiros realizam em São Paulo XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, após o governo ter proibido a dos funcionários públicos no Encontro e se negado a conceder recursos para sua realização.

AGOSTO

— Em entrevista a jornais, o brigadeiro Grum Moss, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar e ex-Ministro da Aeronáutica no governo Jânio, reclamou

Castro escreve ao Alto Comando, dizendo que a Nação não admite donos e que a opinião pública dá mostras de estar cansada do regime. E acrescenta: "Só há uma saída para o impasse político a que chegamos: convocação de Assembleia Nacional Constituinte, eleita livremente". Logo após o coronel Ruy Castro é preso por ordem do I Exército.

— Os metalúrgicos de São Paulo se reúnem em Assembleia Geral e decidem lutar por aumentos salariais para compensar o pequeno aumento de 1973 dado pelo governo baseado nos índices do custo de vida por ele mesmo forjado, para menos.

— Os Juristas de São Paulo divulgam numa histórica noite o documento denominado "Carta aos Brasileiros", onde fazem a distinção do que é Democracia e Ditadura, entre o que é legal e que o que é legítimo. Num dos trechos do histórico documento eles afirmam: "Chamamos de Ditadura o regime que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime que o poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar".

SETEMBRO

— Os metalúrgicos de São Paulo vão aos ministros da Fazenda e do Planejamento, discutir a reposição dos salários perdidos em 1973, com adulteração dos índices inflacionários. O governo mantém irredutível, apesar de reconhecer a fraude por si praticada. Os metalúrgicos decidem processar o governo.

— O Movimento Democrático Brasileiro, por aclamação dos participantes de

acelerou de forma decisiva suas ações em favor da reconquista da Democracia. De cada canto da Nação brasileira, vozes representativas de todos os segmentos da sociedade exigem a restauração do regime democrático. A luta saiu dos salões fechados e ganhou as ruas com as manifestações dos estudantes. Os clamores pela Democracia partem de todos os setores da sociedade: intelectuais, artistas, estudantes, operários, militares, empresários e religiosos. Assim cresceu a oposição brasileira:

JANEIRO:

— 1.046 intelectuais tentam entregar um manifesto ao Ministro da Justiça, reclamando o fim da censura no País. Essa manifestação dos intelectuais ocorreu logo após a proibição de vários romances de escritores brasileiros.

FEVEREIRO

— O presidente da Federação do Comércio de São Paulo, José Papa Júnior, surpreende a Nação classificando o regime brasileiro de espúrio e pede a volta da normalidade democrática. Logo após este fato, Severo Gomes é destituído do Ministério da Indústria e Comércio.

— A CNBB reunida em Itaici, S. Paulo, aprova o documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", onde são definidos os princípios da Igreja Católica sobre a necessidade da liberdade para o desenvolvimento do Homem.

MARÇO

Os estudantes da Universidade de São Paulo iniciam um movimento contra a falta de verbas para a Universidade, culminando com uma manifestação pública, apesar da repressão violenta.

— O MDB, através dos seus deputados e senadores, no exercício de um direito constitucional, decidiu votar contra a reforma do judiciário, encaminhada pelo governo. Antes, já tinham se manifestado contra o projeto, ou lhe fizeram restrições, o Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça dos Estados, Ordem dos Advogados do Brasil, juizes, promotores, professores e juristas. No entanto, contra tudo e contra todos, sozinho, o governo decidiu fazer a sua reforma, não aceitando nenhuma alteração proposta pelo MDB.

ABRIL

— O general Geisel decretou o fechamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

— A Comissão Executiva do Diretório Nacional do MDB, através de nota oficial, adverte que o Governo, ao fechar o Congresso, "se atribuiu o exclusivismo das decisões certas e o monopólio de discernir sobre o que convém ao Brasil". Para o MDB, o recesso foi "consequência da nossa expansão como força política hoje, de longe, a mais representativa das

aspirações e das angustiantes necessidades do povo brasileiro". E conclui: "Nosso dever é lutar pela Democracia, é lutar ao lado do povo brasileiro".

— Os estudantes gaúchos realizam manifestação pública pedindo ANISTIA depois que 14 pessoas foram detidas pelo Dops.

— O líder do MDB, na Câmara, Deputado Alencar Furtado, repudiou em discurso a "reforma" feita pelo presidente, que "não é a Nação, não tem poderes divinos, nem goza de soberania". Ao comentar o que ficou conhecido como "pacote de abril", no ponto que instituiu o senador que não é eleito pelo povo, mas nomeado, disse Alencar: "Na cadeira de Rui (Barbosa) não pode sentar-se um picareta da República. E concluiu: "Acreditamos, para breve, numa constituinte democrática para a restauração da dignidade jurídica do País".

— A Ordem dos Advogados do Brasil aprovou nota repudiando o "pacote de abril" assim: "O Brasil vive, na verdade, um período obscurantista na sua história constitucional, caracterizado por uma crescente distonia entre os atos do governo e a vontade da Nação, isolada na planície dos desertos do poder". Finaliza caracterizando essa "reforma" como típica das ditaduras.

MAIO

— Ocorre as primeiras greves estudantis em São Paulo contra a prisão de 11 pessoas, no dia 1º de Maio. Os estudantes lançam o manifesto: **Hoje, consente quem cala.**

— 19 de Maio, Dia Nacional de Luta dos Estudantes pelas Liberdades democráticas. Vários atos públicos são realizados no País. Na Bahia vários jornalistas são presos e espancados quando cobriam o Ato Público.

JULHO

— A Universidade Nacional de Brasília entra em greve, contra as punições arbitrárias do reitor-capitão Azevedo aplicadas a vários estudantes que participaram também do Ato Público.

— 800 universitários são presos em Belo Horizonte quando tentavam realizar o III Encontro Nacional de Estudantes.

— O MDB vai a televisão, e é assistido por mais de trinta milhões de

brasileiros (mais de quarenta milhões assistiram pelo rádio). Criticam a política econômica, social e cultural do governo os deputados Alceu Collares e Ulisses Guimarães e o senador Franco Montoro. O deputado Alencar Furtado começa o seu pronunciamento homenageando os companheiros que foram cassados, os "heróis da resistência democrática", de Sérgio Magalhães e Marcos Tito, de Mário Covas e Nadyr Rosseti, de Martins Rodrigues e Lisâneas Maciel. Denuncia a escalada da tortura após 64: "o programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos, filhos órfãos de pais vivos, quem sabe, mortos, talvez, órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúvem com maridos vivos, talvez, ou mortos, quem sabe, viúvas do talvez e do quem sabe".

— O general presidente, cassa o mandato do Deputado Alencar Furtado, líder do MDB. Tomando conhecimento da brutalidade, Alencar disse que o programa do dia 27 "deve ter endoidado muita gente. Se tivesse que dizer de novo, diria outra vez". E concluiu: "A luta tem que continuar. Comigo foram cassados mais de 50 milhões de brasileiros que nos aplaudiram".

JULHO

— Os cientistas brasileiros realizam em São Paulo XXVIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, após o governo ter proibido a dos funcionários públicos no Encontro e se negado a conceder recursos para sua realização.

AGOSTO

— Em entrevista a jornais, o brigadeiro Grum Moss, ex-Ministro do Superior Tribunal Militar e ex-Ministro da Aeronáutica no governo Jânio, reclamou a volta dos militares aos quartéis: "Não há mais motivos para que os militares continuem no poder. O País precisa voltar à democracia, à liberdade. O pleno Estado de Direito deve ser imposto, como uma exigência do País".

— O general Rodrigo Otávio, ministro e presidente do Superior Tribunal Militar prega o retorno do País ao Estado de Direito e a redemocratização plena.

— Vários militares pregam o retorno ao Estado de Direito. O coronel Ruy

Castro escreve ao Alto Comando, dizendo que a Nação não admite donos e que a opinião pública dá mostras de estar cansada do regime. E acrescenta: "Só há uma saída para o impasse político a que chegamos: convocação de Assembléia Nacional Constituinte, eleita livremente". Logo após o coronel Ruy Castro é preso por ordem do I Exército.

— Os metalúrgicos de São Paulo se reúnem em Assembléia Geral e decidem lutar por aumentos salariais para compensar o pequeno aumento de 1973 dado pelo governo baseado nos índices do custo de vida por ele mesmo forjado, para menos.

— Os Juristas de São Paulo divulgam numa histórica noite o documento denominado "Carta aos Brasileiros", onde fazem a distinção do que é Democracia e Ditadura, entre o que é legal e que o que é legítimo. Num dos trechos do histórico documento eles afirmam: "Chamamos de Ditadura o regime que o Governo está separado da Sociedade Civil. Ditadura é o regime em que a Sociedade Civil não elege seus governantes e não participa do Governo. Ditadura é o regime em que o governo governa sem o Povo. Ditadura é o regime que o poder não vem do Povo. Ditadura é o regime que castiga seus adversários e proíbe a contestação das razões em que ela se procura fundar".

SETEMBRO

— Os metalúrgicos de São Paulo vão aos ministros da Fazenda e do Planejamento, discutir a reposição dos salários perdidos em 1973, com adulteração dos índices inflacionários. O governo mantém irredutível, apesar de reconhecer a fraude por si praticada. Os metalúrgicos decidem processar o governo.

— O Movimento Democrático Brasileiro, por aclamação dos participantes de sua Convenção Nacional toma a histórica decisão de convocar a Assembléia Nacional Constituinte.

— Em Recife, os senadores Paulo Brossard, Marcos Freire e Teotônio Vilela (este da Arena) são impedidos pela Polícia, de entrar na Faculdade de Direito para realizarem conferências e debates sobre a Assembléia Nacional Constituinte. Os senadores e os estudantes fazem então uma passeata no Centro de Recife, sendo reprimidos pela Polícia que prendeu vários Estudantes.



ALA JOVEM: UMA HISTÓRIA DE PARTICIPAÇÃO E LUTA

Em abril de 1975 um documento intitulado CHEGA DE TRAIÇÃO É HORA DE MUDAR é lançado pelo grupo de jovens opositores que desde o Seminário do MDB em Conquista (janeiro do mesmo ano) vinha sendo denominado como Ala Jovem do MDB. Neste manifesto a Ala Jovem assume a denominação, denuncia o fenômeno do "adesismo" baiano como o principal responsável pela derrota eleitoral nas eleições senatoriais de 1974.

Veicula também uma conclamação à juventude baiana no sentido de que participar do MDB era a forma mais concreta de isolar o adesismo e dar consequência à luta pela Democracia e por melhores condições de vida para nosso povo.

O então vereador Sérgio Santana, Marcelo Cordeiro, Adelmo Oliveira e Domingos Leonelli responsabilizam-se pelo documento (cuja redação final foi de Eduardo Safira) bem como pela coordenação provisória da Ala Jovem do MDB na Bahia.

MAIS DE 1.000 NOVOS FILIADOS AO MDB

Participando ativamente da vida partidária — denunciando o adesismo e propondo saídas para a inércia do MDB — a Ala Jovem atraiu para o MDB centenas de jovens estudantes, trabalhadores e profissionais liberais. Até junho de 1975 mais de 1000 filiações eram encaminhadas ao MDB, fruto do esforço de politização e mobilização realizado pela Ala Jovem.

Neste primeiro esforço de mobilização política registraram-se memoráveis conferências dos companheiros Lysâneas Maciel e Marcos Freire superlotando o auditório da Associação de Funcionários Públicos, que aliás seria o palco das principais manifestações políticas nos últimos anos, honrando sua longa tradição democrática. A ala Jovem estava, na verdade, abrindo um caminho de participação política que se comprovaria extremamente amplo e proveitoso nos meses e anos seguintes.

SÉRGIO É PRESO MAS A LUTA CONTINUA

Numa coincidência de grande felicidade para o grupo "adesista" em Salvador, o vereador Sérgio Santana é injustamente preso com outros companheiros que compunham a chapa Oposição Autêntica pronta para concorrer — com grande chance de vitória — à Convenção Municipal de Salvador em julho de 1975.

Mais que uma derrota infra-partidária aquelas prisões — ilegais e seguidas de violências — significavam uma brutal afronta à consciência civilizada da Bahia. A cidade — através de suas



Deputado Elquissom Soares, Vereador Marcelo Cordeiro e a Coordenação da Ala Jovem do MDB.

mais representativas lideranças — mobilizou-se numa gigantesca e comovente cadeia de solidariedade.

A Ala Jovem, consciente da responsabilidade em não permitir a desmobilização democrática, nem a instalação do medo — um dos objetivos dos sequestros e das torturas — marca sua presença e seu protesto não apenas com declarações, mas também participando da Convenção emedebista.

Dias antes — através de uma intensa mobilização — já havia feito abortar uma sordida manobra liderada pelo ex-candidato ao Senado no sentido de usar o próprio MDB para cassar o mandato de vereador do companheiro Sérgio Santana.

MAROTINHO, CAXUNDÉ

O ano de 1976 inicia-se com a luta dos moradores da Baixa do Marotinho contra a Prefeitura de Salvador que, sem nenhum plano para o local, insiste em expulsar mais de 300 famílias proletárias. O ex-prefeito J. Hage — em nome do princípio da prioridade e de uma pretensiosa e arrogante intenção de "não permitir" invasões obtém uma triste e efêmera vitória: com grande aparato policial expulsa as famílias e devolve a área ao abandono.

Os grandes proprietários das áreas contíguas ao Marotinho — entre os quais o

para organizar a solidariedade aos atingidos, denunciando violências e propondo soluções.

1976: ALA JOVEM NA VITÓRIA DA OPOSIÇÃO

Influindo decisivamente na vitória da Oposição, a Ala Jovem elegeu 2 dos seus 5 candidatos a vereador em novembro de 76. A necessidade de ganhar credibilidade junto ao eleitorado e dar conteúdo à campanha eleitoral, abre as portas do MDB municipal à Ala Jovem. E pela primeira vez — por isso — verifica-se uma campanha eleitoral do MDB baiano sem manifestações públicas de adesismo.

Marcelo Cordeiro sagra-se como o mais votado vereador da cidade. A luta do Caxundé e o apoio decisivo da Ala Jovem levam também à Câmara de Vereadores o professor Agenor Oliveira. E os outros três candidatos — os bravos companheiros Walnigro Peres, Luiz Augusto Gomes e Antonio Leite — consolidam suas lideranças com razoáveis votações.

AGORA A CONSTITUINTE

A Ala Jovem praticamente abriu o Debate pela Constituinte na Bahia. Com o documento CONSTITUINTE, UM PASSO À FRENTE, que a Coordenação da Ala Jovem solicitou do companheiro Domingos Leonelli, inicia-se o debate interno que culminaria com a nossa participação na Convenção Nacional do MDB em Brasília — onde a proposta de criação de CÍRCULOS DE DEBATE recebe unânime aprovação.

Antes disso, no entanto, já tinha sido realizados na Bahia debates públicos com as presenças do Prof. Josafá Marinho e do Deputado Elquissom Soares.

AS MULHERES BAIANAS TAMBÉM QUEREM ANISTIA

O Movimento Feminino pela Anistia foi a resposta mais coerente que um grupo de mulheres brasileiras decidiu dar ao Chamamento do Ano Internacional da Mulher, ou seja, a mulher deseja participar integralmente no destino do seu país e este envolve toda a problemática social e política, não somente a sua posição no lar e no trabalho.

Nascido em São Paulo, logo ganhou núcleos em vários estados e, aqui na Bahia, surgiu a partir da visita de Terezinha Zerbini, Presidente do Movimento e uma de suas fundadoras. Foi-se constituindo aos poucos, com reuniões periódicas de mulheres de vários estratos sociais e contando com o apoio de setores significativos da Igreja Católica e Protestante, de entidades de profissionais liberais e de entidades estudantis.

CORRENTE DA ANISTIA

É um movimento legal, de caráter amplo, que pretende congrega em campanha permanente todos os brasileiros conscientes de que a Anistia ampla e incondicional a todos os presos, banidos, cassados por motivos políticos a partir de 64



Homenagem a Maria Quitéria no último dia 2 de julho.

Participou, junto com os demais setores democráticos da comunidade, no "Ato Público do dia 19 de maio por Liberdades Democráticas", dando a conhecer seu Manifesto, realizou uma palestra comemorativa do Dia Internacional da Mulher, com a contribuição de personalidades baianas compareceu à praça pública no dia 2 de julho para homenagear (com a presença de sua Presidente, Terezinha Zerbini) Maria Quitéria, mulher-símbolo do



intitulado CHEGA DE TRAIÇÃO É HORA DE MUDAR é lançado pelo grupo de jovens opositoristas que desfilou o Seminário do MDB em Conquista (janeiro do mesmo ano) vinha sendo denominado como Ala Jovem do MDB. Neste manifesto a Ala Jovem assume a denominação, denuncia o fenômeno do "adesismo" baiano como o principal responsável pela derrota eleitoral nas eleições sanatoriais de 1974.

Veicula também uma conchamação à juventude baiana no sentido de que participar do MDB era a forma mais concreta de isolar o adesismo e dar consequência à luta pela Democracia e por melhores condições de vida para nosso povo.

O então vereador Sérgio Santana, Marcelo Cordeiro, Adelmo Oliveira e Domingos Leonelli responsabilizam-se pelo documento (cuja redação final foi de Eduardo Safira) bem como pela coordenação provisória da Ala Jovem do MDB na Bahia.

MAIS DE 1.000 NOVOS FILIADOS AO MDB

Participando ativamente da vida partidária — denunciando o adesismo e propondo saídas para a inércia do MDB — a Ala Jovem atraiu para o MDB centenas de jovens estudantes, trabalhadores e profissionais liberais. Até junho de 1975 mais de 1000 filiações eram encaminhadas ao MDB, fruto do esforço de politização e mobilização realizado pela Ala Jovem.

Neste primeiro esforço de mobilização política registraram-se memoráveis conferências dos companheiros Lysiane Maciel e Marcos Freire superlotando o auditório da Associação de Funcionários Públicos, que aliás seria o palco das principais manifestações políticas nos últimos anos, honrando sua longa tradição democrática. A ala Jovem estava, na verdade, abrindo um caminho de participação política que se comprovaria extremamente amplo e proveitoso nos meses e anos seguintes.

SÉRGIO É PRESO MAS A LUTA CONTINUA

Numa coincidência de grande felicidade para o grupo "adesista" em Salvador, o vereador Sérgio Santana é injustamente preso com outros companheiros que compunham a chapa Oposição Autêntica pronta para concorrer — com grande chance de vitória — à Convenção Municipal de Salvador em julho de 1975.

Mais que uma derrota infra-partidária aquelas prisões — ilegais e seguidas de violências — significavam uma brutal afronta à consciência civilizada da Bahia. A cidade — através de suas



Deputado Elquissom Soares, Vereador Marcelo Cordeiro e a Coordenação da Ala Jovem do MDB.

mais representativas lideranças — mobilizou-se numa gigantesca e comovente cadeia de solidariedade.

A Ala Jovem, consciente da responsabilidade em não permitir a desmobilização democrática, nem a instalação do medo — um dos objetivos dos sequestros e das torturas — marca sua presença e seu protesto não apenas com declarações, mas também participando da Convenção emedebista.

Dias antes — através de uma intensa mobilização — já havia feito abortar uma sordida manobra liderada pelo ex-candidato ao Senado no sentido de usar o próprio MDB para cassar o mandato de vereador do companheiro Sérgio Santana.

MAROTINHO, CAXUNDÉ

O ano de 1976 inicia-se com a luta dos moradores da Baixa do Marotinho contra a Prefeitura de Salvador que, sem nenhum plano para o local, insiste em expulsar mais de 300 famílias proletárias. O ex-prefeito J. Hage — em nome do princípio da propriedade e de uma pretensiosa e arrogante intenção de "não permitir" invasões obtém uma triste e efêmera vitória: com grande aparato policial expulsa as famílias e devolve a área ao abandono.

Os grandes proprietários das áreas contíguas ao Marotinho — entre os quais o

maior é o Sr. Renato Schindler — e a Fábrica Poliflex vibram com o resultado.

No rastro de violência e seguindo os passos do ex-prefeito o grileiro Zeca Coelho derruba, a bala, casas no Caxundé.

Em ambos os acontecimentos a Ala Jovem participa intensamente, contribuindo

para organizar a solidariedade aos atingidos, denunciando violências e propondo soluções.

1976: ALA JOVEM NA VITÓRIA DA OPOSIÇÃO

Influindo decisivamente na vitória da Oposição, a Ala Jovem elegeu 2 dos seus 5 candidatos a vereador em novembro de 76. A necessidade de ganhar credibilidade junto ao eleitorado e dar conteúdo à campanha eleitoral, abre as portas do MDB municipal à Ala Jovem. E pela primeira vez — por isso — verifica-se uma campanha eleitoral do MDB baiano sem manifestações públicas de adesismo.

Marcelo Cordeiro sagra-se como o mais votado vereador da cidade. A luta do Caxundé e o apoio decisivo da Ala Jovem levam também à Câmara de Vereadores o professor Agenor Oliveira. E os outros três candidatos — os bravos companheiros Walnigno Peres, Luiz Augusto Gomes e Antonio Leite — consolidam suas lideranças com razoáveis votações.

AGORA A CONSTITUINTE

A Ala Jovem praticamente abriu o Debate pela Constituinte na Bahia. Com o documento CONSTITUINTE, UM PASSO À FRENTE, que a Coordenação da Ala Jovem solicitou do companheiro Domingos Leonelli, inicia-se o debate interno que culminaria com a nossa participação na Convenção Nacional do MDB em Brasília, onde a proposta de criação de CÍRCULOS DE DEBATE recebe unânime aprovação.

Antes disso, no entanto, já tinha sido realizados na Bahia debates públicos com as presenças do Prof. Josafá Marinho e do Deputado Elquissom Soares.

AS MULHERES BAIANAS TAMBÉM QUEREM ANISTIA

O Movimento Feminino pela Anistia foi a resposta mais coerente que um grupo de mulheres brasileiras decidiu dar ao Chamamento do Ano Internacional da Mulher, ou seja, a mulher deseja participar integralmente no destino do seu país e este envolve toda a problemática social e política, não somente a sua posição no lar e no trabalho.

Nascido em São Paulo, logo ganhou núcleos em vários estados e, aqui na Bahia, surgiu a partir da visita de Terezinha Zerbini, Presidente do Movimento e uma de suas fundadoras. Foi-se constituindo aos poucos, com reuniões periódicas de mulheres de vários estratos sociais e contando com o apoio de setores significativos da Igreja Católica e Protestante, de entidades de profissionais liberais e de entidades estudantis.

CORRENTE DA ANISTIA

É um movimento legal, de caráter amplo, que pretende congregiar em campanha permanente todos os brasileiros conscientes de que a Anistia ampla e incondicional a todos os presos, banidos, cassados por motivos políticos a partir de 64 é uma necessidade imperiosa para a nação juntamente com outras medidas destinadas a permitir que o povo participe amplamente nas decisões que lhe dizem respeito. Nesse sentido, o MFPA integra-se na campanha por uma Constituinte, tal como ela é formulada pelo documento aprovado na Convenção do MDB.

O Núcleo da Bahia, coerente com seu Programa Básico, tem desenvolvido atividades, todas de caráter público, destinadas a deflagrar amplamente a luta pela Anistia, bem como a reforçar com seu apoio as lutas por democracia e respeito aos Direitos do Homem.



Homenagem a Maria Quitéria no último dia 2 de julho.

Participou, junto com os demais setores democráticos da comunidade, no "Ato Público do dia 19 de maio por Liberdades Democráticas", dando a conhecer seu Manifesto, realizou uma palestra comemorativa do Dia Internacional da Mulher, com a contribuição de personalidades baianas compareceu à praça pública no dia 2 de julho para homenagear (com a presença de sua Presidente, Terezinha Zerbini) Maria Quitéria, mulher-símbolo do MFPA como mulher participante.

Celebrou um Culto Ecumênico de lançamento oficial do Movimento no Colégio das Mercês, e prepara-se para realizar uma "Noite de Arte" em prol da Campanha da Anistia, para a qual pretende contar com a colaboração de todos os setores da atividade artística de Salvador e contribuições de outros estados.

Como formas permanentes de divulgação e ampliação das adesões o movimento está fazendo circular uma "Corrente da Anistia" e um Abaixo-assinado permanente que subscreve ao Manifesto Nacional do MFPA.



Debate promovido pela Ala Jovem na Associação dos Funcionários Públicos.

O QUE É UMA CONSTITUIÇÃO

O QUE É A CONSTITUIÇÃO

Constituição é a lei suprema de um País. A lei maior, que está acima de todas as outras leis. Nada, aliás, pode ficar acima da Constituição, nenhuma lei, nenhum governo, nenhum homem.

É a Carta Magna do País.

As outras leis têm que estar de acordo com ela.

A Constituição é o que garante aos homens que eles são iguais perante a lei. Só existe legalidade se houver Constituição.

Sendo tão importante, a Constituição deve ser respeitada por todos: pelo operário, pelo delegado de polícia, pelo gari, pelo estudante, pelo general, pelo Presidente da República, por todos, enfim.

E também por ser assim tão importante, ela só tem valor, se é legítima, se nasce da vontade de todo o Povo. E só existe um modo do Povo fazer uma Constituição. A Assembléia Nacional Constituinte.

O QUE É UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte é a reunião de representantes

do povo — livremente eleitos — com a finalidade especial de elaborar a Constituição do País.

São deputados e senadores eleitos com essa missão muito especial: dizem o que nós cidadãos comuns, queremos que se escreva na Constituição.

Séculos e séculos de cultura e de saber jurídico chegaram a essa conclusão: só existe democracia de verdade se o Poder emanar (sair) do Povo. E o Poder Constituinte só vale se pertencer ao Povo.

A Liberdade e a Justiça só podem existir num Estado de Direito, e o Estado de Direito só existe se houver, também, uma ordem constitucional.

O Estado de Direito é, exatamente, a sociedade que é governada, acima de tudo, pela Constituição.

Assim é que, para haver uma Assembléia Nacional Constituinte, que faça nascer uma Constituição, é preciso que haja liberdade. É preciso que os representantes do Povo, que vão escrever a Lei Magna, levem as verdadeiras opiniões, os verdadeiros desejos do Povo.

Por isso, para haver uma verdadeira Assembléia Nacional Cons-

tituinte, é preciso que nela estejam representados todos os cidadãos. Todas as classes sociais. Todos os pensamentos políticos.

É a lei maior nascendo. E todos os brasileiros são pais e mães dessa Lei. Ela tem de ter um "quê" de todos.

QUEM LUTA HOJE POR NOVA CONSTITUIÇÃO

A verdade é que o Brasil de hoje não está sendo governado de acordo com a Constituição.

E essa é a razão pela qual o Movimento Democrático Brasileiro aprovou — em sua Convenção Nacional, de 14 de setembro a resolução de lutar por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, não é só o MDB que deseja uma nova Constituição, para devolver o País ao Estado de Direito.

Os Juristas do Brasil, em detalhada Carta aos Brasileiros, esclareceram, definitivamente, o que é o Estado de Direito, e deixaram claro, para toda a Nação, que não estamos vivendo nele.

Os cientistas concluíram seu congresso — com milhares de representantes, de todas as áreas do

Saber — pedindo a volta ao Estado de Direito.

Os advogados, através de sua secular Ordem dos Advogados do Brasil, pedem a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

A Igreja, através de documentos pastorais e mesmo contatos com autoridades, insiste firmemente no estabelecimento do Estado de Direito e no fim da opressão.

Os estudantes, enfrentando, por vezes, a polícia, e arriscando-se a duras penalidades, dão exemplo de bravura nesta luta por liberdade.

Militares conscientes e sensatos têm, também, se pronunciado pela volta ao Estado de Direito e o convênio de uma Assembléia Nacional Constituinte.

As mulheres que lutam pela Anistia juntaram à sua reivindicação, exigência de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Os empresários, através dos seus mais expressivos líderes exigem o fim do regime de exceção.

Intelectuais, escritores, profissionais liberais, e agora os operários em luta pela devolução do que lhe foi retirado, por falsificação, manifestam-se, decididamente pela Democracia.

CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL

7 Constituições, 3 Constituintes

1824	A Constituição da Independência	D. Pedro promulga autoritariamente a Constituição imperial.
1891	A Constituição da República	Uma CONSTITUINTE com inexpressiva participação popular elabora a primeira Constituição republicana.
1934	A Constituição da Revolução de 30	Nova CONSTITUINTE , também com escassa representação popular, faz a segunda constituição republicana.
1937	A Constituição do Estado Novo	Getúlio dá um golpe de Estado e outorga uma Constituição de inspiração facista.

Como em todos os países, também no Brasil, a feitura de novas Constituições coincidiram com as mudanças da nossa sociedade.

Logo depois da Independência tivemos a primeira Constituição Brasileira. Nesse tempo, quando na Bahia assestavamos os últimos golpes nas tropas de ocupação de Portugal, enquanto botávamos os portugueses daqui pra fora, reunia-se no Rio de Janeiro uma Assembléia Nacional Constituinte. D. Pedro I não gostou muito do jeito valente dos deputados constituintes que, patrioticamente, queriam afirmar acima de tudo o Brasil. D. Pedro achava que o Brasil era ele mesmo: dissolveu a Assembléia e outorgou (impôs a força) a

INSTITUIÇÃO E PORQUE LUTAMOS PC

preciso que nela estejam todos os cidadãos. Os interesses sociais. Todos os políticos. maior nascendo. E todos são pais e mães dessa de ter um "quê" de

HOJE POR NOVA

de é que o Brasil de hoje o governado de acordo

é a razão pela qual o Democrático Brasileiro em sua Convenção 14 de setembro a lutar por uma Assembleia Nacional Constituinte.

é só o MDB que deseja constituição, para devolver o de Direito.

istas do Brasil, em luta aos Brasileiros, definitivamente, o que é direito, e deixaram claro, ação, que não estamos

istas concluíram seu com milhares de de todas as áreas do

Saber — pedindo a volta ao Estado de Direito.

Os advogados, através de sua secular Ordem dos Advogados do Brasil, pedem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

A Igreja, através de documentos, pastorais e mesmo contatos com autoridades, insiste firmemente no estabelecimento do Estado de Direito, e no fim da opressão.

Os estudantes, enfrentando, por vezes, a polícia, e arriscando-se a duras penalidades, dão exemplo de bravura, nesta luta por liberdade.

Militares conscientes e sensatos, têm, também, se pronunciado pela volta ao Estado de Direito e da convenção de uma Assembleia Nacional Constituinte.

As mulheres que lutam pela Anistia juntaram à sua reivindicação, a exigência de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Os empresários, através dos seus mais expressivos líderes exigem o fim do regime de exceção.

Intelectuais, escritores, profissionais liberais, e agora os operários, em luta pela devolução do que lhe foi retirado, por falsificação, manifestam-se, decididamente pela Democracia.

AS LEIS

TAMBÉM

OBEDECEM

A UMA

HIERARQUIA

Tomemos como exemplo uma pirâmide, onde no vértice estivesse a lei maior — que é a Constituição — é a seguinte a ordem hierárquica, de modo decrescente:

1 — A Constituição — lei máxima — está acima de todas.

2 — A lei ordinária, que é aquela de iniciativa de qualquer das casas do Congresso, e por ele votada.

3 — Decreto-Lei, que é a lei elaborada pelo Executivo, mas submetida à chancela, ou aprovação, do poder legislativo.

4 — O Decreto, que é lei de iniciativa, só do poder Executivo.

5 — As portarias, que são normas de iniciativa dos órgãos da administração pública.

NOVA CONSTITUIÇÃO NOVO BRASIL.

A Democracia não é uma palavra vazia. Não é apenas o direito dos jornais publicarem artigos livremente. Não é apenas o direito dos estudantes irem as ruas. Não é apenas o direito dos políticos criticarem o Governo sem medo de perder os mandatos.

A Democracia que deve renascer mais forte de uma Constituinte é muito mais.

É o direito do Povo participar e decidir sobre um tipo de desenvolvimento econômico que nos liberte da miséria.

É o direito do Povo corrigir o atual desenvolvimento econômico brasileiro.

Um desenvolvimento em que os trabalhadores — principais responsáveis por toda a riqueza nacional — carregam nas costas o peso de uma imensa pirâmide de injustiças, de autoritarismo e de incompetência. E enquanto os donos do dinheiro têm o direito de vetar medidas governamentais (como as indústrias multinacionais que fabricam automóveis vetam as "simonetes) os salários dos operários perdem diariamente o valor. E até os índices de custo de vida são falsificados.

Um desenvolvimento em que o Governo socorre com milhões de

cruzeiros empresas falidas e recusa-se a devolver aos metalúrgicos o que lhes foi subtraído por falsificação de estatística.

Nesses últimos 13 anos a força de trabalho dos brasileiros foi canalizada para obras como a Ponte Rio-Niterói, Transamazônica, estádios esportivos. A poupança forçada do FGTS foi para o BNH que usou 80 por cento desses recursos para financiar os espigões e as grandes mansões verticais, os apartamentos de luxo para favorecer o lucro imobiliário.

Nesses 13 anos o capital tem recebido proteção. Os salários tem recebido repressão.

Uma nova Constituição não vai resolver, por si, esses problemas. Não é, em si mesma, uma solução.

Mas uma nova constituição deve ser o espelho de um novo regime. Um regime democrático onde os brasileiros, através de seus partidos políticos, através dos seus sindicatos livres, através de suas associações e através de seus representantes parlamentares possam influir, possam participar sobre o que é bom para o Brasil.

Só com a participação dos brasileiros teremos uma Pátria livre e forte.

COMO LUTAR PELA CONST

Uma nova constituição é assunto que interessa a todos os cidadãos brasileiros. A tarefa do MDB é conscientizá-los disso e transformar o interesse em participação.

Transformar a moção geral do que seja uma Constituição numa profunda consciência sobre o valor e o significado da Carta Magna.

Para isso é necessário discutir.

Para isso é necessário um mínimo de organização. Uma organização tão flexível e ampla quanto o próprio assunto/objetivo.

Os CIRCULOS DE DEBATES não precisam, necessariamente, serem compostos apenas de membros do MDB e a iniciativa de sua formação pode partir dos Diretórios do MDB ou de qualquer membro do Partido.

Trata-se de reunir pessoas de um mesmo bairro de uma mesma

do princípio de que a maioria dos ocupantes de minúsculos pedaços de terra fizeram isso por absoluta impossibilidade de comprar sua moradia, é necessário uma lei que discipline o comércio da terra.

Lutar pela Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita é, a um só tempo, lutar pela sua convocação e contribuir para que a nova Constituição — que todos desejam — atenda aos verdadeiros interesses da Pátria. Entendendo-se Pátria como Povo.

A luta por uma Assembleia Nacional Constituinte deverá ocorrer portanto em dois planos, dois cavalos puxando uma só carroça:

Plano 1 — É a luta pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Ou seja, lutar para que haja, realmente uma Assembleia Constituinte. Para que ela seja convocada, livremente eleita e funcione. Nesta luta já estão envolvidos os

República característico aspecto da luta.

Plano 2 — É a discussão, e elaboração de sugestões para um Constituição Brasileira claro que isso tem a lutar pela convocação deve começar já transformando a Constituinte em fazendo com que a proposta pelas eleições bem informadas da decisão consciente do povo. Os CIRCULOS DEBATE poderão ter uma das formas de se levar adiante o debate.

O MDB apr sua Convenção mais do que uma tese. Aprovou concretas para esta jornada. Propostas globais os dois planos citados. Uma submeta a especulação imobiliária ao interesse ao direito inalienável de morar.

E CONSTITUIÇÕES

IA DO BRASIL

Como em todos os países, também no Brasil, a feitura de novas Constituições coincidiram com as mudanças da nossa sociedade.

Logo depois da Independência tivemos a primeira Constituição Brasileira. Nesse tempo, quando na Bahia assestavamos os últimos golpes nas tropas de ocupação de Portugal, enquanto botávamos os portugueses daqui pra fora, reunia-se no Rio de Janeiro uma Assembleia Nacional Constituinte. D. Pedro I não gostou muito do jeito valente dos deputados constituintes que, patrioticamente, queriam afirmar acima de tudo o Brasil. D. Pedro achava que o Brasil era ele mesmo: dissolveu a Assembleia e outorgou (impôs a força) a

partidos políticos livremente organizados e com todas as correntes de pensamento se manifestando. Os conservadores fizeram, no entanto, prevalecer seus interesses.

Em 1967 as forças políticas que fizeram o movimento político-militar de 1964 tendo na presidência Castelo Branco, obrigaram um Congresso, enfraquecido pelas cassações a aprovar uma nova Constituição. O Congresso que a votou não havia recebido delegação para tal.

E em 1969 foi aprovada uma Emenda Constitucional tão profunda que ficou conhecida como Constituição de 69. E quem a aprovou? Uma Junta Militar que substituiu o presidente Costa e Silva.

nte a Constituição im-

inexpressiva partici-
constituição republica-

bém com escassa re-
constituição republi-

outorga uma Consti-

E PORQUE LUTAMOS POR ELA

AS LEIS TAMBÉM OBEDECEM A UMA HIERARQUIA

Tomemos como exemplo uma pirâmide, onde no vértice estivesse a lei maior — que é a Constituição — e a seguinte a ordem hierárquica, de modo decrescente:

1 — A Constituição — lei máxima — está acima de todas.

2 — A lei ordinária, que é aquela de iniciativa de qualquer das casas do Congresso, e por ele votada.

3 — Decreto-Lei, que é a lei elaborada pelo Executivo, mas submetida à chancela, ou aprovação, do poder legislativo.

4 — O Decreto, que é lei de iniciativa, só do poder Executivo.

5 — As portarias, que são normas de iniciativa dos órgãos da administração pública.

NOVA CONSTITUIÇÃO NOVO BRASIL.

A Democracia não é uma palavra vazia. Não é apenas o direito dos jornais publicarem artigos livremente. Não é apenas o direito dos estudantes irem as ruas. Não é apenas o direito dos políticos criticarem o Governo sem medo de perder os mandatos.

A Democracia que deve renascer mais forte de uma Constituinte é muito mais.

É o direito do Povo participar e decidir sobre um tipo de desenvolvimento econômico que nos liberte da miséria.

É o direito do Povo corrigir o atual desenvolvimento econômico brasileiro.

Um desenvolvimento em que os trabalhadores — principais responsáveis por toda a riqueza nacional — carregam nas costas o peso de uma imensa pirâmide de injustiças, de autoritarismo e de incompetência. E enquanto os donos do dinheiro têm o direito de vetar medidas governamentais (como as indústrias multinacionais que fabricam automóveis vetaram as "simonetes) os salários dos operários perdem diariamente o valor. E até os índices de custo de vida são falsificados.

Um desenvolvimento em que o Governo socorre com milhões de

cruzeiros empresas falidas e recusa-se a devolver aos metalúrgicos o que lhes foi subtraído por falsificação de estatística.

Nesses últimos 13 anos a força de trabalho dos brasileiros foi canalizada para obras como a Ponte Rio-Niterói, Transamazônica, estádios esportivos. A poupança forçada do FGTS foi para o BNH que usou 80 por cento desses recursos para financiar os espigões e as grandes mansões verticais, os apartamentos de luxo para favorecer o lucro imobiliário.

Nesses 13 anos o capital tem recebido proteção. Os salários tem recebido repressão.

Uma nova Constituição não vai resolver, por si, esses problemas. Não é, em si mesma, uma solução.

Mas uma nova constituição deve ser o espelho de um novo regime. Um regime democrático onde os brasileiros, através de seus partidos políticos, através dos seus sindicatos livres, através de suas associações e através de seus representantes parlamentares possam influir, possam participar sobre o que é bom para o Brasil.

Só com a participação dos brasileiros teremos uma Pátria livre e forte.

É HORA DE CONVOCAR UMA CONSTITUINTE

Veja porque.

Cientistas, religiosos, intelectuais, estudantes, operários, empresários e políticos exigem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O MDB fez da Constituinte sua bandeira. Mas nem o MDB, nem todos esses setores da nossa sociedade querem subversão, insurreição, derrubada do regime capitalista. Querem apenas LIBERDADE.

E Assembleia Nacional Constituinte é o recomeço do império da Lei neste País.

A Assembleia Nacional Constituinte precedida de anistia, precedida da revogação do AI-5, precedida da livre organização partidos políticos autênticos não é a expulsão dos militares da vida pública. Não é a revogação da chamada Revolução de 1964, pois ninguém revoga o que realmente aconteceu, embora revolução não seja a denominação exata.

A Assembleia Nacional Constituinte é uma forma de devolver ao Povo o direito de influir, de opinar nos destinos do Brasil. Seria exigir demais?

COMO LUTAR PELA CONSTITUINTE.

Uma nova constituição é assunto que interessa a todos os cidadãos brasileiros. A tarefa do MDB é conscientizá-los disso e transformar o interesse em participação.

Transformar a moção geral do que seja uma Constituição numa profunda consciência sobre o valor e o significado da Carta Magna.

Para isso é necessário discutir.

Para isso é necessário um mínimo de organização. Uma organização tão flexível e ampla quanto o próprio assunto/objetivo.

Os CIRCULOS DE DEBATES não precisam, necessariamente, serem compostos apenas de membros do MDB e a iniciativa de sua formação pode partir dos Diretórios do MDB ou de qualquer membro do Partido.

Trata-se de reunir pessoas de um mesmo bairro, de uma mesma

do princípio de que a maioria dos ocupantes de minúsculos pedaços de terra fizeram isso por absoluta impossibilidade de comprar sua moradia, é necessário uma lei que discipline o comércio da terra.

Lutar pela Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita é, a um só tempo, lutar pela sua convocação e contribuir para que a nova Constituição — que todos desejam — atenda aos verdadeiros interesses da Pátria. Entendendo-se Pátria como Povo.

A luta por uma Assembleia Nacional Constituinte deverá ocorrer portanto em dois planos, dois cavalos puxando uma só carroça:

Plano 1 — É a luta pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Ou seja, lutar para que haja, realmente uma Assembleia Constituinte. Para que ela seja convocada, livremente eleita e funcione. Nesta luta já estão envolvidos os

República caracterizam este aspecto da luta.

Plano 2 — É o debate, a discussão, e elaboração de sugestões para uma nova Constituição Brasileira. É claro que isso também é lutar pela convocação, e deve começar já pois vai transformando a idéia da Constituinte em força. Fazendo com que a alternativa proposta pelas elites mais bem informadas passe a ser decisão consciente de todo o povo. Os CIRCULOS DE DEBATE poderão representar uma das formas concretas de se levar adiante esse debate.

O MDB aprovou na sua Convenção Nacional mais do que uma simples tese. Aprovou propostas concretas para esta grande jornada. Propostas que englobam os dois planos acima citados. Uma lei que submeta a especulação imobiliária ao interesse social, ao direito inalienável e cristão de morar.

dores, os contadores, os profissionais liberais, enfim, têm sugestões concretas a apresentar sobre suas atividades e sobre a vida do País. Algumas delas podem e devem ser transformadas em princípios constitucionais para que possam gerar leis ordinárias e regulamentações que só vão ajudar o Brasil a se desenvolver.

Os trabalhadores precisam ver asseguradas numa nova Constituição garantia sobre a livre organização sindical. Como principais responsáveis pelo desenvolvimento e pelo progresso têm também um profundo conhecimento sobre a realidade brasileira que se for despertado e se encontrar receptividade da parte de um Governo Democrático (do qual eles façam parte ativa) podem ser transformados em projetos nacionais de grande valia.

As donas de casa, os estudantes, os funcionários públicos, os técnicos, os

partidos políticos livremente organizados e com todas as correntes de pensamento se manifestando. Os conservadores fizeram, no entanto, prevalecer seus interesses.

Em 1967 as forças políticas fizeram o movimento político-lutar de 1964 tendo na presidência Castelo Branco, obrigaram um Congresso, enfraquecido pelas cassações a aprovar uma nova constituição. O Congresso que a não havia recebido delegação para tal.

E em 1969 foi aprovada uma Emenda Constitucional tão profunda que ficou conhecida como constituição de 69. E quem a aprovou? Uma Junta Militar que substituiu o presidente Costa e

pode ficar acima da Constituição, nenhuma lei, nenhum governo, nenhum homem.

É a Carta Magna do País.

As outras leis têm que estar de acordo com ela.

A Constituição é o que garante aos homens que eles são iguais perante a lei. Só existe legalidade se houver Constituição.

Sendo tão importante, a Constituição deve ser respeitada por todos: pelo operário, pelo delegado de polícia, pelo gari, pelo estudante, pelo general, pelo Presidente da República, por todos, enfim.

E também por ser assim tão importante, ela só tem valor, se é legítima, se nasce da vontade de todo o Povo. E só existe um modo do Povo fazer uma Constituição. A Assembléia Nacional Constituinte.

O QUE É UMA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte é a reunião de representantes

comuns, queremos que se escreva na Constituição.

Séculos e séculos de cultura e de saber jurídico chegaram a essa conclusão: só existe democracia de verdade se o Poder emanar (sair) do Povo. E o Poder Constituinte só vale se pertencer ao Povo.

A Liberdade e a Justiça só podem existir num Estado de Direito, e o Estado de Direito só existe se houver, também, uma ordem constitucional.

O Estado de Direito é, exatamente, a sociedade que é governada, acima de tudo, pela Constituição.

Assim é que, para haver uma Assembléia Nacional Constituinte, que faça nascer uma Constituição, é preciso que haja liberdade. É preciso que os representantes do Povo, que vão escrever a Lei Magna, levem as verdadeiras opiniões, os verdadeiros desejos do Povo.

Por isso, para haver uma verdadeira Assembléia Nacional Cons-

Lei. Ela tem de ter um "quê" de todos.

QUEM LUTA HOJE POR NOVA CONSTITUIÇÃO

A verdade é que o Brasil de hoje não está sendo governado de acordo com a Constituição.

E essa é a razão pela qual o Movimento Democrático Brasileiro aprovou — em sua Convenção Nacional, de 14 de setembro a resolução de lutar por uma Assembléia Nacional Constituinte.

Mas, não é só o MDB que deseja uma nova Constituição, para devolver o País ao Estado de Direito.

Os Juristas do Brasil, em detalhada Carta aos Brasileiros, esclareceram, definitivamente, o que é o Estado de Direito, e deixaram claro, para toda a Nação, que não estamos vivendo nele.

Os cientistas concluíram seu congresso — com milhares de representantes, de todas as áreas do

A Igreja, através de documentos pastorais e mesmo contatos com autoridades, insiste firmemente no estabelecimento do Estado de Direito e no fim da opressão.

Os estudantes, enfrentando, por vezes, a polícia, e arriscando-se a duras penalidades, dão exemplo de bravura nesta luta por liberdade.

Militares conscientes e sensatos têm, também, se pronunciado pela volta ao Estado de Direito e da convenção de uma Assembléia Nacional Constituinte.

As mulheres que lutam pela Anistia juntaram à sua reivindicação, exigência de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Os empresários, através de seus mais expressivos líderes exigem o fim do regime de exceção.

Intelectuais, escritores, profissionais liberais, e agora os operários em luta pela devolução do que lhe foi retirado, por falsificação manifestam-se, decididamente pela Democracia.

CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL

7 Constituições, 3 Constituintes

1824	A Constituição da Independência	D. Pedro promulga autoritariamente a Constituição imperial.
1891	A Constituição da República	Uma CONSTITUINTE com inexpressiva participação popular elabora a primeira Constituição republicana.
1934	A Constituição da Revolução de 30	Nova CONSTITUINTE , também com escassa representação popular, faz a segunda constituição republicana.
1937	A Constituição do Estado Novo	Getúlio dá um golpe de Estado e outorga uma Constituição de inspiração facista.
1946	A Constituição da queda de Getúlio	Getúlio é derrubado e uma CONSTITUINTE com relativa participação popular faz uma Constituição predominantemente conservadora.
1967	A Constituição do movimento de 1964	Castello Branco faz um Congresso mutilado e enfraquecido aprovar a Constituição que formaliza a nova ordem.
1969	A Constituição do AI-5	Três ministros militares no poder outorgam a Emenda Constitucional cujo artigo 182 mantém o AI-5 que suspende a própria Constituição.

Como em todos os países, também no Brasil, a feitura de novas Constituições coincidiram com as mudanças da nossa sociedade.

Logo depois da Independência tivemos a primeira Constituição Brasileira. Nesse tempo, quando na Bahia assestavamos os últimos golpes nas tropas de ocupação de Portugal, enquanto botávamos os portugueses daqui pra fora, reunia-se no Rio de Janeiro uma Assembléia Nacional Constituinte. D. Pedro I não gostou muito do jeito valente dos deputados constituintes que, patrioticamente, queriam afirmar acima de tudo o Brasil. D. Pedro achava que o Brasil era ele mesmo: dissolveu a Assembléia e outorgou (impôs a força) a Constituição Imperial de 1824.

Com a República veio uma nova Constituição. A Assembléia que a fez era fraca de representação.

A Revolução de 1930 fez outra Constituição. O Estado Novo implantado por Getúlio anulou-a.

Em 1945 reuniu-se a Assembléia Nacional Constituinte de maior representatividade, com maior participação do Povo,

A Igreja, através de documentos, pastorais e mesmo contatos com autoridades, insiste firmemente no estabelecimento do Estado de Direito, e no fim da opressão.

Os estudantes, enfrentando, por vezes, a polícia, e arriscando-se a duras penalidades, dão exemplo de bravura, nesta luta por liberdade.

Militares conscientes e sensatos, têm, também, se pronunciado pela volta ao Estado de Direito e da convenção de uma Assembléia Nacional Constituinte.

As mulheres que lutam pela Anistia juntaram à sua reivindicação, a exigência de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Os empresários, através dos seus mais expressivos líderes exigem o fim do regime de exceção.

Intelectuais, escritores, profissionais liberais, e agora os operários, em luta pela devolução do que lhe foi retirado, por falsificação, manifestam-se, decididamente pela Democracia.

A UMA HIERARQUIA

Tomemos como exemplo uma pirâmide, onde no vértice estivesse a lei maior — que é a Constituição — é a seguinte a ordem hierárquica, de modo decrescente:

1 — A Constituição — lei máxima — está acima de todas.

2 — A lei ordinária, que é aquela de iniciativa de qualquer das casas do Congresso, e por ele votada.

3 — Decreto-Lei, que é a lei elaborada pelo Executivo, mas submetida à chancela, ou aprovação, do poder legislativo.

4 — O Decreto, que é lei de iniciativa, só do poder Executivo.

5 — As portarias, que são normas de iniciativa dos órgãos da administração pública.

Os manifestos.

A Democracia que deve renascer mais forte de uma Constituinte é muito mais.

É o direito do Povo participar e decidir sobre um tipo de desenvolvimento econômico que nos liberte da miséria.

É o direito do Povo corrigir o atual desenvolvimento econômico brasileiro.

Um desenvolvimento em que os trabalhadores — principais responsáveis por toda a riqueza nacional — carregam nas costas o peso de uma imensa pirâmide de injustiças, de autoritarismo e de incompetência. E enquanto os donos do dinheiro têm o direito de vetar medidas governamentais (como as indústrias multinacionais que fabricam automóveis vetaram as "simonetes") os salários dos operários perdem diariamente o valor. E até os índices de custo de vida são falsificados.

Um desenvolvimento em que o Governo socorre com milhões de

transações, a poupança forçada do FGTS foi para o BNH que usou 80 por cento desses recursos para financiar os espigões e as grandes mansões verticais, os apartamentos de luxo para favorecer o lucro imobiliário.

Nesses 13 anos o capital tem recebido proteção. Os salários tem recebido repressão.

Uma nova Constituição não vai resolver, por si, esses problemas. Não é, em si mesma, uma solução.

Mas uma nova constituição deve ser o espelho de um novo regime. Um regime democrático onde os brasileiros, através de seus partidos políticos, através dos seus sindicatos livres, através de suas associações e através de seus representantes parlamentares possam influir, possam participar sobre o que é bom para o Brasil.

Só com a participação dos brasileiros teremos uma Pátria livre e forte.

políticos exigem
Assembléia Nacional

O MDB fez bandeira. Mas nem setores da nossa subversão, insurreição capitalista. Querem

E Assembléia

o recomeço do imp

A Assembléia precedida de a revogação do AI-5 organização partidária não é a expulsão pública. Não é a Revolução de 1964 que realmente aconteceu não seja a denon

A Assembléia uma forma de devolução, de opinar? Seria exigir demais?

INSTITUIÇÕES DO BRASIL

Como em todos os países, também no Brasil, a feitura de novas Constituições coincidiram com as mudanças da nossa sociedade.

Logo depois da Independência tivemos a primeira Constituição Brasileira. Nesse tempo, quando na Bahia assestavamos os últimos golpes nas tropas de ocupação de Portugal, enquanto botávamos os portugueses daqui pra fora, reunia-se no Rio de Janeiro uma Assembléia Nacional Constituinte. D. Pedro I não gostou muito do jeito valente dos deputados constituintes que, patrioticamente, queriam afirmar acima de tudo o Brasil. D. Pedro achava que o Brasil era ele mesmo: dissolveu a Assembléia e outorgou (impôs a força) a Constituição Imperial de 1824.

Com a República veio uma nova Constituição. A Assembléia que a fez era fraca de representação.

A Revolução de 1930 fez outra Constituição. O Estado Novo implantado por Getúlio anulou-a.

Em 1945 reuniu-se a Assembléia Nacional Constituinte de maior representatividade, com maior participação do Povo,

partidos políticos livremente organizados e com todas as correntes de pensamento se manifestando. Os conservadores fizeram, no entanto, prevalecer seus interesses.

Em 1967 as forças políticas que fizeram o movimento político-militar de 1964 tendo na presidência Castelo Branco, obrigaram um Congresso, enfraquecido pelas cassações a aprovar uma nova Constituição. O Congresso que a votou não havia recebido delegação para tal.

E em 1969 foi aprovada uma Emenda Constitucional tão profunda que ficou conhecida como Constituição de 69. E quem a aprovou? Uma Junta Militar que substituiu o presidente Costa e Silva. Esta é uma Constituição suicida, pois pelo seu artigo 182 chega ao absurdo de se auto-suspender. Acima dessa Constituição estão os Atos Institucionais, inclusive o AI-5 que dá ao Presidente da República poderes mais absolutos do que os de Pedro I.

O Brasil já não suporta o regime de exceção. E a Democracia que virá, precisa de uma Nova Constituição.

Uma nova constituição é assunto que interessa a todos os cidadãos brasileiros. A tarefa do MDB é conscientizá-los disso e transformar o interesse em participação.

Transformar a moção geral do que seja uma Constituição numa profunda consciência sobre o valor e o significado da Carta Magna.

Para isso é necessário discutir.

Para isso é necessário um mínimo de organização. Uma organização tão flexível e ampla quanto o próprio assunto/objetivo.

Os CIRCULOS DE DEBATES não precisam, necessariamente, serem compostos apenas de membros do MDB e a iniciativa de sua formação pode partir dos Diretórios do MDB ou de qualquer membro do Partido.

Trata-se de reunir pessoas de um mesmo bairro, de uma mesma escola, de um mesmo local de trabalho, ou de determinada associação recreativa ou de classe para discutir o interesse dessas pessoas numa nova Constituição.

Assim é que os moradores de uma "Invasão" têm interesse que numa nova Constituição existam dispositivos legais mais adequados à realidade urbana do País. Partindo-se

do princípio de que a maioria dos ocupantes de minúsculos pedaços de terra fizeram isso por absoluta impossibilidade de comprar sua moradia, é necessário uma lei que discipline o comércio da terra.

Lutar pela Assembléia Nacional Constituinte livremente eleita é, a um só tempo, lutar pela sua convocação e contribuir para que a nova Constituição — que todos desejam — atenda aos verdadeiros interesses da Pátria. Entendendo-se Pátria como Povo.

A luta por uma Assembléia Nacional Constituinte deverá ocorrer portanto em dois planos, dois cavalos puxando uma só carroça:

Plano 1 — É a luta pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Ou seja, lutar para que haja, realmente uma Assembléia Constituinte. Para que ela seja convocada, livremente eleita e funcione. Nesta luta já estão envolvidos os juristas pela sua Carta aos Brasileiros, a Ordem dos Advogados do Brasil, os arquitetos por decisão do Conselho Nacional do IAB, os professores universitários Paulistas e dezenas de outras entidades e personalidades. Conferências, debates em grandes auditórios, manifestos, discursos parlamentares, gestões junto ao Governo e ao Presidente da

República caracterizam este aspecto da luta.

Plano 2 — É o debate, a discussão, e elaboração de sugestões para uma nova Constituição Brasileira. É claro que isso também é lutar pela convocação, e deve começar já pois vai transformando a idéia da Constituinte em força. Fazendo com que a alternativa proposta pelas elites mais bem informadas passe a ser decisão consciente de todo o povo. Os CIRCULOS DE DEBATE poderão representar uma das formas concretas de se levar adiante esse debate.

O MDB aprovou na sua Convenção Nacional mais do que uma simples tese. Aprovou propostas concretas para esta grande jornada. Propostas que englobam os dois planos acima citados. Uma lei que submeta a especulação imobiliária ao interesse social, ao direito inalienável e cristão de morar.

Os artistas de cinema, teatro, artes plásticas, os poetas, os intelectuais de uma maneira geral precisam ver assegurado numa nova Constituição o direito de não terem suas obras censuradas. O direito de criar livremente e apresentar livremente sua criação ao Povo, único juiz aceitável.

Os economistas, os arquitetos, os advogados, os engenheiros, os administra-

dore
prof
têm
apre
dade
Algu
deve
princ
para
ordim
ções
Bras

cisan
nova
sobre
sindi
respo
vime
têm
conf
dade
desp
rece
um
(do
ativa
mad
nais

estu
púb
relig
têem
num

do
inte
part
con
pass
A
part
form
con
libe

A UMA HIERARQUIA

Tomemos como exemplo uma pirâmide, onde no vértice estivesse a lei maior — que é a Constituição — e a seguinte a ordem hierárquica, de modo decrescente:

1 — A Constituição — lei máxima — está acima de todas.

2 — A lei ordinária, que é aquela de iniciativa de qualquer das casas do Congresso, e por ele votada.

3 — Decreto-Lei, que é a lei elaborada pelo Executivo, mas submetida à chancela, ou aprovação, do poder legislativo.

4 — O Decreto, que é lei de iniciativa, só do poder Executivo.

5 — As portarias, que são normas de iniciativa dos órgãos da administração pública.

os mandatos.

A Democracia que deve renascer mais forte de uma Constituinte é muito mais.

É o direito do Povo participar e decidir sobre um tipo de desenvolvimento econômico que nos liberte da miséria.

É o direito do Povo corrigir o atual desenvolvimento econômico brasileiro.

Um desenvolvimento em que os trabalhadores — principais responsáveis por toda a riqueza nacional — carregam nas costas o peso de uma imensa pirâmide de injustiças, de autoritarismo e de incompetência. E enquanto os donos do cinheiro têm o direito de vetar medidas governamentais (como as indústrias multinacionais que fabricam automóveis vetaram as "simonetes") os salários dos operários perdem diariamente o valor. E até os índices de custo de vida são falsificados.

Um desenvolvimento em que o Governo socorre com milhões de

transmissões, estudos esportivos. A poupança forçada do FGTS foi para o BNH que usou 80 por cento desses recursos para financiar os espigões e as grandes mansões verticais, os apartamentos de luxo para favorecer o lucro imobiliário.

Nesses 13 anos o capital tem recebido proteção. Os salários tem recebido repressão.

Uma nova Constituição não vai resolver, por si, esses problemas. Não é, em si mesma, uma solução.

Mas uma nova constituição deve ser o espelho de um novo regime. Um regime democrático onde os brasileiros, através de seus partidos políticos, através dos seus sindicatos livres, através de suas associações e através de seus representantes parlamentares possam influir, possam participar sobre o que é bom para o Brasil.

Só com a participação dos brasileiros teremos uma Pátria livre e forte.

políticos exigem a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

O MDB fez da Constituinte sua bandeira. Mas nem o MDB, nem todos esses setores da nossa sociedade querem subversão, insurreição, derrubada do regime capitalista. Querem apenas LIBERDADE.

E Assembleia Nacional Constituinte é o recomeço do império da Lei neste País.

A Assembleia Nacional Constituinte precedida de anistia, precedida da revogação do AI-5, precedida da livre organização partidos políticos autênticos não é a expulsão dos militares da vida pública. Não é a revogação da chamada Revolução de 1964, pois ninguém revoga o que realmente aconteceu, embora revolução não seja a denominação exata.

A Assembleia Nacional Constituinte é uma forma de devolver ao Povo o direito de influir, de opinar nos destinos do Brasil. Seria exigir demais?

COMO LUTAR PELA CONSTITUINTE.

Uma nova constituição é assunto que interessa a todos os cidadãos brasileiros. A tarefa do MDB é conscientizá-los disso e transformar o interesse em participação.

Transformar a moção geral do que seja uma Constituição numa profunda consciência sobre o valor e o significado da Carta Magna.

Para isso é necessário discutir.

Para isso é necessário um mínimo de organização. Uma organização tão flexível e ampla quanto o próprio assunto/objetivo.

Os CIRCULOS DE DEBATES não precisam, necessariamente, serem compostos apenas de membros do MDB e a iniciativa de sua formação pode partir dos Diretórios do MDB ou de qualquer membro do Partido.

Trata-se de reunir pessoas de um mesmo bairro, de uma mesma escola, de um mesmo local de trabalho, ou de determinada associação recreativa ou de classe para discutir o interesse dessas pessoas numa nova Constituição.

Assim é que os moradores de uma "Invasão" têm interesse que numa nova Constituição existam dispositivos legais mais adequados à realidade urbana do País. Partindo-se

do princípio de que a maioria dos ocupantes de minúsculos pedaços de terra fizeram isso por absoluta impossibilidade de comprar sua moradia, é necessário uma lei que discipline o comércio da terra.

Lutar pela Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita é, a um só tempo, lutar pela sua convocação e contribuir para que a nova Constituição — que todos desejam — atenda aos verdadeiros interesses da Pátria. Entendendo-se Pátria como Povo.

A luta por uma Assembleia Nacional Constituinte deverá ocorrer portanto em dois planos, dois cavalos puxando uma só carroça:

Plano 1 — É a luta pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Ou seja, lutar para que haja, realmente uma Assembleia Constituinte. Para que ela seja convocada, livremente eleita e funcione. Nesta luta já estão envolvidos os juristas pela sua Carta aos Brasileiros, a Ordem dos Advogados do Brasil, os arquitetos por decisão do Conselho Nacional do IAB, os professores universitários Paulistas e dezenas de outras entidades e personalidades. Conferências, debates em grandes auditórios, manifestos, discursos parlamentares, gestões junto ao Governo e ao Presidente da

República caracterizam este aspecto da luta.

Plano 2 — É o debate, a discussão, e elaboração de sugestões para uma nova Constituição Brasileira. É claro que isso também é lutar pela convocação, e deve começar já pois vai transformando a idéia da Constituinte em força. Fazendo com que a alternativa proposta pelas elites mais bem informadas passe a ser decisão consciente de todo o povo. Os CIRCULOS DE DEBATE poderão representar uma das formas concretas de se levar adiante esse debate.

O MDB aprovou na sua Convenção Nacional mais do que uma simples tese. Aprovou propostas concretas para esta grande jornada. Propostas que englobam os dois planos acima citados. Uma lei que submeta a especulação imobiliária ao interesse social, ao direito inalienável e cristão de morar.

Os artistas de cinema, teatro, artes plásticas, os poetas, os intelectuais de uma maneira geral precisam ver assegurado numa nova Constituição o direito de não terem suas obras censuradas. O direito de criar livremente e apresentar livremente sua criação ao Povo, único juiz aceitável.

Os economistas, os arquitetos, os advogados, os engenheiros, os administra-

dores, os contadores, os profissionais liberais, enfim, têm sugestões concretas a apresentar sobre suas atividades e sobre a vida do País. Algumas delas podem e devem ser transformadas em princípios constitucionais para que possam gerar leis ordinárias e regulamentações que só vão ajudar o Brasil a se desenvolver.

Os trabalhadores precisam ver asseguradas numa nova Constituição garantia sobre a livre organização sindical. Como principais responsáveis pelo desenvolvimento e pelo progresso têm também um profundo conhecimento sobre a realidade brasileira que se for despertado e se encontrar receptividade da parte de um Governo Democrático (do qual eles façam parte ativa) podem ser transformados em projetos nacionais de grande valia.

As donas de casa, os estudantes, os funcionários públicos, os técnicos, os religiosos, os esportistas, têm interesse concreto numa nova Constituição.

Cabe a cada militante do MDB identificar esses interesses específicos e a partir das reivindicações concretas de cada grupo de pessoas estimular o debate. A motivação básica é a participação, momento e forma mais importantes da conquista principal que é a liberdade.

políticos livremente organizados com todas as correntes de pensamento se manifestando. Os líderes fizeram, no entanto, por seus interesses.

Em 1967 as forças políticas foram o movimento político-revolucionário de 1964 tendo na presidência João Branco, obrigaram um governo enfraquecido pelas cassações a aprovar uma nova Constituição. O Congresso que a época havia recebido delegação

Em 1969 foi aprovada uma Constituição tão profundamente modificada conhecida como Constituição de 69. E quem a aprovou foi a Junta Militar que o presidente Costa e Silva era uma Constituição pois pelo seu artigo 182 absurdo de se auto-suspender a essa Constituição estão as instituições, inclusive o poder executivo, dá ao Presidente da República poderes mais absolutos do que os de Pedro I.

O Brasil já não suporta o regime de exceção. E a Democracia precisa de uma Nova Constituição.

COMO SE FAZ A GRILAGEM NA BAHIA

A cada instante toma-se conhecimento pelos jornais de violências cometidas pela polícia. As vezes por simples policiais, as vezes pelos prepostos em função.

Jornalistas, estudantes e cidadãos pacíficos vêem-se como vítimas indefesas de uma Polícia que se orgulha em exibir seus sofisticados (e importados) equipamentos.

Mas o que faz o poderoso Secretário de Segurança Pública do Governo Roberto Santos contra as violências, fraudes e ameaças cometidas contra os pequenos lavradores baianos? Onde o conceito de "segurança nacional" é transformado em prática contra as multinacionais envolvidas em grilagem?

Aqui as denúncias de Estevam Nunes de Almeida presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia.



Usando de todos os meios ilegais — violências, ameaças e fraudes — empresas multinacionais e estatais vem expulsando sistematicamente centenas de famílias camponesas das suas pequenas roças, contribuindo diretamente para diminuir a produção (e inevitavelmente elvar os preços) dos alimentos essenciais aos trabalhadores, além de forçar os camponeses sem terra a se deslocarem para as miseráveis favelas das grandes cidades, na dramática procura de condições de sobrevivência.

A situação dos trabalhadores rurais do Estado, que é a mesma do resto do país, torna-se cada dia mais grave porque as terras por eles utilizadas principalmente para o plantio do feijão, da mandioca e do milho vem sendo

abertamente ocupadas por essas grandes empresas, que são ligadas à exploração da pecuária, da madeira e de produtos de exportação, como o cacau.

CPI DA GRILAGEM

Há muito tempo que os trabalhadores rurais foram contra esta situação injusta e negar, através o seu órgão sindical superior, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG), que representa cerca de um milhão de famílias de trabalhadores rurais.

As agressões e violências contra os camponeses chegaram a tal ponto que a

Assembléia Legislativa do Estado instalou, por iniciativa do deputado Elquisson Soares (MDB), uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de apurar os fatos, os conflitos e as fraudes no que tange à propriedade de terras no Estado.

A seguir transcrevemos um trecho do importante depoimento prestado nesta CPI pelo Sr. ESTEVAM NUNES DE ALMEIDA, presidente da FETAG, que estava acompanhado de mais de trinta presidentes de Sindicatos Rurais, numa clara demonstração da unidade dos trabalhadores do campo nesta sua luta contra a ilegalidade e violência cometidas pelos grandes empresários:

"... vejamos agora como se manifestam, os conflitos de terra em nosso Estado. O primeiro aspecto a ser ressaltado é o emprego da violência. Ameaças, intimidações e pressões de todos os tipos têm sido utilizadas. Reveste-se de caráter de violência também a exploração do condicionamento sócio-cultural a que estamos submetidos. O trabalhador rural sempre foi oprimido pelas suas condições concretas de existência: condições de saúde, higiene, habitação, falta de informações. Sempre foi um ser a serviço, utilizado pelos outros homens como meio de obter a satisfação de seus interesses. Sempre testemunhou o domínio exercido pelos proprietários sobre o poder político, sobre as autoridades, as quais sempre lhes foram servis. Ele que nunca desfrutou de prestígio, nunca ocupou posição social de "destaque", cada vez que tentou impor-se como sujeito de direitos foi violenta e injustamente reprimido.

A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO

O uso de jagunços, em certos dias, ainda é uma prática costumeira. Empreitadas criminosas são contratadas, orientadas e dirigidas pelos "grileiros", dispersando animais, danificando lavouras, queimando plantações, ateando fogo às casas, ameaçando de morte famílias e mais famílias. Não raro, agressões corporais se verificam, se porventura, um ou outro trabalhador rural, no exercício regular de um direito, esboça alguma reação. O segundo aspecto diz respeito à falsificação de documentos, expediente através do qual se tem pretendido comprovar o domínio de centenas ou milhares de hectares quando, se for procedida uma investigação da cadeia sucessória, verificar-se-á as burlas cometidas.

Um terceiro aspecto refere ao apossamento puro e simples de áreas de terras o que se dá através da alteração de limites e da prática de toda sorte de esbulho e turbacão. Convém assinalar que os aspectos referidos não se excluem.

Cabe ainda ressaltar o comportamento omissivo e comissivo dos diversos organismos estatais como a Polícia, a Justiça, o INTERBA, o INCRA, a CHESF, a CODEVASF e ainda os agentes financeiros ou os órgãos encarregados de financiar a implantação de projetos agropecuários ou agroindustriais".

Os depoimentos dos Bispos de Juazeiro e Bonfim encarregam-se de exemplificar com dezenas de casos concretos as violências e arbitrariedades daqueles que se julgam "donos" da terra. De toda a Terra.

SAÚDE DO POVO NÃO É DA COMPETÊNCIA DO MINISTRO



A GRILAGEM



A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO

a Legislativa do Estado instalou, por do deputado Elquisson Soares (MDB), ssão Parlamentar de Inquérito, com o e apurar os fatos, os conflitos e as que tange à propriedade de terras no

eguir transcrevemos um trecho do e depoimento prestado nesta CPI pelo EVAM NUNES DE ALMEIDA, da FETAG, que estava acompanhado de trinta presidentes de Sindicatos uma clara demonstração da unidade lhadores do campo nesta sua luta legalidade e violência cometidas pelos empresários:

vejamos agora como se manifestam, os de terra em nosso Estado. O aspecto a ser ressaltado é o emprego. Ameaças, intimidações e pressões os tipos têm sido utilizadas. Reveste-se de violência também a exploração do amento sócio-cultural a que estamos es. O trabalhador rural sempre foi pelas suas condições concretas de condições de saúde, higiene, falta de informações. Sempre foi um viço, utilizado pelos outros homens io de obter a satisfação de seus Sempre testemunhou o domínio pelos proprietários sobre o poder obre as autoridades, as quais sempre n servis. Ele que nunca desfrutou de nunca ocupou posição social de ", cada vez que tentou impor-se como direitos foi violenta e injustamente



SINDICATOS QUEREM DE VOLTA O QUE PERDERAM NO REAJUSTE DE 1974

O GOVERNO FOI OBRIGADO A ADMITIR QUE EM 1974 OS SALÁRIOS FORAM REAJUSTADOS PARA MENOS PORQUE A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS RECEBEU ORDEM PARA FALSIFICAR OS INDICES DO CUSTO DE VIDA. AGORA OS OPERÁRIOS PAULISTAS SE MOBILIZAM PARA CONSEGUIR QUE O GOVERNO RESTITUA A DIFERENÇA, POR MEIO DE UM AUMENTO NOS SALÁRIOS

O órgão sindical que botou as cartas na mesa se chama Dieese. É claro que os maiores beneficiados com a falsificação ordenada por Delfim Neto foram os grandes empresários, que puderam vender seus produtos, em média, por preços 26,6 por cento mais elevados, porém só tiveram de acrescentar menos de 15 por cento aos salários dos operários. Outros beneficiados foram os banqueiros, principalmente os que negociam com caderneta de poupança: eles pagaram uma correção monetária abaixo da verdadeira, pois ela também é calculada de acordo com a inflação.

OUTRO EXEMPLO

Isto significa que o depositante, ao invés de ter ganho alguma coisa para por sua economia na poupança, fez exatamente o contrário: pagou. Podemos compreender isso facilmente. Se, por exemplo, alguém põe na poupança, hoje, o dinheiro que seria o equivalente ao preço do sapato e quando, três meses depois, for retirar o dinheiro, o sapato estiver mais caro do que a soma que ele depositou já acrescida de juros e correção, isto significa que a diferença ficou no bolso do banqueiro.

Ainda para facilitar o exemplo, vamos supor que essa pessoa depositou Cr\$ 150,00, ao invés de comprar o sapato que viu na vitrina da loja. O sapato também custava Cr\$ 150 no mesmo dia do depósito. Três meses depois, o depositante passou pela loja e o mesmo sapato já custava Cr\$ 210,00. A pessoa resolveu comprá-lo. Foi para a agência da caderneta de poupança retirar o dinheiro. Foi informado, então, que mesmo com correção monetária e juros seu pequeno "capital" só tinha chegado a Cr\$ 190. Ora, está na cara que o depositante foi prejudicado. As vantagens da caderneta de poupança não foram suficientes nem para proteger seu dinheiro da inflação. Muito Menos para remunerá-lo.

O BNH também se beneficiou enormemente com a jogada do Sr. Delfim. Todos os trabalhadores desse país perderam quando o órgão reajustou os depósitos do FGTS abaixo do verdadeiro índice inflacionário.

QUE FAZER?

Este é o grande problema. Em São Paulo, os operários recorreram à Justiça do Trabalho mas ameaçam ir até a greve, caso o Governo não restitua o que lhes tomou a favor das empresas. Essa restituição, segundo o Dieese, tem de ser de 34,1 por cento sobre os atuais salários e a cada mês aumenta. Esta é a única maneira de compensar os assalariados.

Segundo o Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos, mesmo a lei anti-povo que existe atualmente, consideraria legal uma greve nessas circunstâncias. Sabemos, entretanto, que um regime de força como esse não se sente muito disposto a respeitar as leis quando elas deixam de lhe ser convenientes. Parece que é o caso. E se for, aos trabalhadores sobra mais um motivo para lutar pela democracia, por um regime onde exista liberdade sindical e eles possam reivindicar de acordo com seus legítimos interesses, inclusive evitando falsificações como a encomendada por Delfim Neto.

Não devemos também cair na ilusão de considerar uma suposta boa intenção do ministro Simonsen a favor do povo porque ele, pelo menos em parte, admitiu a falsificação. Ele fez isso porque estava em dificuldades, principalmente junto ao Banco Mundial, que nunca acreditou nos 13,7 por cento e ameaçava criar dificuldades para os negócios do Brasil. Na verdade, ao reduzir artificialmente os preços, o Sr. Delfim não deixou de presentear seus sucessores com um suculento, porém difícil de descascar, abacaxi.

Os principais de São Paulo, liderados da capital e da mobilizando seus f. Governo a restituir trabalhadores em com um golpe de salários foram reajustados de custo de vida. E forneceram a taxa de de vida foram grosse

Os que têm acompanhado as no estão informados de Governo foi obrigado do custo de vida de para menos pela Vargas. A Fundação encarregada de fazer País. A falsificação Governo reajustar o carestia. Dessa maneira respeitou sua própria reajustar os salários custo de vida "respeitou" à maneira que era o ministro o

Os números compreensão mais seguintes: em 1973, que o aumento do sido de 13,7 por cento, porém, refazendo a Fundação Getúlio V invés dos 13,7 por cento subiu 20,5 por cento não significa que de coisa para aí.

REPRESSÃO

No começo ministro da Fazenda enviou ao Presidente No relatório, o ministro taxa de inflação fortemente compr. "Em 1973, o o aproximar-se da m inflação, reprimiu

FGTS: A OPÇÃO PELO D

A Câmara Federal aprovou há dias, em primeira discussão, o projeto-de-lei do companheiro Odacyr Klein, do RGS,

"opção" só tem o nome, e favorecer a entrada de capitais estrangeiros, os quais já dominam setores básicos da nossa economia, inclusive a suada e

te, nas cidades desemprego em m na faixa de 30 especialização

SINDICATOS QUEREM DE VOLTA O QUE PERDERAM NO REAJUSTE DE 1974

O GOVERNO FOI OBRIGADO A ADMITIR QUE EM 1974 OS SALÁRIOS FORAM REAJUSTADOS PARA MENOS PORQUE A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS RECEBEU ORDEM PARA FALSIFICAR OS ÍNDICES DO CUSTO DE VIDA. AGORA OS OPERÁRIOS PAULISTAS SE MOBILIZAM PARA CONSEGUIR QUE O GOVERNO RESTITUA A DIFERENÇA, POR MEIO DE UM AUMENTO NOS SALÁRIOS



O órgão sindical que botou as cartas na mesa se chama Dieese. É claro que os maiores beneficiados com a falsificação ordenada por Delfim Neto foram os grandes empresários, que puderam vender seus produtos, em média, por preços 26,6 por cento mais elevados, porém só tiveram de acrescentar menos de 15 por cento aos salários dos operários. Outros beneficiados foram os banqueiros, principalmente os que negociam com caderneta de poupança: eles pagaram uma correção monetária abaixo da verdadeira, pois ela também é calculada de acordo com a inflação.

OUTRO EXEMPLO

Isto significa que o depositante, ao invés de ter ganho alguma coisa para por sua economia na poupança, fez exatamente o contrário: pagou. Podemos compreender isso facilmente. Se, por exemplo, alguém põe na poupança, hoje, o dinheiro que seria o equivalente ao preço do sapato e quando, três meses depois, for retirar o dinheiro, o sapato estiver mais caro do que a soma que ele depositou já acrescida de juros e correção, isto significa que a diferença ficou no bolso do banqueiro.

Ainda para facilitar o exemplo, vamos supor que essa pessoa depositou Cr\$ 150,00, ao invés de comprar o sapato que viu na vitrina da loja. O sapato também custava Cr\$ 150 no mesmo dia do depósito. Três meses depois, o depositante passou pela loja e o mesmo sapato já custava Cr\$ 210,00. A pessoa resolveu comprá-lo. Foi para a agência da caderneta de poupança retirar o dinheiro. Foi informado, então, que mesmo com correção monetária e juros seu pequeno "capital" só tinha chegado a Cr\$ 190. Ora, está na cara que o depositante foi prejudicado. As vantagens da caderneta de poupança não foram suficientes nem para proteger seu dinheiro da inflação. Muito Menos para remunerá-lo.

O BNH também se beneficiou enormemente com a jogada do Sr. Delfim. Todos os trabalhadores desse país perderam quando o órgão reajustou os depósitos do FGTS abaixo do verdadeiro índice inflacionário.

QUE FAZER?

Este é o grande problema. Em São Paulo, os operários recorreram à Justiça do Trabalho mas ameaçam ir até a greve, caso o Governo não restitua o que lhes tomou a favor das empresas. Essa restituição, segundo o Dieese, tem de ser de 34,1 por cento sobre os atuais salários e a cada mês aumenta. Esta é a única maneira de compensar os assalariados.

Segundo o Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos, mesmo a lei anti-povo que existe atualmente, consideraria legal uma greve nessas circunstâncias. Sabemos, entretanto, que um regime de força como esse não se sente muito disposto a respeitar as leis quando elas deixam de lhe ser convenientes. Parece que é o caso. E se for, aos trabalhadores sobra mais um motivo para lutar pela democracia, por um regime onde exista liberdade sindical e eles possam reivindicar de acordo com seus legítimos interesses, inclusive evitando falsificações como a encomendada por Delfim Neto.

Não devemos também cair na ilusão de considerar uma suposta boa intenção do ministro Simonsen a favor do povo porque ele, pelo menos em parte, admitiu a falsificação. Ele fez isso porque estava em dificuldades, principalmente junto ao Banco Mundial, que nunca acreditou nos 13,7 por cento e ameaçava criar dificuldades para os negócios do Brasil. Na verdade, ao reduzir artificialmente os preços, o Sr. Delfim não deixou de presentear seus sucessores com um suculento, porém difícil de descascar, abacaxi.

Os principais sindicatos operários de São Paulo, liderados pelos metalúrgicos da capital e da zona do ABC, estão mobilizando seus filiados para levar o Governo a restituir o que tirou dos trabalhadores em 1974. Naquele ano, com um golpe de malandragem, os salários foram reajustados abaixo do custo de vida. E as estatísticas que forneceram a taxa de inflação e do custo de vida foram grosseiramente falsificadas.

Os que têm o costume de acompanhar as notícias pelos jornais estão informados de que, recentemente, o Governo foi obrigado a admitir que a taxa do custo de vida de 1973 foi falsificada para menos pela Fundação Getúlio Vargas. A Fundação GV é a entidade encarregada de fazer as estatísticas desse País. A falsificação possibilitou ao Governo reajustar os salários abaixo da carestia. Dessa maneira, o Governo não respeitou sua própria fórmula, que é reajustar os salários na mesma base que o custo de vida sobe. Ou melhor, "respeitou" à maneira do Sr. Delfim Neto, que era o ministro da Fazenda em 1974.

Os números que permitem uma compreensão mais matemática são os seguintes: em 1973, o Governo anunciou que o aumento do custo de vida tinha sido de 13,7 por cento. Recentemente, porém, refazendo as mesmas contas, a Fundação Getúlio Vargas admite que, ao invés dos 13,7 por cento, o custo de vida subiu 20,5 por cento. Entretanto, isso não significa que devemos acreditar que a coisa para aí.

REPRESSÃO

No começo de 1974, o atual ministro da Fazenda Mário Simonsen enviou ao Presidente Geisel um relatório. No relatório, o ministro advertia que a taxa de inflação em 1973 tinha sido fortemente comprimida. Dizia o relatório: "Em 1973, o Governo, procurando aproximar-se da meta de 12 por cento de inflação, reprimiu ao máximo possível o

aumento de preços, por meio de tabelamentos e controles".

Para alcançar a qualquer custo esses 12 por cento e não ficar desmoralizado pois prometera isso aos empresários, o Sr. Delfim Neto ordenou que a Fundação Getúlio Vargas considerasse nos seus cálculos os preços tabelados pelo Governo e não os que, na verdade, estavam sendo cobrados. O próprio ministro Simonsen disse ao Presidente Geisel como essa artimanha funcionou:

— Assim, o índice, em dezembro de 1973, registrava a carne de primeira ao preço de Cr\$ 6,60, quando o preço no mercado se situava em torno de Cr\$ 14,00, ou seja, 112 por cento a mais.

Simonsen admitiu ainda em 1974 que se os cálculos fosse corrigidos para tomar por base os preços reais do mercado, e não os preços oficiais da tabela, o aumento global do custo de vida em 1973 subiria a 26,6 por cento. Isto significa que anteriormente, Simonsen já havia admitido que a falsificação feita no Governo passado tinha sido bem maior. Por isso, dissemos que não devemos acreditar que a coisa para aí.

OS BENEFICIADOS

Ora, em 1974 os salários foram reajustados em menos de 15 por cento. Todos se lembram que, na época, o todo poderoso Delfim Neto dizia que o reajuste tinha sido superior ao custo de vida do ano anterior, como se o Governo estivesse sendo "bonzinho" com os assalariados. Mas, na mesma época, o ministro foi desmentido por um órgão de economia ligado aos sindicatos de trabalhadores paulistas, que calculou o aumento do custo de vida de 1973 em quase 27 por cento. Aí as coisas se encontram: os 26,6 por cento que Simonsen admitiu primeiramente como o índice certo, está de acordo com o que os trabalhadores, através seus sindicatos, disseram bem antes.

FGTS: A OPÇÃO PELO DESEMPREGO

A Câmara Federal aprovou há dias, em primeira discussão, o projeto-de-lei do companheiro Odacyr Klein, do RGS,

"opção" só tem o nome, e favorecer a entrada de capitais estrangeiros, os quais já dominam setores básicos da nossa

te, nas cidades maiores, para o desemprego em massa dos trabalhadores na faixa de 30 a 40 anos e sem especialização

empresas são muito menos movimentadas do que as optantes. Crítico é que o BNH, com mais recursos, continui muito mais favorecendo gente da classe média e

... como vemos, a maioria das famílias que se orgulha em exibir seus sofisticados (e importados) equipamentos.

Mas o que faz o poderoso Secretário de Segurança Pública do Governo Roberto Santos contra as violências, fraudes e ameaças cometidas contra os pequenos lavradores baianos? Onde o conceito de "segurança nacional" é transformado em prática contra as multinacionais envolvidas em grilagem?

Aqui as denúncias de Estevam Nunes de Almeida presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia.

Usando de todos os meios ilegais — violências, ameaças e fraudes — empresas multinacionais e estatais vem expulsando sistematicamente centenas de famílias camponesas das suas pequenas roças, contribuindo diretamente para diminuir a produção (e inevitavelmente elvar os preços) dos alimentos essenciais aos trabalhadores, além de forçar os camponeses sem terra a se deslocarem para as miseráveis favelas das grandes cidades, na dramática procura de condições de sobrevivência.

A situação dos trabalhadores rurais do Estado, que é a mesma do resto do país, torna-se cada dia mais grave porque as terras por eles utilizadas principalmente para o plantio do feijão, da mandioca e do milho vem sendo

abertamente ocupadas por essas grandes empresas, que são ligadas à exploração da pecuária, da madeira e de produtos de exportação, como o cacau.

CPI DA GRILAGEM

Há muito tempo que os trabalhadores rurais foram contra esta situação injusta e negar, através o seu órgão sindical superior, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (FETAG), que representa cerca de um milhão de famílias de trabalhadores rurais.

As agressões e violências contra os camponeses chegaram a tal ponto que a

Assembleia Legislativa do Estado instalou, por iniciativa do deputado Elquisson Soares (MDB), uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com o objetivo de apurar os fatos, os conflitos e as fraudes no que tange à propriedade de terras no Estado.

A seguir transcrevemos um trecho do importante depoimento prestado nesta CPI pelo Sr. ESTEVAM NUNES DE ALMEIDA, presidente da FETAG, que estava acompanhado de mais de trinta presidentes de Sindicatos Rurais, numa clara demonstração da unidade dos trabalhadores do campo nesta sua luta contra a ilegalidade e violência cometidas pelos grandes empresários:

"... vejamos agora como se manifestam os conflitos de terra em nosso Estado. O primeiro aspecto a ser ressaltado é o emprego da violência. Ameaças, intimidações e pressões de todos os tipos têm sido utilizadas. Reveste-se de caráter de violência também a exploração do condicionamento sócio-cultural a que estamos submetidos. O trabalhador rural sempre foi oprimido pelas suas condições concretas de existência: condições de saúde, higiene, habitação, falta de informações. Sempre foi um ser a serviço, utilizado pelos outros homens como meio de obter a satisfação de seus interesses. Sempre testemunhou o domínio exercido pelos proprietários sobre o poder político, sobre as autoridades, as quais sempre lhes foram servis. Ele que nunca desfrutou de prestígio, nunca ocupou posição social de "destaque", cada vez que tentou impor-se como sujeito de direitos foi violenta e injustamente reprimido.

A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO

O uso de jagunços, em nossos dias, ainda é uma prática costumeira. Empreitadas criminosas são contratadas, orientadas e dirigidas pelos "grileiros", dispersando animais, danificando lavouras, queimando plantações, ateando fogo às casas, ameaçando de morte famílias e mais famílias. Não raro, agressões corporais se verificam, se porventura, um ou outro trabalhador rural, no exercício regular de um direito, esboça alguma reação. O segundo aspecto diz respeito à falsificação de documentos, expediente através do qual se tem pretendido comprovar o domínio de centenas ou milhares de hectares quando, se for procedida a uma investigação da cadeia sucessória, verificar-se-á as burlas cometidas.

Um terceiro aspecto refere ao apossamento puro e simples de áreas de terras o que se dá através da alteração de limites e da prática de toda sorte de esbulho e turbacão. Convém assinalar que os aspectos referidos não se excluem.

Cabe ainda ressaltar o comportamento omissivo e comissivo dos diversos organismos estatais como a Polícia, a Justiça, o INTERBA, o INCRA, a CHESF, a CODEVASF e ainda os agentes financeiros ou os órgãos encarregados de financiar a implantação de projetos agropecuários ou agroindustriais.

Os depoimentos dos Bispos de Juazeiro e Bonfim encarregam-se de exemplificar com dezenas de casos concretos as violências e arbitrariedades daqueles que se julgam "donos" da terra. De toda a Terra.

SAÚDE DO POVO NÃO É DA COMPETÊNCIA DO MINISTRO



"SE O BRASILEIRO É POBRE NÃO COMPETE A NÓS CORRIGIR (FOLHA DE S.P. 10/9)

Esta declaração aparentemente poderia ter sido feita por alguma autoridade do Governo Americano ou por um simples cidadão de Paris, mas nenhuma das hipóteses é verdadeira. Surpreendentemente a frase, um primor de irresponsabilidade e descompromisso com a situação nacional, foi pronunciada pelo Sr. Ministro da Saúde, Almeida Machado, em depoimento prestado há poucos dias na Câmara Federal.

De que se ocuparia então o Sr. Ministro da Saúde?

Talvez todo o seu tempo seja ocupado em conceder licenças para novos medica-

mentos para a indústria farmacêutica (80 por cento controlada pelo capital estrangeiro) que satura o mercado de remédios, com uma excessiva e desnecessária quantidade de medicamentos para a mesma finalidade. Muitos desses remédios, aliás, proibidos em outros países pelos males que podem causar.

Voltando à frase pronunciada, após uma melhor reflexão parece-nos que ela contém uma implícita declaração de incompetência para tratar com os problemas do povo. Ficamos admirados com o despojado senso de auto-crítica do Sr. Ministro.

O Sr. Ministro tem razão: é ao próprio povo que compete resolver seus problemas.





A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO

O uso de jagunços, em nossos dias, ainda é uma prática costumeira. Empreitadas criminosas são contratadas, orientadas e dirigidas pelos "grileiros", dispersando animais, danificando lavouras, queimando plantações, ateando fogo às casas, ameaçando de morte famílias e mais famílias. Não raro, agressões corporais se verificam, se porventura, um ou outro trabalhador rural, no exercício regular de um direito, esboça alguma reação. O segundo aspecto diz respeito à falsificação de documentos, expediente através do qual se tem pretendido comprovar o domínio de centenas ou milhares de hectares quando, se for procedida uma investigação da cadeia sucessória, verificar-se-á as burlas cometidas.

Um terceiro aspecto refere ao apossamento puro e simples de áreas de terras o que se dá através da alteração de limites e da prática de toda sorte de esbulho e turbacão. Convém assinalar que os aspectos referidos não se excluem.

Cabe ainda ressaltar o comportamento omissivo e comissivo dos diversos organismos estatais como a Polícia, a Justiça, o INTERBA, o INCRA, a CHESF, a CODEVAS e ainda os agentes financeiros ou os órgãos encarregados de financiar a implantação de projetos agropecuários ou agroindustriais.

Os depoimentos dos Bispos de Juazeiro e Bonfim encarregam-se de exemplificar com dezenas de casos concretos as violências e arbitrariedades daqueles que se julgam "donos" da terra. De toda a Terra.



O GOVERNO FOI OBRIGADO A ADMITIR QUE EM 1974 OS SALÁRIOS FORAM REAJUSTADOS PARA MENOS PORQUE A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS RECEBEU ORDEM PARA FALSIFICAR OS INDICES DO CUSTO DE VIDA. AGORA OS OPERÁRIOS PAULISTAS SE MOBILIZAM PARA CONSEGUIR QUE O GOVERNO RESTITUA A DIFERENÇA, POR MEIO DE UM AUMENTO NOS SALÁRIOS

O órgão sindical que botou as cartas na mesa se chama Dieese. É claro que os maiores beneficiados com a falsificação ordenada por Delfim Neto foram os grandes empresários, que puderam vender seus produtos, em média, por preços 26,6 por cento mais elevados, porém só tiveram de acrescentar menos de 15 por cento nos salários dos operários. Outros beneficiados foram os banqueiros, principalmente os que negociam com caderneta de poupança: eles pagaram uma correção monetária abaixo da verdadeira, pois ela também é calculada de acordo com a inflação.

OUTRO EXEMPLO

Isto significa que o depositante, ao invés de ter ganho alguma coisa para por sua economia na poupança, fez exatamente o contrário: pagou. Podemos compreender isso facilmente. Se, por exemplo, alguém põe na poupança, hoje, o dinheiro que seria o equivalente ao preço do sapato e quando, três meses depois, for retirar o dinheiro, o sapato estiver mais caro do que a soma que ele depositou já acrescida de juros e correção, isto significa que a diferença ficou no bolso do banqueiro.

Ainda para facilitar o exemplo, vamos supor que essa pessoa depositou Cr\$ 150,00, ao invés de comprar o sapato que viu na vitrina da loja. O sapato também custava Cr\$ 150 no mesmo dia do depósito. Três meses depois, o depositante passou pela loja e o mesmo sapato já custava Cr\$ 210,00. A pessoa resolveu comprá-lo. Foi para a agência da caderneta de poupança retirar o dinheiro. Foi informado, então, que mesmo com correção monetária e juros seu pequeno "capital" só tinha chegado a Cr\$ 190. Ora, está na cara que o depositante foi prejudicado. As vantagens da caderneta de poupança não foram suficientes nem para proteger seu dinheiro da inflação. Muito Menos para remunerá-lo.

O BNH também se beneficiou enormemente com a jogada do Sr. Delfim. Todos os trabalhadores desse país perderam quando o órgão reajustou os depósitos do FGTS abaixo do verdadeiro índice inflacionário.

QUE FAZER?

Este é o grande problema. Em São Paulo, os operários recorreram à Justiça do Trabalho mas ameaçam ir até a greve, caso o Governo não restitua o que lhes tomou a favor das empresas. Essa restituição, segundo o Dieese, tem de ser de 34,1 por cento sobre os atuais salários e a cada mês aumenta. Esta é a única maneira de compensar os assalariados.

Segundo o Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos, mesmo a lei anti-povo que existe atualmente, consideraria legal uma greve nessas circunstâncias. Sabemos, entretanto, que um regime de força como esse não se sente muito disposto a respeitar as leis quando elas deixam de lhe ser convenientes. Parece que é o caso. E se for, aos trabalhadores sobra mais um motivo para lutar pela democracia, por um regime onde exista liberdade sindical e eles possam reivindicar de acordo com seus legítimos interesses, inclusive evitando falsificações como a encomendada por Delfim Neto.

Não devemos também cair na ilusão de considerar uma suposta boa intenção do ministro Simonsen a favor do povo porque ele, pelo menos em parte, admitiu a falsificação. Ele fez isso porque estava em dificuldades, principalmente junto ao Banco Mundial, que nunca acreditou nos 13,7 por cento e ameaçava criar dificuldades para os negócios do Brasil. Na verdade, ao reduzir artificialmente os preços, o Sr. Delfim não deixou de presentear seus sucessores com um suculeto, porém difícil de descascar, abacaxi.

Os principais sindicatos operários de São Paulo, liderados pelos metalúrgicos da capital e da zona do ABC, estão mobilizando seus filiados para levar o Governo a restituir o que tirou dos trabalhadores em 1974. Naquele ano, com um golpe de malandragem, os salários foram reajustados abaixo do custo de vida. E as estatísticas que forneceram a taxa de inflação e do custo de vida foram grosseiramente falsificadas.

Os que têm o costume de acompanhar as notícias pelos jornais estão informados de que, recentemente, o Governo foi obrigado a admitir que a taxa do custo de vida de 1973 foi falsificada para menos pela Fundação Getúlio Vargas. A Fundação GV é a entidade encarregada de fazer as estatísticas do País. A falsificação possibilitou ao Governo reajustar os salários abaixo do custo de vida. Dessa maneira, o Governo não respeitou sua própria fórmula, que reajustar os salários na mesma base que o custo de vida sobe. Ou melhor, "respeitou" à maneira do Sr. Delfim Neto que era o ministro da Fazenda em 1974.

Os números que permitem uma compreensão mais matemática são os seguintes: em 1973, o Governo anunciou que o aumento do custo de vida tinha sido de 13,7 por cento. Recentemente, porém, refazendo as mesmas contas, a Fundação Getúlio Vargas admite que, ao invés dos 13,7 por cento, o custo de vida subiu 20,5 por cento. Entretanto, isso não significa que devemos acreditar que a coisa para aí.

REPRESSÃO

No começo de 1974, o atual ministro da Fazenda Mário Simonsen enviou ao Presidente Geisel um relatório. No relatório, o ministro advertia que a taxa de inflação em 1973 tinha sido fortemente comprimida. Dizia o relatório: "Em 1973, o Governo, procurando aproximar-se da meta de 12 por cento de inflação, reprimiu ao máximo possível o

FGTS: A OPÇÃO PELO DESEMPREGO

A Câmara Federal aprovou há dias, em primeira discussão, o projeto-de-lei do companheiro Odacyr Klein, do RGS, mantendo a estabilidade do empregado, mesmo após optar pelo FGTS. Apesar do projeto haver sido aprovado por causa de acordo entre nosso partido e o do Governo, tudo indica que este ordenará sua rejeição final, pois continua no firme propósito de optar em favor das forças econômicas, que o apoiam, do que em favor dos trabalhadores, apesar de conhecidos disfarces de "promoção social".

O FGTS foi feito para acabar com a estabilidade, mediante expediente que de

"opção" só tem o nome, e favorecer a entrada de capitais estrangeiros, os quais já dominam setores básicos da nossa economia, graças, inclusive, a suada e ainda pequena poupança nacional.

O FGTS, na prática, quanto aos optantes, tem criado sérios problemas no chamado "mercado de trabalho", para usar denominação de economistas e economizes (tecnocratas), fomentando o subemprego e o desemprego.

Se considerarmos ter nossa população urbana superado a agrária, fato de grande importância para o país, pode-se afirmar que a extinção da estabilidade pela opção tem concorrido, principalmen-

te, nas cidades maiores, para o desemprego em massa dos trabalhadores na faixa de 30 a 40 anos e sem especialização.

Se o Governo impuser a rejeição do projeto estará, simplesmente, impondo sua força contra esses trabalhadores, agravando um problema que aparenta estar empenhado em resolver.

É bom que se diga: a coexistência da estabilidade com a opção pelo FGTS, em nada reduz os recursos do Sistema Financeiro da Habitação, pois ao BNH também são recolhidos os 8 por cento dos salários dos não-optantes. Pelo contrário, aumenta-los-á, porque as contas das

O GOVERNO FOI OBRIGADO A ADMITIR QUE EM 1974 OS SALÁRIOS FORAM REAJUSTADOS PARA MENOS PORQUE A FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS RECEBEU ORDEM PARA FALSIFICAR OS INDICES DO CUSTO DE VIDA. AGORA OS OPERÁRIOS PAULISTAS SE MOBILIZAM PARA CONSEGUIR QUE O GOVERNO RESTITUA A DIFERENÇA, POR MEIO DE UM AUMENTO NOS SALÁRIOS

O órgão sindical que botou as cartas na mesa se chama Dieese. É claro que os maiores beneficiados com a falsificação ordenada por Delfim Neto foram os grandes empresários, que puderam vender seus produtos, em média, por preços 26,6 por cento mais elevados, porém só tiveram de acrescentar menos de 15 por cento aos salários dos operários. Outros beneficiados foram os banqueiros, principalmente os que negociam com caderneta de poupança: eles pagaram uma correção monetária abaixo da verdadeira, pois ela também é calculada de acordo com a inflação.

OUTRO EXEMPLO

Isto significa que o depositante, ao invés de ter ganho alguma coisa para por sua economia na poupança, fez exatamente o contrário: pagou. Podemos compreender isso facilmente. Se, por exemplo, alguém põe na poupança, hoje, o dinheiro que seria o equivalente ao preço do sapato e quando, três meses depois, for retirar o dinheiro, o sapato estiver mais caro do que a soma que ele depositou já acrescida de juros e correção, isto significa que a diferença ficou no bolso do banqueiro.

Ainda para facilitar o exemplo, vamos supor que essa pessoa depositou Cr\$ 150,00, ao invés de comprar o sapato que viu na vitrina da loja. O sapato também custava Cr\$ 150 no mesmo dia do depósito. Três meses depois, o depositante passou pela loja e o mesmo sapato já custava Cr\$ 210,00. A pessoa resolveu comprá-lo. Foi para a agência da caderneta de poupança retirar o dinheiro. Foi informado, então, que mesmo com correção monetária e juros seu pequeno "capital" só tinha chegado a Cr\$ 190. Ora, está na cara que o depositante foi prejudicado. As vantagens da caderneta de poupança não foram suficientes nem para proteger seu dinheiro da inflação. Muito Menos para remunerá-lo.

O BNH também se beneficiou enormemente com a jogada do Sr. Delfim. Todos os trabalhadores desse país perderam quando o órgão reajustou os depósitos do FGTS abaixo do verdadeiro índice inflacionário.

QUE FAZER?

Este é o grande problema. Em São Paulo, os operários recorreram à Justiça do Trabalho mas ameaçam ir até a greve, caso o Governo não restitua o que lhes tomou a favor das empresas. Essa restituição, segundo o Dieese, tem de ser de 34,1 por cento sobre os atuais salários e a cada mês aumenta. Esta é a única maneira de compensar os assalariados.

Segundo o Departamento Jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos, mesmo a lei anti-povo que existe atualmente, consideraria legal uma greve nessas circunstâncias. Sabemos, entretanto, que um regime de força como esse não se sente muito disposto a respeitar as leis quando elas deixam de lhe ser convenientes. Parece que é o caso. E se for, aos trabalhadores sobra mais um motivo para lutar pela democracia, por um regime onde exista liberdade sindical e eles possam reivindicar de acordo com seus legítimos interesses, inclusive evitando falsificações como a encomendada por Delfim Neto.

Não devemos também cair na ilusão de considerar uma suposta boa intenção do ministro Simonsen a favor do povo porque ele, pelo menos em parte, admitiu a falsificação. Ele fez isso porque estava em dificuldades, principalmente junto ao Banco Mundial, que nunca acreditou nos 13,7 por cento e ameaçava criar dificuldades para os negócios do Brasil. Na verdade, ao reduzir artificialmente os preços, o Sr. Delfim não deixou de presentear seus sucessores com um sucumento, porém difícil de descascar, abacaxi.

Os principais sindicatos operários de São Paulo, liderados pelos metalúrgicos da capital e da zona do ABC, estão mobilizando seus filiados para levar o Governo a restituir o que tirou dos trabalhadores em 1974. Naquele ano, com um golpe de malandragem, os salários foram reajustados abaixo do custo de vida. E as estatísticas que forneceram a taxa de inflação e do custo de vida foram grosseiramente falsificadas.

Os que têm o costume de acompanhar as notícias pelos jornais estão informados de que, recentemente, o Governo foi obrigado a admitir que a taxa do custo de vida de 1973 foi falsificada para menos pela Fundação Getúlio Vargas. A Fundação GV é a entidade encarregada de fazer as estatísticas desse País. A falsificação possibilitou ao Governo reajustar os salários abaixo da carência. Dessa maneira, o Governo não respeitou sua própria fórmula, que é reajustar os salários na mesma base que o custo de vida sobe. Ou melhor, "respeitou" à maneira do Sr. Delfim Neto, que era o ministro da Fazenda em 1974.

Os números que permitem uma compreensão mais matemática são os seguintes: em 1973, o Governo anunciou que o aumento do custo de vida tinha sido de 13,7 por cento. Recentemente, porém, refazendo as mesmas contas, a Fundação Getúlio Vargas admite que, ao invés dos 13,7 por cento, o custo de vida subiu 20,5 por cento. Entretanto, isso não significa que devemos acreditar que a coisa para aí.

REPRESSÃO

No começo de 1974, o atual ministro da Fazenda Mário Simonsen enviou ao Presidente Geisel um relatório. No relatório, o ministro advertia que a taxa de inflação em 1973 tinha sido fortemente comprimida. Dizia o relatório: "Em 1973, o Governo, procurando aproximar-se da meta de 12 por cento de inflação, reprimiu ao máximo possível o

aumento de preços, por meio de tabelamentos e controles".

Para alcançar a qualquer custo esses 12 por cento e não ficar desmoralizado pois prometera isso aos empresários, o Sr. Delfim Neto ordenou que a Fundação Getúlio Vargas considerasse nos seus cálculos os preços tabelados pelo Governo e não os que, na verdade, estavam sendo cobrados. O próprio ministro Simonsen disse ao Presidente Geisel como essa artimanha funcionou:

— Assim, o índice, em dezembro de 1973, registrava a carne de primeira ao preço de Cr\$ 6,60, quando o preço no mercado se situava em torno de Cr\$ 14,00, ou seja, 112 por cento a mais.

Simonsen admitiu ainda em 1974 que se os cálculos fosse corrigidos para tomar por base os preços reais do mercado, e não os preços oficiais da tabela, o aumento global do custo de vida em 1973 subiria a 26,6 por cento. Isto significa que anteriormente, Simonsen já havia admitido que a falsificação feita no Governo passado tinha sido bem maior. Por isso, dissemos que não devemos acreditar que a coisa para aí.

OS BENEFICIADOS

Ora, em 1974 os salários foram reajustados em menos de 15 por cento. Todos se lembram que, na época, o todo poderoso Delfim Neto dizia que o reajuste tinha sido superior ao custo de vida do ano anterior, como se o Governo estivesse sendo "bonzinho" com os assalariados. Mas, na mesma época, o ministro foi desmentido: por um órgão de economia ligado aos sindicatos de trabalhadores paulistas, que calculou o aumento do custo de vida de 1973 em quase 27 por cento. Aí as coisas se encontram: os 26,6 por cento que Simonsen admitiu primeiramente como o índice certo, está de acordo com o que os trabalhadores, através seus sindicatos, disseram bem antes.

FGTS: A OPÇÃO PELO DESEMPREGO

A Câmara Federal aprovou há dias, em primeira discussão, o projeto-de-lei do companheiro Odacyr Klein, do RGS, mantendo a estabilidade do empregado, mesmo após optar pelo FGTS. Apesar do projeto haver sido aprovado por causa de acordo entre nosso partido e o do Governo, tudo indica que este ordenará sua rejeição final, pois continua no firme propósito de optar em favor das forças econômicas, que o apoiam, do que em favor dos trabalhadores, apesar de conhecidos disfarces de "promoção social".

O FGTS foi feito para acabar com a estabilidade, mediante expediente que de

"opção" só tem o nome, e favorecer a entrada de capitais estrangeiros, os quais já dominam setores básicos da nossa economia, graças, inclusive, a suada e ainda pequena poupança nacional.

O FGTS, na prática, quanto aos optantes, tem criado sérios problemas no chamado "mercado de trabalho", para usar denominação de economistas e economizes (tecnocratas), fomentando o subemprego e o desemprego.

Se considerarmos ter nossa população urbana superado a agrária, fato de grande importância para o país, pode-se afirmar que a extinção da estabilidade pela opção tem concorrido, principalmen-

te, nas cidades maiores, para o desemprego em massa dos trabalhadores na faixa de 30 a 40 anos e sem especialização.

Se o Governo impuser a rejeição do projeto estará, simplesmente, impondo sua força contra esses trabalhadores, agravando um problema que aparenta estar empenhado em resolver.

É bom que se diga: a coexistência da estabilidade com a opção pelo FGTS em nada reduz os recursos do Sistema Financeiro da Habitação, pois ao BNH também são recolhidos os 8 por cento dos salários dos não-optantes. Pelo contrário, aumenta-os-á, porque as contas das

empresas são muito menos movimentadas do que as optantes. Crível é que o BNH, com mais recursos, continue muito mais favorecendo gente da classe média e da rica do que a dos pobres, plantando "espões", fomentando até crimes urbanísticos nas áreas metropolitanas, muito mais que casas populares.

No episódio, o MDB procura cumprir com o seu dever de oposição a uma política anti-social, a um Estado mais preocupado em agradecer seus parceiros de poder do que parte considerável de súditos seus, precisamente os mais responsáveis pelo desenvolvimento econômico.

...da pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no último dia 14 em Brasília. Para o MDB como para o conjunto das forças de oposição, esta foi uma decisão histórica. Levantada pela primeira vez em Recife, a tese da Constituinte foi aos poucos se fortalecendo como a que mais concretamente corporificava a luta democrática.

Quando em abril último, o governo desnudou-se perante o país com o pacote (modificações na legislação eleitoral para impedir a vitória do MDB aos governos

população, as manifestações a favor de um novo tipo de governo, um governo democrático.

Entretanto, para se ter um governo democrático é necessário que o País tenha uma Constituição democrática. E uma Constituição democrática é preciso ter uma Assembleia de deputados constituintes. É a convocação dessa Assembleia Constituinte que acaba de ser definida como o grande ponto da luta do MDB.

Dessa forma o Movimento Democrático Brasileiro transformou em Resolução, incluída no seu programa, o grande clamor nacional

com essa decisão do MDB não apenas interpretou os desejos de toda a Nação, como reencontrou-se com todas as outras forças de oposição no Brasil.

Mas o problema da convocação da Assembleia Constituinte não se encerra na sua aprovação, como bem ressaltou a Ala Jovem do MDB da Bahia, em documento aprovado na Convenção: "A Nação espera do MDB mais que uma aprovação de tese". A responsabilidade do MDB agora é muito grande, pois a Constituinte passou a ser hoje a sua principal bandeira de luta. E foi com esse

convocação da Constituinte.

Essa campanha vai envolver a mobilização de todas as bases partidárias, refletindo o espírito da proposta da Ala Jovem, ou seja, a criação de Circulos de Debates sobre a Constituinte, nos locais de trabalho, estudo e moradia. Cumprindo, portanto, determinação da Convenção do Partido, é que a Ala Jovem utilizará o seu jornal como um veículo de debates, inserido dentro da própria campanha nacional, consagrando-a inclusive na própria denominação: "O Constituinte".

SECUNDARISTAS DA BAHIA

Os estudantes secundaristas que desde 1968 perderam o direito de elegerem suas próprias entidades de representação, transformadas em Centros Cívicos, dirigidos por professores indicados pelas diretorias dos Colégios, acabam de Fundar a União Livre de Secundaristas da Bahia, Uliba. Eles programaram um recital e um grande debate para seus problemas para o dia primeiro de outubro. A seguir a íntegra da nota dos estudantes secundaristas:

Convocação aos Secundaristas

Colegas,

A partir de nossas necessidades, de nossos problemas enfrentados no dia-a-dia dentro de nossas escolas, onde o 477 continua em vigor atingindo colegas, colocando-nos em estado de insegurança e limitando interesses da nossa classe, onde o baixo nível de ensino, principalmente nas escolas públicas estaduais, está à vista de todos; onde, se percebe, não há o menor interesse em dar um grau mais alto de cultura geral aos estudantes (talvez para que estes não possam ter uma melhor visão da realidade nacional), resolvemos formar uma união que representaria uma frente reivindicatória, esta União abrangeiria colegas de todas as escolas secundaristas da Bahia e teria como alvos principais:

1 — A luta pela melhoria do ensino do Segundo Grau, que no momento se encontra em condições precárias. Os estudantes terminam o curso secundarista e normalmente não alcançam um nível desejável para o vestibular tendo por fim que apelar para os cursinhos exploradores (privilégio de uma minoria que se encontra em boas condições econômicas). Isto é uma prova concreta de que a Universidade passa cada vez mais a ser frequentada por uma elite social.

2 — A luta pela extinção do Decreto-Lei 477, que impede a nossa livre organização, castando nossa liberdade de ação e pensamento.

3 — A luta pela reabertura dos grêmios nas escolas secundaristas da Bahia, pois atualmente encontram-se encabeçados pelos Centros Cívicos, que retiram a livre iniciativa dos estudantes.

4 — A luta pela eleição direta nos grêmios, inclusive acompanhado da devida campanha eleitoral das chapas que assim teriam maiores chances de demonstrar seus programas de trabalho.

5 — A luta por uma maior abertura para as atividades culturais promovidas pelos estudantes dentro das escolas.

Com a consciência de que tudo isso se deve a uma má estruturação da política educacional do Governo Brasileiro que não destina uma melhor orientação e as devidas verbas ao curso secundarista, contamos com a sua integração na nossa luta e temos certeza que lutando juntos representaremos muito mais força, numa união que já começa a ganhar força e ganhará muito mais com a sua presença e de colegas de sua escola que, esperamos, também interessem-se pelos problemas de nossa classe.

União Livre de Secundaristas da Bahia.

ELEIÇÕES ESTUDANTIS: EXEMPLO DE DEMOCRACIA

A conquista da Democracia é uma coisa concreta. Praticá-la, ainda que sob uma legislação excepcional, é a forma mais efetiva e eficiente de derrotar as ditaduras. Um ato vale mais que um gesto.

Um fato vale mais que uma palavra.

E é isso que se vê na Universidade hoje.

Menos palavras radicais e mais prática política.

Na Universidade Federal da Bahia, os estudantes vivem um momento de grande efervescência política. Estão sendo realizadas eleições para o Diretório Central dos Estudantes, entidade que congrega o conjunto dos diretórios no âmbito da Universidade.

Essa é a segunda vez, depois de 64, que os universitários baianos realizam eleições livres e diretas para sua entidade máxima. A legislação universitária determina eleições indiretas para o diretório central, sendo a escolha feita pelos presidentes dos diretórios de cada escola.

DEMOCRACIA NA PRÁTICA

Para conquistar essa façanha, os estudantes universitários, entretanto, atravessaram um longo e tenebroso caminho. Foi em 1971 que começaram as primeiras lutas para a reabertura dos Diretórios Acadêmicos, fechados em 1968, logo após a decretação do Ato Institucional nº 5.

Inicialmente tímido e restrito a poucas escolas, o movimento dos estudantes foi crescendo, ao mesmo tempo que ganhava corpo os movimentos de oposição ao regime, e de dois anos para cá, foi adquirindo um conteúdo cada vez mais amplo. Atualmente o movimento dos estudantes defende abertamente a Democracia e melhores condições de vida para o povo.

Em 1975, uma série de acontecimentos marcaram o crescimento do movimento dos estudantes. Uma greve envolvendo dez mil universitários, durante cerca de 30 dias, contra a lei que expulsa da Universidade o aluno que não consegue concluir o curso em tempo determinado pela Universidade, conseguiu ser plenamente vitoriosa. Não só porque os estudantes derrubaram grande parte dos dispositivos da lei de Jubilamento, como porque na prática conseguiram anular a proibição de greves.

De lá para cá, com o avanço do movimento pela Democracia, com a vitória do MDB nas eleições — na qual os estudantes tiveram grande participação —, os estudantes brasileiros têm marchado cada vez mais no

sentido de defender as bandeiras democráticas. Os estudantes baianos tiveram nesses acontecimentos uma participação bastante ativa, com a realização inclusive de várias manifestações.

Este ano, entretanto, o movimento estudantil baiano ganhou outra dimensão, chegando até as ruas da cidade. Os primeiros passos, neste sentido, foram dados com a luta pela melhoria das condições do restaurante universitário. Em maio foi realizado o primeiro ato público, pacífico, mas com a intervenção policial vários jornalistas foram agredidos e espancados. Esse fato causou uma grande revolta no meio da opinião pública, levando a que entidades como a Associação Baiana de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas divulgassem notas de condenação as arbitrariedades policiais. Em agosto, um passo decisivo foi dado pelo movimento estudantil, com a realização de uma passeata pelas ruas centrais da cidade, sem que a Polícia intervisse.

Os estudantes, portanto, chegam as eleições para o Diretório Central com uma grande bagagem de lutas. Durante a campanha que se desenvolve dentro da Universidade uma verdadeira batalha eleitoral está sendo travada pelas chapas que concorrem as eleições para o Diretório Central. Num exemplo de como se pratica a Democracia, os universitários, distribuem plataformas de trabalho, programas políticos e inundam suas escolas de cartazes.

As diversas chapas estudantis se estruturam de forma semelhante a partidos políticos universitários. Quatro chapas disputam as eleições do Diretório Central: "Sangue Novo", "Nova Acró", "Perspectiva" e "Viração". Embora discordando entre si, essas chapas mantêm muitos pontos de vistas comuns quanto a vida estudantil, a vida política do País, como a necessidade de se conquistar novamente a Democracia.

As eleições para o Diretório Central dos Estudantes e a luta estudantil em geral, são exemplos de como se pratica a democracia. Elas têm um grande significado para a população e para o conjunto do movimento oposicionista brasileiro. Elas são um passo entre os muitos que todos os brasileiros terão que dar para reconquistar a Democracia.

O TRABALHO CONJUNTO PELA DEMOCRACIA

Desde o início deste ano têm ocorrido reuniões de pessoas que participam da direção de entidades (profissionais, estudantis, associações de bairro, etc...) e personalidades de nossa cidade, aproximadas em função de objetivos comuns de conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida em nosso país.

Esta integração de várias lideranças da cidade, que recebeu o nome de Comissão de Trabalho Conjunto, vem funcionando em caráter provisório, e atualmente desenvolve-se uma discussão dentro dos vários organismos que nela tomam parte para o seu estabelecimento permanente.

TAREFA ÁRDUA

Acreditamos que a reunião de pessoas identificadas por objetivos gerais comuns poderá se constituir em avanço para a luta oposicionista, sobretudo porque vemos na discussão e troca de experiências que aí se desenvolverá um estímulo ao trabalho de mobilização e integração efetiva de amplas parcelas dentro de cada setor, bem como temos certeza de que serão facilitadas as possibilidades de ação comum entre alguns setores que estejam envolvidos com um problema e tenham efetivas condições de realizar um trabalho que conte com a intervenção decisiva do conjunto ou de grande parte dos integrantes dos setores.

Entendemos que a concretização das bandeiras gerais é tarefa árdua e constante de cada representante de setor que compõe a Comissão, porquanto é diante de cada realidade específica, das reivindicações e problemas mais sentidos em cada setor que será possível efetuar uma mobilização ampla e significativa. A luta por liberdades democráticas e melhores condições de vida expressa-se diferentemente em cada local e se desenvolve com o potencial e a experiência aí acumulados.

Em vários momentos, problemas comuns existem e têm que ser enfrentados por vários setores ao mesmo tempo, de maneira coesa, respeitando-se contudo as diversas formas de reagir, que estão sempre vinculadas às características e grau de conscientização de cada setor. A grande referência será sempre motivar e ativar a maior parte dos setores, envolvê-los de forma ativa e direta, por modos diferentes, desenvolvidos por suas próprias representações.

CONVENÇÃO DECIDE QUE CONSTITUINTE É A SAÍDA

Por aclamação unânime de mais de 300 convencionais, o MDB incorporou em seu programa a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no último dia 14 em Brasília. Para o MDB como para o conjunto das forças de oposição, esta foi uma decisão histórica. Levantada pela primeira vez em Recife, a tese da Constituinte foi aos poucos se fortalecendo como a que mais concretamente corporificava a luta democrática.

Quando em abril último, o governo desnudou-se perante o país com o pacote (modificações na legislação eleitoral para impedir a vitória do MDB aos governos

estaduais e ao Senado) cresceram em todo o País, por parte de quase todas as camadas da população, as manifestações a favor de um novo tipo de governo, um governo democrático.

Entretanto, para se ter um governo democrático é necessário que o País tenha uma Constituição democrática. E uma Constituição democrática é preciso ter uma Assembleia de deputados constituintes. É a convocação dessa Assembleia Constituinte que acaba de ser definida como o grande ponto da luta do MDB.

Dessa forma o Movimento Democrático Brasileiro transformou em Resolução, incluída no seu programa, o grande clamor nacional

em favor da substituição do regime de exceção por uma democracia participativa. A verdade é que com essa decisão o MDB não apenas interpretou os desejos de toda a Nação, como reencontrou-se com todas as outras forças de oposição no Brasil.

Mas o problema da convocação da Assembleia Constituinte não se encerra na sua aprovação, como bem ressaltou a Ala Jovem do MDB da Bahia, em documento aprovado na Convenção: "A Nação espera do MDB mais que uma aprovação de tese". A responsabilidade do MDB agora é muito grande, pois a Constituinte passou a ser hoje a sua principal bandeira de luta. E foi com esse

entendimento que a Convenção aprovou a deflagração de uma grande campanha nacional pela convocação da Constituinte.

Essa campanha vai envolver a mobilização de todas as bases partidárias, refletindo o espírito da proposta da Ala Jovem, ou seja, a criação de Círculos de Debates sobre a Constituinte, nos locais de trabalho, estudo e moradia. Cumprindo, portanto, determinação da Convenção do Partido, é que a Ala Jovem utilizará o seu jornal como um veículo de debates, inserido dentro da própria campanha nacional, consagrando-a inclusive na própria denominação: "O Constituinte".

ELEIÇÕES ESTUDANTIS: EXEMPLO DE DEMOCRACIA

A conquista da Democracia é uma coisa concreta. Praticá-la, ainda que sob uma legislação excepcional, é a forma mais efetiva e eficiente de derrotar as ditaduras. Um ato vale mais que um gesto.

Um fato vale mais que uma palavra. E é isso que se vê na Universidade hoje. Menos palavras radicais e mais prática política.

Na Universidade Federal da Bahia, os estudantes vivem um momento de grande efervescência política. Estão sendo realizadas eleições para o Diretório Central dos Estudantes, entidade que congrega o conjunto dos diretórios no âmbito da Universidade.

Essa é a segunda vez, depois de 64, que os universitários baianos realizam eleições livres e diretas para sua entidade máxima. A legislação universitária determina eleições indiretas para o diretório central, sendo a escolha feita pelos presidentes dos diretórios de cada escola.

DEMOCRACIA NA PRÁTICA

Para conquistar essa façanha, os estudantes universitários, entretanto, atravessaram um longo e tenebroso caminho. Foi em 1971 que começaram as primeiras lutas para a reabertura dos Diretórios Acadêmicos, fechados em 1968, logo após a decretação do Ato Institucional nº 5.

Inicialmente tímido e restrito a poucas escolas, o movimento dos estudantes foi crescendo, ao mesmo tempo que ganhava corpo os movimentos de oposição ao regime, e de dois anos para cá, foi adquirindo um conteúdo cada vez mais amplo. Atualmente o movimento dos estudantes defende abertamente a Democracia e

sentido de defender as bandeiras democráticas. Os estudantes baianos tiveram nesses acontecimentos uma participação bastante ativa, com a realização inclusive de várias manifestações.

Este ano, entretanto, o movimento estudantil baiano ganhou outra dimensão, chegando até as ruas da cidade. Os primeiros passos, neste sentido, foram dados com a luta pela melhoria das condições do restaurante universitário. Em maio foi realizado o primeiro ato público, pacífico, mas com a intervenção policial vários jornalistas foram agredidos e espancados. Esse fato causou uma grande revolta no meio da opinião pública, levando a que entidades como a Associação Baiana de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas divulgassem notas de condenação às arbitrariedades policiais. Em agosto, um passo decisivo foi dado pelo movimento estudantil, com a realização de uma passeata pelas ruas centrais da cidade, sem que a Polícia intervisse.

Os estudantes, portanto, chegam às eleições para o Diretório Central com uma grande bagagem de lutas. Durante a campanha que se desenvolve dentro da Universidade uma verdadeira batalha eleitoral está sendo travada pelas chapas que concorrem às eleições para o Diretório Central. Num exemplo de como se pratica a Democracia, os universitários, distribuem plataformas de trabalho, programas políticos e inundam suas escolas de cartazes.

O TRABALHO CONJUNTO PELA DEMOCRACIA

Desde o início deste ano têm ocorrido reuniões de pessoas que participam da direção de entidades (profissionais, estudantis, associações de bairro, etc...) e personalidades de nossa cidade, aproximadas em função de objetivos comuns de conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida em nosso país.

Esta integração de várias lideranças da cidade, que recebeu o nome de Comissão de Trabalho Conjunto, vem funcionando em caráter provisório, e atualmente desenvolve-se uma discussão dentro dos vários organismos que nela tomam parte para o seu estabelecimento permanente.

TAREFA ÁRDUA

Acreditamos que a reunião de pessoas identificadas por objetivos gerais comuns poderá se constituir em avanço para a luta oposicionista, sobretudo porque vemos na discussão e troca de experiências que aí se desenvolverá um estímulo ao trabalho de mobilização e integração efetiva de amplas parcelas dentro de cada setor, bem como temos certeza de que serão facilitadas as possibilidades de ação comum entre alguns setores que estejam envolvidos com um problema e tenham efetivas condições de realizar um trabalho que conte com a intervenção decisiva do conjunto ou de grande parte dos integrantes dos setores.

Entendemos que a concretização das bandeiras gerais é tarefa árdua e constante de cada representante de setor que compõe a Comissão, porquanto é diante de cada realidade específica, das reivindicações e problemas mais sentidos em cada setor que será possível efetuar uma mobilização ampla e significativa. A luta por liberdades democráticas e melhores

ESTUDANTES FUNDAM A UNIÃO LIVRE DE SECUNDARISTAS DA BAHIA

Os estudantes secundaristas que desde 1968 perderam o direito de elegerem suas próprias entidades de representação, transformadas em Centros Cívicos, dirigidos por professores indicados pelas diretorias dos Colégios, acabam de Fundar a União Livre de Secundaristas da Bahia, Ulisba. Eles programaram um recital e um grande debate para seus problemas para o dia primeiro de outubro. A seguir a íntegra da nota dos estudantes secundaristas:

Convocação aos Secundaristas

Colegas,

A partir de nossas necessidades, de nossos problemas enfrentados no dia-a-dia dentro de nossas escolas, onde o 477 continua em vigor atingindo colegas, colocando-nos em estado de insegurança e limitando interesses da nossa classe, onde o baixo nível de ensino, principalmente nas escolas públicas estaduais, está à vista de todos; onde, se percebe, não há o menor interesse em dar um grau mais alto de cultura geral aos estudantes (talvez para que estes não possam ter uma melhor visão da realidade nacional), resolvemos formar uma união que representaria uma frente reivindicatória, esta União abrangeria colegas de todas as escolas secundaristas da Bahia e teria como alvos principais:

1 — A luta pela melhoria do ensino do Segundo Grau, que no momento se encontra em condições precárias. Os estudantes terminam o curso secundarista e normalmente não alcançam um nível desejável para o vestibular tendo por fim que apelar para os cursinhos exploradores (privilégio de uma minoria que se encontra em boas condições econômicas). Isto é uma prova concreta de que a Universidade passa cada vez mais a ser frequentada por uma elite social.

2 — A luta pela extinção do Decreto-Lei 477, que impede a nossa livre organização, castando nossa liberdade de ação e pensamento.

3 — A luta pela reabertura dos grêmios nas escolas secundaristas da Bahia, pois atualmente encontram-se encabeçados pelos Centros Cívicos, que retiram a livre iniciativa dos estudantes.

4 — A luta pela eleição direta nos grêmios, inclusive acompanhado da devida campanha eleitoral das chapas que assim teriam maiores chances de demonstrar seus programas de trabalho.

5 — A luta por uma maior abertura para as atividades culturais promovidas pelos estudantes dentro das escolas.

Com a consciência de que tudo isso

CONVENÇÃO DECIDE QUE CONSTITUINTE É A SAÍDA

Por aclamação unânime de mais de 300 convencionais, o MDB incorporou em seu programa a luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, no último dia 14 em Brasília. Para o MDB como para o conjunto das forças de oposição, esta foi uma decisão histórica. Levantada pela primeira vez em Recife, a tese da Constituinte foi aos poucos se fortalecendo como a que mais concretamente corporificava a luta democrática.

Quando em abril último, o governo desnudou-se perante o país com o pacote (modificações na legislação eleitoral para impedir a vitória do MDB aos governos

estaduais e ao Senado) cresceram em todo o País, por parte de quase todas as camadas da população, as manifestações a favor de um novo tipo de governo, um governo democrático.

Entretanto, para se ter um governo democrático é necessário que o País tenha uma Constituição democrática. E uma Constituição democrática é preciso ter uma Assembleia de deputados constituintes. É a convocação dessa Assembleia Constituinte que acaba de ser definida como o grande ponto da luta do MDB.

Dessa forma o Movimento Democrático Brasileiro transformou em Resolução, incluída no seu programa, o grande clamor nacional

em favor da substituição do regime de exceção por uma democracia participativa. A verdade é que com essa decisão o MDB não apenas interpretou os desejos de toda a Nação, como reencontrou-se com todas as outras forças de oposição no Brasil.

Mas o problema da convocação da Assembleia Constituinte não se encerra na sua aprovação, como bem ressaltou a Ala Jovem do MDB da Bahia, em documento aprovado na Convenção: "A Nação espera do MDB mais que uma aprovação de tese". A responsabilidade do MDB agora é muito grande, pois a Constituinte passou a ser hoje a sua principal bandeira de luta. E foi com esse

entendimento que a Convenção aprovou a deflagração de uma grande campanha nacional pela convocação da Constituinte.

Essa campanha vai envolver a mobilização de todas as bases partidárias, refletindo o espírito da proposta da Ala Jovem, ou seja, a criação de Circulos de Debates sobre a Constituinte, nos locais de trabalho, estudo e moradia. Cumprindo, portanto, determinação da Convenção do Partido, é que a Ala Jovem utilizará o seu jornal como um veículo de debates, inserido dentro da própria campanha nacional, consagrando-a inclusive na própria denominação: "O Constituinte".

ELEIÇÕES ESTUDANTIS: EXEMPLO DE DEMOCRACIA

A conquista da Democracia é uma coisa concreta. Praticá-la, ainda que sob uma legislação excepcional, é a forma mais efetiva e eficiente de derrotar as ditaduras. Um ato vale mais que um gesto.

Um fato vale mais que uma palavra. E é isso que se vê na Universidade hoje. Menos palavras radicais e mais prática política.

Na Universidade Federal da Bahia, os estudantes vivem um momento de grande efervescência política. Estão sendo realizadas eleições para o Diretório Central dos Estudantes, entidade que congrega o conjunto dos diretórios no âmbito da Universidade.

Essa é a segunda vez, depois de 64, que os universitários baianos realizam eleições livres e diretas para sua entidade máxima. A legislação universitária determina eleições indiretas para o diretório central, sendo a escolha feita pelos presidentes dos diretórios de cada escola.

DEMOCRACIA NA PRÁTICA

Para conquistar essa façanha, os estudantes universitários, entretanto, atravessaram um longo e tenebroso caminho. Foi em 1971 que começaram as primeiras lutas para a reabertura dos Diretórios Acadêmicos, fechados em 1968, logo após a decretação do Ato Institucional nº 5.

Inicialmente tímido e restrito a poucas escolas, o movimento dos estudantes foi crescendo, ao mesmo tempo que ganhava corpo os movimentos de oposição ao regime, e de dois anos para cá, foi adquirindo um conteúdo cada vez mais amplo. Atualmente o movimento dos

estudantes de defender as bandeiras democráticas. Os estudantes baianos tiveram nesses acontecimentos uma participação bastante ativa, com a realização inclusive de várias manifestações.

Este ano, entretanto, o movimento estudantil baiano ganhou outra dimensão, chegando até as ruas da cidade. Os primeiros passos, neste sentido, foram dados com a luta pela melhoria das condições do restaurante universitário. Em maio foi realizado o primeiro ato público, pacífico, mas com a intervenção policial vários jornalistas foram agredidos e espancados. Esse fato causou uma grande revolta no meio da opinião pública, levando a que entidades como a Associação Baiana de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas divulgassem notas de condenação as arbitrariedades policiais. Em agosto, um passo decisivo foi dado pelo movimento estudantil, com a realização de uma passeata pelas ruas centrais da cidade, sem que a Polícia interviesse.

Os estudantes, portanto, chegam as eleições para o Diretório Central com uma grande bagagem de lutas. Durante a campanha que se desenvolve dentro da Universidade uma verdadeira batalha eleitoral está sendo travada pelas chapas que concorrem as eleições para o Diretório Central. Num exemplo de como se pratica a Democracia, os universitários, distribuem plataformas de trabalho, programas políticos e inundam suas escolas de cartazes.

O TRABALHO CONJUNTO PELA DEMOCRACIA

Desde o início deste ano têm ocorrido reuniões de pessoas que participam da direção de entidades (profissionais, estudantis, associações de bairro, etc...) e personalidades de nossa cidade, aproximadas em função de objetivos comuns de conquista das liberdades democráticas e melhores condições de vida em nosso país.

Esta integração de várias lideranças da cidade, que recebeu o nome de Comissão de Trabalho Conjunto, vem funcionando em caráter provisório, e atualmente desenvolve-se uma discussão dentro dos vários organismos que nela tomam parte para o seu estabelecimento permanente.

TAREFA ÁRDUA

Acreditamos que a reunião de pessoas identificadas por objetivos gerais comuns poderá se constituir em avanço para a luta oposicionista, sobretudo porque vemos na discussão e troca de experiências que aí se desenvolverá um estímulo ao trabalho de mobilização e integração efetiva de amplas parcelas dentro de cada setor, bem como temos certeza de que serão facilitadas as possibilidades de ação comum entre alguns setores que estejam envolvidos com um problema e tenham efetivas condições de realizar um trabalho que conte com a intervenção decisiva do conjunto ou de grande parte dos integrantes dos setores.

Entendemos que a concretização das bandeiras gerais é tarefa árdua e constante de cada representante do setor que compõe a Comissão, porquanto é diante de cada realidade específica, das reivindicações e problemas mais sentidos em cada setor que será possível efetuar uma mobilização ampla e significativa. A luta por liberdades democráticas e melhores

ESTUDANTES FUNDAM A UNIÃO LIVRE DE SECUNDARISTAS DA BAHIA

Os estudantes secundaristas que desde 1968 perderam o direito de elegerem suas próprias entidades de representação, transformadas em Centros Cívicos, dirigidos por professores indicados pelas diretorias dos Colégios, acabam de Fundar a União Livre de Secundaristas da Bahia, Ulisba. Eles programaram um recital e um grande debate para seus problemas para o dia primeiro de outubro. A seguir a íntegra da nota dos estudantes secundaristas:

Convocação aos Secundaristas

Colegas,

A partir de nossas necessidades, de nossos problemas enfrentados no dia-a-dia dentro de nossas escolas, onde o 477 continua em vigor atingindo colegas, colocando-nos em estado de insegurança e limitando interesses da nossa classe, onde o baixo nível de ensino, principalmente nas escolas públicas estaduais, está à vista de todos; onde, se percebe, não há o menor interesse em dar um grau mais alto de cultura geral aos estudantes (talvez para que estes não possam ter uma melhor visão da realidade nacional), resolvemos formar uma união que representaria uma frente reivindicatória, esta União abrangeria colegas de todas as escolas secundaristas da Bahia e teria como alvos principais:

1 — A luta pela melhoria do ensino do Segundo Grau, que no momento se encontra em condições precárias. Os estudantes terminam o curso secundarista e normalmente não alcançam um nível desejável para o vestibular tendo por fim que apelar para os cursinhos exploradores (privilégio de uma minoria que se encontra em boas condições econômicas). Isto é uma prova concreta de que a Universidade passa cada vez mais a ser frequentada por uma elite social.

2 — A luta pela extinção do Decreto-Lei 477, que impede a nossa livre organização, castando nossa liberdade de ação e pensamento.

3 — A luta pela reabertura dos grêmios nas escolas secundaristas da Bahia, pois atualmente encontram-se encabeçados pelos Centros Cívicos, que retiram a livre iniciativa dos estudantes.

4 — A luta pela eleição direta nos grêmios, inclusive acompanhado da devida campanha eleitoral das chapas que assim teriam maiores chances de demonstrar seus programas de trabalho.

5 — A luta por uma maior abertura para as atividades culturais promovidas pelos estudantes dentro das escolas.

Com a consciência de que tudo isso

DRT USA ANULAÇÃO E VETOS PARA CALAR OS JORNALISTAS

Só mesmo sendo cego para não ver que a Delegacia Regional do Trabalho na Bahia vem tentando, desde o início da primeira convocação de eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, fazer com que se perpetue a situação de intervenção branca a que se acha submetido o Sindicato. Ou, o que é pior, arda à procura de pretexto para submeter a entidade de classe dos jornalistas baianos a uma intervenção definitiva. Não se sabe qual dos dois males é o maior, mas, de uma forma ou de outra, a situação está a exigir os jornalistas uma posição de luta contra a pretensão da DRT visto que o Sindicato é o único órgão com o qual a classe pode contar para discutir seus próprios problemas e encaminhar suas lutas.

Depois de já haver anulado uma eleição utilizando-se de argumentos pouco convincentes, a Delegacia Regional do Trabalho resolveu agora interferir diretamente no processo eleitoral, antes mesmo que se processe a votação, com o único objetivo de antes mesmo que se processe a votação, com o único objetivo de confundir os jornalistas e protelar indefinidamente a eleição de uma diretoria livremente escolhida por toda a classe. No processo eleitoral em curso a Delegacia resolveu anunciar

(inicialmente de maneira informal e por telefone) na véspera do dia marcado para a votação que seis integrantes das três chapas inscritas haviam sido vetados, não podendo participar do pleito. O fato gerou, além da natural insatisfação, demissões e afastamentos, protelando o desfecho da eleição.

Ao observador mais atento não passou despercebido que um dos "vetados", numa das chapas concorrentes, tinha sido indicado, poucos meses antes, pela própria Delegacia Regional do Trabalho, como integrante de uma Junta Governativa que passou a dirigir os destinos dos Sindicatos logo depois que a própria DRT conseguiu frustrar a primeira eleição. Esse, entretanto, não é o fato mais difícil de entender com relação à atuação da DRT nas eleições para o Sindicato dos Jornalistas.

Há ainda a negativa do direito de voto aos estagiários fórmula recém-criada pela DRT com a visível e mal disfarçada intenção de dificultar a obtenção do "quorum" exigido por lei. Sabe-se que o quadro social do Sindicato dos Jornalistas ainda é integrado por um grupo numeroso de profissionais aposentados ou há muito tempo afastados da profissão e que a renovação desse quadro social só se dá por meio da inscrição de estagiários. Estes, por sua vez,

preenchem todos os requisitos exigidos pela legislação sindical para que possam exercer seu direito de voto, direito, aliás, reconhecido, em qualquer outro estado brasileiro. Com os estagiários votando, é claro, o "quorum" a ser alcançado ficaria ainda maior, mas não há dúvida de que ficaria também mais fácil de ser atingido já que os estagiários, quase todos, estão engajados nas redações, exercendo a profissão, e com muito mais motivação para o voto. E ainda que assim não fosse, votar é o direito mais elemental de qualquer associado de um Sindicato.

Ora vetando nomes (e alguns até dignos de sua maior confiança) ora negando direito ao voto, ou, simplesmente anulado, de maneira sumária, uma eleição, está claro que a Delegacia Regional do Trabalho pretende apenas impedir que o Sindicato dos Jornalistas tenha uma diretoria autêntica. É esta posição só pode ser explicada pelo incômodo que pode causar um Sindicato livremente escolhido aos interesses da DRT ou de quem quer que esteja por trás dela.

Para isso os jornalistas precisam estar atentos. E precisam estar sobretudo unidos no firme propósito de não permitir que a sua entidade de classe venha a ficar subjugada pela força, nem silenciada pelo arbítrio. Os jornalistas precisam de seu Sindicato livre.

A LUTA DOS BANCÁRIOS PELO REAJUSTE EM SETEMBRO

Os bancários de Salvador realizaram há algumas semanas uma assembléia geral extraordinária para discutir e aprovar uma proposta no sentido de reivindicar a volta da data-base do acordo salarial para 1º de setembro, o que traduz uma aspiração frequentemente manifestada pela classe, que se sente prejudicada com a mudança para fevereiro.

Compareceram 90 bancários à assembléia e sua realização representa uma grande vitória: é o passo inicial da classe no sentido de organizar-se em torno do sindicato para a defesa dos seus interesses.

por cento, a ser descontado do índice que for fixado para o próximo reajuste salarial, em fevereiro. Evidentemente, agindo assim os banqueiros procuraram esvaziar o movimento, evitando ter de atender uma reivindicação maior.

Atualmente, os próprios bancos confessam que a situação é excepcionalmente favorável aos seus negócios, e os lucros atinge resultados que os banqueiros consideram auspiciosos, decorrentes dos exorbitantes juros que prevalecem no mercado, mas que não explicam tudo: na verdade, desde 1964, a política financeira, dirigida por banqueiros como Roberto

NA RUA JOSÉ FALCÃO O POVO FAZ O QUE A PREFEITURA NÃO FAZ

Os moradores da Rua José Falcão, no fim de linha da Fazenda Grande, desiludidos com a possibilidade de obterem da Prefeitura a pavimentação daquela rua, resolveram por conta própria realizar a obra. Semanalmente, é feita uma coleta de dinheiro em todas as casas da Rua José Falcão para conseguir fundos para a aquisição de manilhas, cimento e areno.

Os serviços são realizados nos fins de semana em forma de mutirão, com a participação de homens, mulheres e crianças. Todos eles, sabem perfeitamente que essa é uma obrigação da Prefeitura, uma vez que todos são trabalhadores e pagam impostos. Mas, diante da prolongada omissão da Prefeitura, que está preocupada em fazer obras que atendam aos interesses dos ricos, não tiveram outra alternativa.

O jeito foi assumir a responsabilidade da Prefeitura, mesmo sabendo que isso significa em reduzir as despesas com comida e casa. Os trabalhos da Rua José Falcão já estão bastante adiantados: as instalações sanitárias já estão concluídas e grande parte da Rua já recebeu uma grossa camada de areno, estando, portanto, pronta para receber o cimento ou o sonhado asfalto.

UNIDOS DA

Defesa do Bairro são as atividades e os objetivos Unidos de Cardeal da Silva, por enquanto Liga de futebol.

O Torneio Início foi a primeira grande vitória. Com a participação de 18 times, uniformizados e perfeitamente organizados, foram disputadas 4 taças.

O campeão foi o Bahia Mirim, capitaneado por Florisvaldo. O Vasco foi o Vice tendo, também arrebatado a taça de Melhor Uniforme no Desfile de abertura. A torcida mais vibrante — cantando seu hino de homenagem ao patrono e presidente Paru — conquistou a taça de M Melhor Torcida.

Antes de começar o próprio Campeonato deverá ser disputada a Taça Ala Jovem/2.

FAZENDA GRANDE FEZ SEU DOIS DE JULHO REMOVENDO O LIXO

Na Fazenda Grande, os moradores comemoraram o Dois de Julho de uma maneira diferente da que o Governo deseja: as ruas do bairro foram embandeiradas e, em alguns pontos, fixadas com dizeres como "no dia da Independência da Bahia, queremos nossa independência do lixo" ou ainda "menos buracos e menos sujeira, mais escolas e mais saúde" foram lidas. E a queima de fogos de artifício às 5 horas da manhã do dia 2 de julho, marcou o início de uma festa inédita: a da Retirada do Lixo.

O início dessa maneira diferente de comemorar uma data importante foi em 1975, quando os moradores, cansados de esperar pelas promessas da Prefeitura, muniram-se de pás, enchadas, carros de mão e deslocaram o lixo de vários pontos do bairro para a frente do prédio onde funciona a Empresa Gráfica da Bahia, pois só até ali se dignava chegar a Limpeza Pública. Foram mais de quatro horas de trabalho, com a participação de homens, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Depois da remoção, os moradores da Fazenda Grande fizeram uma animada festa, seguida de uma discussão, quando chegaram a conclusão que, além do problema do lixo, o bairro apresentava uma série de outras deficiências: inexistência de um centro de saúde, falta de um ginásio, precárias condições de higiene, falta de transportes coletivos em número suficiente. Combinou-se, então, que a partir daquela data seria comemorada em todo 2 de julho a festa da retirada do lixo e feito um balanço dos problemas do bairro.

SOLIDARIEDADE

Este ano a festa da Retirada do Lixo foi feita pela terceira vez e além da participação dos moradores da Fazenda Grande, contou com a solidariedade de pessoas de outros bairros, que foram ajudar. Uma barraca vendendo cerveja e refrigerantes foi armada e o samba andou solto. Além disso, o Grupo Experimental de Artes da Fazenda Grande fez uma apresentação teatral. Para a criançada, teve corrida de saco, quebra-pote e pau de sebo.

não ver que a Delegacia Regional do Trabalho na Bahia vem tentando, desde o início da primeira convocação de eleições para renovação da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, fazer com que se perpetue a situação de intervenção branca a que se acha submetido o Sindicato. Ou, o que é pior, anda à procura de pretexto para submeter a entidade de classe dos jornalistas baianos a uma intervenção definitiva. Não se sabe qual dos dois males é o maior, mas, de uma forma ou de outra, a situação está a exigir os jornalistas uma posição de luta contra a pretensão da DRT visto que o Sindicato é o único órgão com o qual a classe pode contar para discutir seus próprios problemas e encaminhar suas lutas.

Depois de já haver anulado uma eleição utilizando-se de argumentos pouco convincentes, a Delegacia Regional do Trabalho resolveu agora interferir diretamente no processo eleitoral, antes mesmo que se processe a votação, com o único objetivo de antes mesmo que se processe a votação, com o único objetivo de confundir os jornalistas e protelar indefinidamente a eleição de uma diretoria livremente escolhida por toda a classe. No processo eleitoral em curso a Delegacia resolveu anunciar

por telefone) na véspera do dia marcado para a votação que seis integrantes das três chapas inscritas haviam sido vetados, não podendo participar do pleito. O fato gerou, além da natural insatisfação, demissões e afastamentos, protelando o desfecho da eleição.

Ao observador mais atento não passou despercebido que um dos "vetados", numa das chapas concorrentes, tinha sido indicado, poucos meses antes, pela própria Delegacia Regional do Trabalho, como integrante de uma Junta Governativa que passou a dirigir os destinos dos Sindicatos logo depois que a própria DRT conseguiu frustrar a primeira eleição. Esse, entretanto, não é o fato mais difícil de entender com relação à atuação da DRT nas eleições para o Sindicato dos Jornalistas.

Há ainda a negativa do direito de voto aos estagiários fórmula recém-criada pela DRT com a visível e mal disfarçada intenção de dificultar a obtenção do "quorum" exigido por lei. Sabe-se que o quadro social do Sindicato dos Jornalistas ainda é integrado por um grupo numeroso de profissionais aposentados ou há muito tempo afastados da profissão e que a renovação desse quadro social só se dá por meio da inscrição de estagiários. Estes, por sua vez,

exigidos pela legislação, não podem que possam exercer seu direito de voto, direito, aliás, reconhecido, em qualquer outro estado brasileiro. Com os estagiários votando, é claro, o "quorum" a ser alcançado ficaria ainda maior, mas não há dúvida de que ficaria também mais fácil de ser atingido já que os estagiários, quase todos, estão engajados nas redações, exercendo a profissão, e com muito mais motivação para o voto. E ainda que assim não fosse, votar é o direito mais elementar de qualquer associado de um Sindicato.

Ora vetando nomes (e alguns até dignos de sua maior confiança) ora negando direito ao voto, ou, simplesmente anulado, de maneira sumária, uma eleição, está claro que a Delegacia Regional do Trabalho pretende apenas impedir que o Sindicato dos Jornalistas tenha uma diretoria autêntica. E esta posição só pode ser explicada pelo incômodo que pode causar um Sindicato livremente escolhido aos interesses da DRT ou de quem quer que esteja por trás dela.

Para isso os jornalistas precisam estar atentos. E precisam estar sobretudo unidos no firme propósito de não permitir que a sua entidade de classe venha a ficar subjugada pela força, nem silenciada pelo arbítrio. Os jornalistas precisam de seu Sindicato livre.

A LUTA DOS BANCÁRIOS PELO REAJUSTE EM SETEMBRO

Os bancários de Salvador realizaram há algumas semanas uma assembléia geral extraordinária para discutir e aprovar uma proposta no sentido de reivindicar a volta da data-base do acordo salarial para 10 de setembro, o que traduz uma aspiração frequentemente manifestada pela classe, que se sente prejudicada com a mudança para fevereiro.

Compareceram 90 bancários à assembléia e sua realização representa uma grande vitória: é o passo inicial da classe no sentido de organizar-se em torno do sindicato para a defesa dos seus interesses. Além do mais, o movimento a favor da volta da data-base do acordo salarial para 10 de setembro, contou com um abaixo assinado, defendendo essa pretensão, assinado por 1.855 bancários.

BANQUEIROS TENTAM ESVAZIAR REIVINDICAÇÃO

Como consequência da movimentação bancária, os banqueiros anunciaram, no dia 15 de setembro, que concederiam um abono de 20

por cento, a ser descontado do índice que for fixado para o próximo reajuste salarial, em fevereiro. Evidentemente, agindo assim os banqueiros procuraram esvaziar o movimento, evitando ter de atender uma reivindicação maior.

Atualmente, os próprios bancos confessam que a situação é excepcionalmente favorável aos seus negócios, e os lucros atinge resultados que os banqueiros consideram auspiciosos, decorrentes dos exorbitantes juros que prevalecem no mercado, mas que não explicam tudo: na verdade, desde 1964, a política financeira, dirigida por banqueiros como Roberto Campos, Octávio Bulhões, Ângelo Sá e outros, vem sendo arquitetada para fortalecer o capital financeiro com altas taxas de rentabilidade.

E o êxito dessa política, que pode ser confirmado nos balanços semestrais dos bancos, deve-se, principalmente aos baixos salários que os bancários são obrigados a suportar, justamente porque estão desorganizados politicamente e com a maioria dos seus sindicatos confiados a pelegos.

NA RUA JOSÉ FALCÃO O POVO FAZ O QUE A PREFEITURA NÃO FAZ

Os moradores da Rua José Falcão, no fim de linha da Fazenda Grande, desiludidos com a possibilidade de obterem da Prefeitura a pavimentação daquela rua, resolveram por conta própria realizar a obra. Semanalmente, é feita uma coleta de dinheiro em todas as casas da Rua José Falcão para conseguir fundos para a aquisição de manilhas, cimento e areno.

Os serviços são realizados nos fins de semana em forma de mutirão, com a participação de homens, mulheres e crianças. Todos eles, sabem perfeitamente que essa é uma obrigação da Prefeitura, uma vez que todos são trabalhadores e pagam impostos. Mas, diante da prolongada omissão da Prefeitura, que está preocupada em fazer obras que atendam aos interesses dos ricos, não tiveram outra alternativa.

O jeito foi assumir a responsabilidade da Prefeitura, mesmo sabendo que isso significa em reduzir as despesas com comida e casa. Os trabalhos da Rua José Falcão já estão bastante adiantados: as instalações sanitárias já estão concluídas e grande parte da Rua já recebeu uma grossa camada de areno, estando, portanto, pronta para receber o cimento ou o sonhado asfalto.

UNIDOS DA CARDEAL A FORÇA DO BAIRRO.

Os jovens da Cardeal da Silva e adjacências provam que é possível a organização do povo sem apadrinhamento, sem compromisso e sem satisfazer interesses políticos.

Uma poderosa liga de futebol, promoções de lazer no Bairro, blocos de carnaval, grupos de teatro (em formação), rua de lazer e uma futura Sociedade de

lazer. A torcida mais vibrante — cantando seu hino de homenagem ao patrono e presidente Paru — conquistou a Taça de M. Melhor Torcida.

Antes de começar o próprio Campeonato deverá ser disputada a Taça Ala Jovem/2.

FAZENDA GRANDE FEZ SEU DOIS DE JULHO REMOVENDO O LIXO

Na Fazenda Grande, os moradores comemoraram o Dois de Julho de uma maneira diferente da que o Governo deseja: as ruas do bairro foram embandeiradas e, em alguns pontos, fixadas com dizeres como "no dia da Independência da Bahia, queremos nossa independência do lixo" ou ainda "menos buracos e menos sujeira, mais escolas e mais saúde" foram lidas. E a queima de fogos de artifício às 5 horas da manhã do dia 2 de julho, marcou o início de uma festa inédita: a da Retirada do Lixo.

O início dessa maneira diferente de comemorar uma data importante foi em 1975, quando os moradores, cansados de esperar pelas promessas da Prefeitura, muniram-se de pás, enchadas, carros de mão e deslocaram o lixo de vários pontos do bairro para a frente do prédio onde funciona a Empresa Gráfica da Bahia, pois só até ali se dignava chegar a Limpeza Pública. Foram mais de quatro horas de trabalho, com a participação de homens, mulheres, crianças e pessoas idosas.

Depois da remoção, os moradores da Fazenda Grande fizeram uma animada festa, seguida de uma discussão, quando chegaram a conclusão que, além do problema do lixo, o bairro apresentava uma série de outras deficiências: inexistência de um centro de saúde, falta de um ginásio, precárias condições de higiene, falta de transportes coletivos em número suficiente. Combinou-se, então, que a partir daquela data seria comemorada em todo 2 de julho a festa da retirada do lixo e feito um balanço dos problemas do bairro.

SOLIDARIEDADE

Este ano a festa da Retirada do Lixo foi feita pela terceira vez e além da participação dos moradores da Fazenda Grande, contou com a solidariedade de pessoas de outros bairros, que foram ajudar. Uma barraca vendendo cerveja e refrigerantes foi armada e o samba andou soito. Além disso, o Grupo Experimental de Artes da Fazenda Grande fez uma apresentação teatral. Para a criançada, teve corrida de saco, quebra-pote e pau de sebo.

Mais uma vez os moradores discutiram os problemas do bairro e fizeram uma lista contendo todas as reivindicações, que são as mesmas de dois anos atrás, com algumas pequenas mudanças, o que prova o desinteresse do Governo em relação a um bairro tão populoso e desprestigiado. A lista será enviada ao Governo acompanhada de um abaixo-assinado. Será, pelo menos, uma maneira dos moradores da Fazenda Grande protestar e dizer que não são apenas os da Graça, Barra, Pituba e outros bairros chics que pagam impostos.

OS ANIMAIS VÃO AO PARQUE. O POVO CONTINUA NAS FAVELAS.

Os trabalhadores que moram no bairro de São Cristóvão e se deslocam diariamente para o Centro de Salvador, depois de esperarem pelo ônibus desde a madrugada, certamente percebem a imensa área terraplanada junto a rótula da Av. Paralela.

Percebem também os trabalhadores, quando passam por ali no ônibus sempre entupido de gente, qual a obra que está sendo feita e quem a está fazendo: uma enorme placa do GOVERNO DO ESTADO anuncia a construção do PARQUE DE EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS.

O que a placa não anuncia é que a obra custará aos cofres públicos só na sua primeira etapa, cerca de 80 milhões de cruzeiros.

O que a placa não anuncia é que a obra é um Parque caríssimo, que praticamente só servirá para exposição dos animais criados nas imensas fazendas do interior do Estado. Não anuncia que está sendo feito exclusivamente para atender aos interesses dos grandes proprietários de animais da Bahia, principalmente os pecuaristas, muitos dos quais ocupam altos cargos no Governo.

Do boi, o povo quer é a carne na sua mesa, para se alimentar; ver boi desfilando vai encher a barriga de quem?

O que a placa não explica é que o dinheiro (arrecadado de toda a população) que ali está sendo gasto só nesta primeira etapa, seria muito mais do que suficiente para o GOVERNO, por exemplo, retificar e dragar o riacho do Bom Juá, no bairro do Mesmo nome. Todo ano, sem exceção, na época das chuvas, por falta das obras necessárias, este riacho transborda e invade as casas de centenas de famílias que ali moram, destruindo seus poucos bens, ferindo seus ocupantes, tornando mais difícil de suportar a vida já dura demais.

COM 118 DO DINHEIRO DO PARQUE SE RESOLVERIA O BOM JUÁ

Parte dos desabrigados que todo ano a Prefeitura recolhe nos galpões miseráveis ou mesmo ao relento, moravam no Bom Juá, e suas casas foram destruídas pelas inundações.

Na verdade parece até um exagero fazer esta comparação, porque 80 milhões seriam suficientes para resolver mais de 8 vezes o grave problema que sofrem os trabalhadores que moram no Bom Juá. Mas é importante fazer esta comparação para compreender as obras que a Prefeitura, vez por outra, resolve fazer nos bairros populares.

180 MILHÕES PARA CENTRO DE CONVENÇÕES

É importante principalmente para mostrar que o grosso do dinheiro público está sendo consumido em obras como o PARQUE DE EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS, ou o CENTRO DE CONVENÇÕES (esse vai custar 180 milhões de cruzeiros), ou as sete pontes ligando as duas pistas da avenida que vai do Parque da Cidade ao Rio Vermelho. Ou o viaduto que vai "melhorar o tráfego" na Graça (na verdade vai economizar a gasolina de quem tem carro, quem anda de ônibus ou a pé que se vire).

A sobra do dinheiro arrecadado é que é utilizada para, de quando em vez, fazer uma obra de que a população realmente necessita.

E é importante que o povo saiba disso, e pense nisso.

Mesmo quando faz uma obra em um bairro popular, o que a Prefeitura procura é garantir o apoio do povo para um ou outro dos seus afilhados políticos.

Mantém assim o povo iludido com pequenas obras, enquanto a propaganda dos discursos oficiais anuncia a esperança — que



Seria um Parque de Exposições de Animais uma obra prioritária para uma cidade...



que ainda é atravessada por rios de fezes?

nunca se realiza — de que "na próxima vez faremos outras".

Mas "próxima vez" é, na verdade, "próxima eleição", quando de novo a Prefeitura

pavimentará — precariamente — mais uma das centenas de ruas abandonadas, pedirá à população que vote no seu apadrinhado e prometerá — de novo — uma "próxima vez".

A PREFEITURA PERSEGUE CAMELÔ, MAS NÃO MULTA ONIBUS. PORQUÊ?



Um levantamento efetuado por técnicos da Prefeitura, em fins do ano passado, nos terminais de ônibus do bairro do Nordeste de Amaralina, servido pela Viação Duran, revelou que essa empresa em apenas quatro dias, deveria pagar em multas a Prefeitura cerca de Cr\$ 117.395,00, por ter deixado de cumprir 470 viagens programadas para aquele bairro.

Essa constatação da própria Prefeitura explica porque a cada dia a população da cidade encontra mais dificuldade em deslocar-se para seus locais de trabalho. As empresas não põem em circulação o número de veículos que estão obrigadas e a Prefeitura não fiscaliza e não faz cumprir as suas determinações, ou seja, cobrar a multa de Cr\$ 249,70 por cada viagem não realizada pelas empresas de transporte coletivo.

governo vive a bolar planos que prometem melhorar o sistema de transporte da nossa cidade. Planos que evidentemente vão precisar de milhões de cruzeiros para serem elaborados, como é o caso do famigerado Anel Ferroviário, que condenado pelos técnicos está encontrando dificuldades para receber financiamento de órgãos do governo federal e de organismos financeiros internacionais, por não representar solução para os problemas de transporte da nossa cidade.

PLANOS MIRABOLANTES

À margem desses planos, a população continua tendo que enfrentar filas quilométricas nos terminais de ônibus pelo simples fato de que a Prefeitura não quer diminuir os lucros das

PREFEITO QUER XIXI EXPLORADO POR PARTICULAR

Ao invés de pagar dos seus cofres para manter uma rede de sanitários públicos — afinal para coisas assim cobra impostos — a Prefeitura pretende que uma empresa particular explore esse ramo, mediante pagamento direto do povo.

A Prefeitura pretende livrar-se de uma tarefa que nunca cumpriu com eficiência — a manutenção dos sanitários públicos — concedendo a empresas particulares o direito de explorar esse serviço mediante pagamento direto da população. Conforme a pretensão da Prefeitura, a coisa funcionará como na Estação Rodoviária: cada vez que a pessoa precisar satisfazer as ditas necessidades fisiológicas, paga um preço para isso, outro para aquilo.

Enquanto isso os sanitários móveis adquiridos pelo município no ano passado permanecem mofoando em um depósito, apesar de estarem em condições de serem instalados. Até agora, apenas nas semanas de festas de largo

— quando a cidade recebe muitos turistas — os sanitários funcionam. Em outras épocas poderiam ser postos nas praias ou mesmo feiras livres.

O autor da idéia da exploração comercial do xixi é o ex-vereador arenista Ewerton Valadares, cujo eleitorado, como disse um jornal, "teve a sensatez de não o reeleger". Atualmente ele ocupa o cargo de Chefe da Polícia Administrativa, onde também já revelou outra idéia: exigir que dentro de 60 dias as vendedoras de acarajé usem permanentemente trajes típicos de "baiana". Só que deveria providenciar também uma ajuda de custo para elas vestirem-se de maneira tão custosa.

O BRASIL É FEITO POR NÓS, MAS PARA QUEM?

Nas semanas que antecederam ao Sete de Setembro, ao povo a amarga realidade de que

Centro de Salvador, depois de esperarem pelo ônibus desde a madrugada, certamente percebem a imensa área terraplanada junto a rótula da Av. Paralela.

Percebem também os trabalhadores, quando passam por ali no ônibus sempre entupido de gente, qual a obra que está sendo feita e quem a está fazendo: uma enorme placa do GOVERNO DO ESTADO anuncia a construção do PARQUE DE EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS.

O que a placa não anuncia é que a obra custará aos cofres públicos só na sua primeira etapa, cerca de 80 milhões de cruzeiros.

O que a placa não anuncia é que a obra é um Parque caríssimo, que praticamente só servirá para exposição dos animais criados nas imensas fazendas do interior do Estado. Não anuncia que está sendo feito exclusivamente para atender aos interesses dos grandes proprietários de animais da Bahia, principalmente os pecuaristas, muitos dos quais ocupam altos cargos no Governo.

Do boi, o povo quer é a carne na sua mesa, para se alimentar; ver boi desfilando vai encher a barriga de quem?

O que a placa não explica é que o dinheiro (arrecadado de toda a população) que ali está sendo gasto só nesta primeira etapa, seria muito mais do que suficiente para o GOVERNO, por exemplo, ratificar e dragar o riacho do Bom Juá, no bairro do Mesmo nome. Todo ano, sem exceção, na época das chuvas, por falta das obras necessárias, este riacho transborda e invade as casas de centenas de famílias que ali moram, destruindo seus poucos bens, ferindo seus ocupantes, tornando mais difícil de suportar a vida já dura demais.

Parte dos desabrigados que todo ano a Prefeitura recolhe nos galpões miseráveis ou mesmo ao relento, moravam no Bom Juá, e suas casas foram destruídas pelas inundações.

Na verdade parece até um exagero fazer esta comparação, porque 80 milhões seriam suficientes para resolver mais de 8 vezes o grave problema que sofrem os trabalhadores que moram no Bom Juá. Mas é importante fazer esta comparação para compreender as obras que a Prefeitura, vez por outra, resolve fazer nos bairros populares.

180 MILHÕES PARA CENTRO DE CONVENÇÕES

É importante principalmente para mostrar que o grosso do dinheiro público está sendo consumido em obras como o PARQUE DE EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS, ou o CENTRO DE CONVENÇÕES (esse vai custar 180 milhões de cruzeiros), ou as sete pontes ligando as duas pistas da avenida que vai do Parque da Cidade ao Rio Vermelho. Ou o viaduto que vai "melhorar o tráfego" na Graça (na verdade vai economizar a gasolina de quem tem carro, quem anda de ônibus ou a pé que se vire).

A sobra do dinheiro arrecadado é que é utilizada para, de quando em vez, fazer uma obra de que a população realmente necessita.

E é importante que o povo saiba disso, e pense nisso.

Mesmo quando faz uma obra em um bairro popular, o que a Prefeitura procura é garantir o apoio do povo para um ou outro dos seus afilhados políticos.

Mantém assim o povo iludido com pequenas obras, enquanto a propaganda dos discursos oficiais anuncia a esperança — que



Seria um Parque de Exposições de Animais uma obra prioritária para uma cidade...



que ainda é atravessada por rios de fezes?

nunca se realiza — de que "na próxima vez faremos outras".

Mas "próxima vez" é, na verdade, "próxima eleição", quando de novo a Prefeitura

pavimentará — precariamente — mais uma das centenas de ruas abandonadas, pedirá à população que vote no seu apadrinhado e prometerá — de novo — uma "próxima vez".

A PREFEITURA PERSEGUE CAMELÔ, MAS NÃO MULTA ONIBUS. PORQUÊ?



Um levantamento efetuado por técnicos da Prefeitura, em fins do ano passado, nos terminais de ônibus do bairro do Nordeste de Amaralina, servido pela Viação Duran, revelou que essa empresa, em apenas quatro dias, deveria pagar em multas a Prefeitura cerca de Cr\$ 117.395,00, por ter deixado de cumprir 470 viagens programadas para aquele bairro.

Essa constatação da própria Prefeitura explica porque a cada dia a população da cidade encontra mais dificuldade em deslocar-se para seus locais de trabalho. As empresas não põem em circulação o número de veículos que estão obrigadas e a Prefeitura não fiscaliza e não faz cumprir as determinações, ou seja, cobrar a multa de Cr\$ 249,70 por cada viagem não realizada pelas empresas de transporte coletivo.

UM ÔNIBUS POR DIA

Os dados levantados pelos técnicos da Prefeitura seriam mais estupefacentes, evidentemente, se a pesquisa se estendesse a todas as empresas de ônibus da nossa cidade. Certamente se a Prefeitura resolvesse cobrar todas as multas, poderia no mínimo comprar um ônibus por dia para o SMTCC. Mas, isso não acontece porque a Prefeitura não pretende, nem quer evidentemente tocar nos interesses dos proprietários de ônibus, que exploram uma concessão do poder público.

No entanto, enquanto isso ocorre, o

governo vive a bolar planos que prometem melhorar o sistema de transporte da nossa cidade. Planos que evidentemente vão precisar de milhões de cruzeiros para serem elaborados, como é o caso do famigerado Anel Ferroviário, que condenado pelos técnicos está encontrando dificuldades para receber financiamento de órgãos do governo federal e de organismos financeiros internacionais, por não representar solução para os problemas de transporte da nossa cidade.

PLANOS MIRABOLANTES

À margem desses planos, a população continua tendo que enfrentar filas quilométricas nos terminais de ônibus pelo simples fato de que a Prefeitura não quer diminuir os lucros das empresas de ônibus. A situação caótica dos transportes coletivos em Salvador para ser modificada não precisa de planos mirabolantes, mas da ação enérgica dos poderes públicos contra as empresas de ônibus.

A Prefeitura e o governo do Estado precisam deixar de enganar a população, com os planos que visam apenas marcar a passagem de algumas "personalidades", pelos executivos municipais e estaduais. A população quer somente que eles ofereçam as condições para que possa deslocar-se para seus locais de trabalho e suas casas, sem ter que passar pelos sofrimentos impostos pelas empresas de ônibus da nossa cidade.

PREFEITO QUER XIXI EXPLORADO POR PARTICULAR

Ao invés de pagar dos seus cofres para manter uma rede de sanitários públicos — afinal para coisas assim cobra impostos — a Prefeitura pretende que uma empresa particular explore esse ramo, mediante pagamento direto do povo.

A Prefeitura pretende livrar-se de uma tarefa que nunca cumpriu com eficiência — a manutenção dos sanitários públicos — concedendo a empresas particulares o direito de explorar esse serviço mediante pagamento direto da população. Conforme a pretensão da Prefeitura, a coisa funcionará como na Estação Rodoviária: cada vez que a pessoa precisar satisfazer as ditas necessidades fisiológicas, paga um preço para isso, outro para aquilo.

Enquanto isso os sanitários móveis adquiridos pelo município no ano passado permanecem mofando em um depósito, apesar de estarem em condições de serem instalados. Até agora, apenas nas semanas de festas de largo

— quando a cidade recebe muitos turistas — os sanitários funcionam. Em outras épocas poderiam ser postos nas praias ou mesmo feiras livres.

O autor da idéia da exploração comercial do xixi é o ex-vereador arenista Ewerton Valadares, cujo eleitorado, como disse um jornal, "teve a sensatez de não o reeleger". Atualmente ele ocupa o cargo de Chefe da Polícia Administrativa, onde também já revelou outra idéia: exigir que dentro de 60 dias as vendedoras de acarajé usem permanentemente trajes típicos de "baiana". Só que deveria providenciar também uma ajuda de custo para elas vestirem-se de maneira tão custosa.

O BRASIL É FEITO POR NÓS, MAS PARA QUEM?

Nas semanas que antecederam ao Sete de Setembro, o governo lançou através intensa campanha publicitária o slogan "O Brasil é feito por nós". Bonita frase, apesar do óbvio, porém de amarga lembrança.

Sem dúvida a intenção do governo foi a de sensibilizar o sentimento patriótico do povo, com o claro objetivo político de neutralizar as manifestações de descontentamento que se espalham por todo o país. Aliás, não é a primeira vez que um governo anti-popular e anti-democrático tenta manipular com valiosos sentimentos nacionalistas.

A frase "O Brasil é feito por nós", tão repetida na televisão, entretanto, só fez

recordar ao povo a amarga realidade de que apesar de fazer o Brasil, isto é, de ser o povo quem produz a riqueza nacional, a ele não pertence nem 30 por cento desta riqueza.

Ele recorda também que apesar do Brasil ser feito por nós, não temos o direito de votar nos candidatos a prefeito, governador e presidente da República. Isto é, não podemos escolher nossos dirigentes; em outras palavras, apesar do Brasil ser feito por nós não temos o direito de opinar de como deve ser feito o Brasil.

A Ala Jovem do MDB devolve ao governo o seu slogan, sob uma forma interrogativa, mas adequada para o momento —: Para quem é feito o Brasil? ? ?

SÃO FRANCISCO

LATIFÚNDIO GRILAGEM VIOLÊNCIA ASSASSINATO

Assassinato é um alto preço para os dois lados envolvidos nesta grande questão brasileira que é a exploração da terra.

Os poderosos grupos econômicos que atuam na região do São Francisco teriam preferido a corrupção. E se não a tentaram é porque já conheciam bem Eugênio Lyra.

Na página 8 deste jornal o presidente da FETAG — Federação dos Trabalhadores da Agricultura da qual Eugênio Lyra era advogado — dá uma aula sobre os métodos da grilagem no interior da Bahia.

Seu depoimento — tristemente ilustrado com o assassinato do bravo advogado em Santa Maria da Vitória — demonstra a disposição dessa honrada organização trabalhista em não ceder à gigantesca pressão que pode ter apenas começado com o assassinato de Eugênio Lyra.

É necessário que todos os homens de bem desta terra coloquem-se ao lado da FETAG nos grandes embates que por certo ainda virão.

É preciso não esquecer que a "grilagem" em si já é um crime. E só pondo fim à "grilagem" que se conseguirá deter novos assassinatos.

CRIME PLANEJADO

Atrás do mandante direto que a Polícia por certo não tardará em por as mãos, devem haver outros. É possível até uma experiência internacional neste interior. E esses criminosos podem já ter incluído na sua contabilidade o escândalo inicial, a revolta e a atenção da imprensa.

Tudo isso pode estar nas suas previsões. É o risco calculado de um pragmatismo que raciona com as coisas fundamentais, a médio e longo prazos.

E o fundamental para os grileiros do São Francisco é que os posseiros e trabalhadores rurais daquela região, submetam-se.

Indispensável para eles ter o "terreno limpo", o medo instalado

em cada cabeça, a submissão tranquila às suas propostas. Os negócios precisam ser feitos conforme seus planos. E nos seus planos não estava incluído nenhum tipo de resistência trabalhista, nenhuma dificuldade com os pequenos agricultores.

IMPEDIR A CONSCIÊNCIA

Muito mais do que defender os direitos de um, dez ou mil trabalhadores rurais, a maneira incorruptível com que Eugênio Lyra exercia sua profissão estava despertando algo extremamente perigoso para quem tem negócios ilícitos a realizar: consciência dos trabalhadores de seus próprios direitos.

Os grileiros do São Francisco colocaram em execução um plano que apenas começou com o assassinato de Eugênio Lyra.

O DESDOBRAMENTO

É fácil adivinhar a previsão que eles fazem do desdobramento: em primeiro lugar a dificuldade para se encontrar outro advogado com a mesma disposição de Eugênio Lyra. Depois do escândalo do constrangimento, o silêncio da imprensa e da opinião pública. Páginas de publicidade sobre os seus projetos não só ajudam a captar recursos dos incautos como também "vendem" boa imagem. E por último, o objetivo final: o alto São Francisco volta ao abandono por parte dos poderes públicos. E os pequenos agricultores da região retornam ao medo, a miséria moral e à submissão tão necessária ao sucesso dos negócios.

Os grileiros do S. Francisco são herdeiros muito dignos da tradição do "coroneliismo" modernos atores da mesma tragédia: o latifúndio que só produz resultados econômicos para os próprios latifundiários. E ainda assim sobre os escombros da extrema miséria a que reduz o campo brasileiro.

MOBILIZAR A OPINIÃO

É preciso, no entanto, que cada cidadão civilizado desta terra, cada democrata e especialmente cada opositor mobilize sua associação profissional ou grupo de amigos, lute concretamente, para que esta macabra operação "empresarial" não prossiga.

E isso não pode ficar como um apelo vago, ou um compromisso moral a ser cumprido Deus sabe quando.

É preciso, em primeiro lugar, impedir que a morte de Eugênio Lyra caia no esquecimento, exigindo o desmascaramento e a punição dos mandantes superiores.

E é absolutamente necessário, em segundo lugar, dobrar todos os esforços na luta pela realização de uma verdadeira Reforma Agrária neste País, único caminho para se por fim, de uma vez por todas, na criminoso prática da grilagem.

O COMPANHEIRO EUGÊNIO LYRA

O presidente do diretório municipal do MDB de Santa Maria da Vitória, atribuía, claramente, ao advogado, mais importância na luta popular da cidade que ao próprio MDB por ele dirigido.

— O homem defende os "pequenos" pra valer... Meu filho, mesmo, estava contando que ele é duro, não transige de jeito nenhum. E os fazendeiros aí já viram que com ele as coisas tem que andar direito... Por que vocês não vão conversar com ele?

Fomos.

O reconhecimento mútuo foi imediato.

Amigo de Adelmo Oliveira, Eugênio Lyra e sua esposa Lúcia, eram membros do MDB em Salvador, filiados pela Ala Jovem na campanha de filiação de 1975.

— Aqui não faço política partidária.

Como advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Eugênio Lyra dedicava-se exclusivamente a atividade profissional. Cumpria, na verdade, uma tarefa social da maior importância: levava aos trabalhadores rurais da região mais que assistência jurídica, levava a esperança de igualdade perante a lei: levava algo capaz de se transformar em força: consciência dos próprios direitos.

Ele tinha absoluta clareza dos perigos que corria. Possuía uma noção perfeita da força das grandes empresas que se movimentavam na região. Nenhuma dúvida em relação ao que essas empresas e os homens por elas contratados poderiam fazer para defender seus interesses.

A verdade é que Eugênio Lyra compreendia com toda

clareza que o simples exercício de sua profissão significava um risco permanente para sua própria vida.

E ele estava a mais de 900 km de Salvador.

Sua humilde obstinação, sua intransigência na defesa dos direitos dos trabalhadores, seu profundo conhecimento da realidade rural, sua coragem simples destituída de qualquer fanfarronice, tudo isso, estava claro, vinha do fundo de um inabalável compromisso com a causa maior de sua vida de advogado: a vitória dos trabalhadores brasileiros sobre a injustiça e a miséria.

O assunto de nossa última conversa aqui em Salvador foi sobre a sua segurança. Insistimos para que se mantivesse em contato com os jornais, com a OAB e com a Federação dos Trabalhadores em Agricultura, para que se cuidasse. Pouca coisa mais poderíamos fazer; e isso eram apenas palavras.

Eugênio Lyra não foi vítima inocente do poder que o ameaçava. Com seu jeito simples e suave, assumiu heroicamente a sua parte na grande luta de libertação da nossa Pátria. Seu nome ficará para sempre na memória e nos corações dos verdadeiros patriotas.

Ao companheiro Eugênio Lyra nosso eterno respeito e admiração.

A companheira Lucia Lyra e seu filho por nascer nosso solene compromisso: a luta continua.

NOTA DA ALA JOVEM DO MDB

As autoridades deste estado e deste País sempre tiveram conhecimento das violências promovidas pelos grupos econômicos nacionais e multinacionais

CPI da Grilagem delineando com grande nitidez o quadro de crueldade, violência e arbítrio no interior do Estado.

Trabalhadores massacrados, peque-

fa falta de aparelhamento policial, pois ao povo baiano tem sido apresentado equipamento moderno e sofisticado para fins repressivos.

poço, com a coragem que ele mesmo estava indo.

É indispensável que se dê a maior urgência e profundidade às investigações,

ASSASSINATO

Assassinato é um alto preço para os dois lados envolvidos nesta grande questão brasileira que é a exploração da terra.

Os poderosos grupos econômicos que atuam na região do São Francisco teriam preferido a corrupção. E se não a tentaram é porque já conheciam bem Eugênio Lyra.

Na página 8 deste jornal o presidente da FETAG — Federação dos Trabalhadores da Agricultura da qual Eugênio Lyra era advogado — dá uma aula sobre os métodos da grilagem no interior da Bahia.

Seu depoimento — tristemente ilustrado com o assassinato do bravo advogado em Santa Maria da Vitória — demonstra a disposição dessa honrada organização trabalhista em não ceder à gigantesca pressão que pode ter apenas começado com o assassinato de Eugênio Lyra.

É necessário que todos os homens de bem desta terra coloquem-se ao lado da FETAG nos grandes embates que por certo ainda virão.

E preciso não esquecer que a "grilagem" em si já é um crime. E só pondo fim à "grilagem" que se conseguirá deter novos assassinatos.

CRIME PLANEJADO

Atrás do mandante direto que a Polícia por certo não tardará em por as mãos, devem haver outros. É possível até uma experiência internacional neste interior. E esses criminosos podem já ter incluído na sua contabilidade o escândalo inicial, a revolta e a atenção da imprensa.

Tudo isso pode estar nas suas previsões. É o risco calculado de um pragmatismo que raciona com as coisas fundamentais, a médio e longo prazos.

E o fundamental para os grileiros do São Francisco é que os posseiros e trabalhadores rurais daquela região, submetam-se.

Indispensável para eles ter o "terreno limpo", o medo instalado

em cada cabeça, a submissão tranquila às suas propostas. Os negócios precisam ser feitos conforme seus planos. E nos seus planos não estava incluído nenhum tipo de resistência trabalhista, nenhuma dificuldade com os pequenos agricultores.

IMPEDIR A CONSCIÊNCIA

Muito mais do que defender os direitos de um, dez ou mil trabalhadores rurais, a maneira incorruptível com que Eugênio Lyra exercia sua profissão estava despertando algo extremamente perigoso para quem tem negócios ilícitos a realizar: consciência dos trabalhadores de seus próprios direitos.

Os grileiros do São Francisco colocaram em execução um plano que apenas começou com o assassinato de Eugênio Lyra.

O DESDOBRAMENTO

É fácil adivinhar a previsão que eles fazem do desdobramento: em primeiro lugar a dificuldade para se encontrar outro advogado com a mesma disposição de Eugênio Lyra. Depois do escândalo do constrangimento, o silêncio da imprensa e da opinião pública. Páginas de publicidade sobre os seus projetos não só ajudam a captar recursos dos incautos como também "vendem" boa imagem. E por último, o objetivo final: o alto São Francisco volta ao abandono por parte dos poderes públicos. E os pequenos agricultores da região retornam ao medo, a miséria moral e à submissão tão necessária ao sucesso dos negócios.

Os grileiros do S. Francisco são herdeiros muito dignos da tradição do "coroneliismo" modernos atores da mesma tragédia: o latifúndio que só produz resultados econômicos para os próprios latifundiários. E ainda assim sobre os escombros da extrema miséria que reduz o campo brasileiro.

E isso não pode ficar como um apelo vago, ou um compromisso moral a ser cumprido. Deus sabe quando.

O COMPANHEIRO EUGÊNIO LYRA

O presidente do diretório municipal do MDB de Santa Maria da Vitória, atribuía, claramente, ao advogado, mais importância na luta popular da cidade que ao próprio MDB por ele dirigido.

— O homem defende os "pequenos" pra valer... Meu filho, mesmo, estava contando que ele é duro, não transige de jeito nenhum. E os fazendeiros aí já viram que com ele as coisas tem que andar direito... Por que vocês não vão conversar com ele?

Fomos.

O reconhecimento mútuo foi imediato.

Amigo de Adelmo Oliveira, Eugênio Lyra e sua esposa Lúcia, eram membros do MDB em Salvador, filiados pela Ala Jovem na campanha de filiação de 1975.

— Aqui não faço política partidária.

Como advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Eugênio Lyra dedicava-se exclusivamente a atividade profissional. Cumpria, na verdade, uma tarefa social da maior importância: levava aos trabalhadores rurais da região mais que assistência jurídica, levava a esperança de igualdade perante a lei: levava algo capaz de se transformar em força: consciência dos próprios direitos.

Ele tinha absoluta clareza dos perigos que corria. Possuía uma noção perfeita da força das grandes empresas que se movimentavam na região. Nenhuma dúvida em relação ao que essas empresas e os homens por elas contratados poderiam fazer para defender seus interesses.

A verdade é que Eugênio Lyra compreendia com toda

clareza que o simples exercício de sua profissão significava um risco permanente para sua própria vida.

E ele estava a mais de 900 km de Salvador.

Sua humilde obstinação, sua intransigência na defesa dos direitos dos trabalhadores, seu profundo conhecimento da realidade rural, sua coragem simples destituída de qualquer fanfarronice, tudo isso, estava claro, vinha do fundo de um inabalável compromisso com a causa maior de sua vida de advogado: a vitória dos trabalhadores brasileiros sobre a injustiça e a miséria.

O assunto de nossa última conversa aqui em Salvador foi sobre a sua segurança. Insistimos para que se mantivesse em contato com os jornais, com a OAB e com a Federação dos Trabalhadores em Agricultura, para que se cuidasse. Pouca coisa mais poderíamos fazer; e isso eram apenas palavras.

Eugênio Lyra não foi vítima inocente do poder que o ameaçava. Com seu jeito simples e suave, assumiu heroicamente a sua parte na grande luta de libertação da nossa Pátria. Seu nome ficará para sempre na memória e nos corações dos verdadeiros patriotas.

Ao companheiro Eugênio Lyra nosso eterno respeito e admiração.

A companheira Lúcia Lyra e seu filho por nascer nosso solene compromisso: a luta continua.

NOTA DA ALA JOVEM DO MDB

As autoridades deste estado e deste País sempre tiveram conhecimento das violências promovidas pelos grupos econômicos nacionais e multinacionais que atuam na região do Rio São Francisco, alguns, inclusive, com apoio da Sudene e de outros financiamentos estatais.

Assim, o Governo do Estado da Bahia não tem o direito de eximir-se de responsabilidade sobre o assassinato do advogado Eugênio Lyra, contratado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura para defender posseiros e os trabalhadores rurais daquela região.

Incontáveis denúncias, apelos e documentos sucederam-se nos jornais e na

CPI da Grilagem delineando com grande nitidez o quadro de crueldade, violência e arbítrio no interior do Estado.

Trabalhadores massacrados, pequenas propriedades invadidas, casas derrubadas, ameaças ao próprio Eugênio Lyra e até documentada confissão de impotência do Delegado de Polícia de Santa Maria da Vitória para conter os grileiros, configuravam a urgente necessidade de uma intervenção preventiva para garantir a vida e a pequena propriedade na região.

Mas nada se fez.

Não se argumente desconhecimento da gravidade da situação.

Não se argumente, também, com

falta de aparelhamento policial, pois ao povo baiano tem sido apresentado equipamento moderno e sofisticado para fins repressivos.

A Bahia não pode, entretanto, conformar-se com o prosseguimento da ação dessas poderosas forças do latifúndio moderno, por mais longos que sejam os tentáculos dos grupos econômicos envolvidos nesta sórdida atividade de grilar terras.

O assassinato de Eugênio Lyra não se caracteriza, portanto, como mera ocorrência policial, nem pode ser tratado como um simples homicídio.

Para que sua morte não tenha sido em vão é necessário que se vá ao fundo do

poço, com a coragem que ele mesmo estava indo.

É indispensável que se dê a maior urgência e profundidade às investigações, desmascarando e punindo, com o máximo rigor da lei, os responsáveis pelo brutal crime, sejam eles quem forem, representem eles o que representarem.

A morte do bravo advogado Eugênio Lyra é motivo de revolta e de dor para toda a Bahia.

Mas sua vida, dedicada à defesa dos direitos dos trabalhadores, é exemplo maior de dignidade.

ALA JOVEM DO MDB

F I M